



Centro de Formação  
de Professores



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS

**MONTEIRO LOBATO E O LEITOR INFANTO-JUVENIL: CONSENSOS,  
POLÊMICAS E SUGESTÕES**

FRANCISCO DAS CHAGAS SOUZA COSTA

CAJAZEIRAS  
2015



Centro de Formação  
de Professores



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS

**MONTEIRO LOBATO E O LEITOR INFANTO-JUVENIL: CONSENSOS,  
POLÊMICAS E SUGESTÕES**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS – UFCEG/CFP como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras, área de concentração: Linguagens e Letramentos; Linha de Pesquisa: Teorias da Linguagem e Ensino.

Orientador: Prof. Dr. Elri Bandeira de Sousa

FRANCISCO DAS CHAGAS SOUZA COSTA

## Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação – (CIP)

C837m Costa, Francisco das Chagas Souza

Monteiro Lobato e o leitor infante-juvenil: consensos, polêmicas e sugestões. /  
Francisco das Chagas Souza Costa.- Cajazeiras: UFCG, 2015.

112f.

Bibliografia.

Orientador (a): Prof.Dr. Elri Bandeira de Sousa.

Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) –UFCG.

1. Lobato.2. Literatura infante-juvenil.3. Ensino.4. Leitor. I. Sousa, Elri  
Bandeira.II.Título.

UFCG/CFP/BS

CDU –82-93/94

A dissertação “Monteiro Lobato e o Leitor Infanto-juvenil: Consensos, Polêmicas e Sugestões”, de autoria de Francisco das Chagas Souza Costa, foi submetida à Banca Examinadora, elencada abaixo, como requisito necessário à obtenção do grau de Mestre em Letras, outorgado pelo Curso de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS/UFCG/CFP.

Dissertação defendida e aprovada em 18 de junho de 2015.

#### BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Elri Bandeira de Sousa  
(Presidente da Banca - Orientador)

---

Prof. Dr. Manoel Freire Rodrigues  
(UERN – Examinador Externo)

---

Prof. Dr. Marcílio Garcia de Queiroga  
(UFCG – Examinador Interno)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Lígia Regina Calado de Medeiros  
(UFCG - Suplente)

**DEDICATÓRIA**

**DEDICO ESTE TRABALHO, FRUTO DE UM PROCESSO DE REFLEXÃO ACERCA DA REALIDADE EDUCACIONAL BRASILEIRA E COM UM DESEJO SINCERO DE MUDANÇAS, AO MEU LEITOR PREFERIDO DE MONTEIRO LOBATO: EZEQUIEL,**

## POEMA GOZADO

Perdi a ingenuidade  
 Sei de coisas que poderiam me fazer sofrer  
 Mas meu olhar enxerga além das maldades do mundo  
 Sei que os políticos são desonestos  
 Quase todos (para ser generoso)  
 A violência destrói a humanidade  
 As drogas vitimam uma juventude sem esperanças  
 Na África uma criança morre de fome  
 No exato momento em que escrevo este poema branco

Nas famílias há desencontros  
 Nas escolas, professores desiludidos ensinam  
 Muitos alunos precisam  
 Antes de tudo serem civilizados  
 A universidade é uma fábrica de intelectuais pedantes  
 Quiçá não tenham culpa  
 Quiçá sejam todos vítimas  
 De uma vida amarga  
 Que os impedem de contemplar e usufruir  
 Do simples fato da existência

Sei que nas religiões há muitos mentirosos  
 Oxalá, muito mais ingênuos  
 Existe outra vida além desta?  
 Melhor não saber

Em mim duelam dois seres: o individual e o coletivo  
 Sei ser egoísta ou solidário  
 Sei ser fraco ou forte  
 Apreendi com as derrotas  
 O caminho mais sereno para as vitórias

Vida, quem és tu?  
 Pergunta o filósofo  
 Resposta minha  
 Apesar dos coitos interrompidos  
 Tu és um grande orgasmo...

(Francisco das Chagas Souza Costa, poema escrito na Disciplina Leitura do Texto Literário)

**“Há dois modos de escrever. Um, é escrever com a idéia de não desagradar ou chocar ninguém (...) Outro modo é dizer desassombradamente o que pensa, dê onde der, haja o que houver - cadeia, forca, exílio”.**

***(Monteiro Lobato)***

## AGRADECIMENTOS

AO SER SUPREMO, DEUS, QUE TEM ME CONDUZIDO, A CADA DIA, A BEBER NA FONTE INESGOTÁVEL DA SABEDORIA.

AOS MEUS PAIS QUE, PELO EXEMPLO DE VIDA, ME ENSINARAM MUITO MAIS QUE OS DOUTORES.

AOS COLEGAS DE MESTRADO E EM ESPECIAL AOS COMPANHEIROS CLAUDEANIO E EVÁNDRO COM OS QUAIS TIVE O PRAZER DE REALIZAR MUITOS DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NAS DISCIPLINAS.

A ARIANO, COLEGA DE MESTRADO, QUE NUM ATO DE GENEROSIDADE ME EMPRESTOU A PRECIOSA BIOGRAFIA DE MONTEIRO LOBATO.

A TODOS OS PROFESSORES QUE COMPARTILHARAM CONOSCO ESSA CAMINHADA DE DOIS ANOS ENTRE AS TEORIAS E AS PRÁTICAS COTIDIANAS DA SALA DE AULA: JORGEVALDO, ONIREVES, HÉRICA, WANDERLEI, ROSE, DAISE...

AO MEU ORIENTADOR, O PROFESSOR DOUTOR ELRI BANDEIRA DE SOUSA QUE DESDE O COMEÇO SE MOSTROU PRESTATIVO E, SOBRETUDO, DEU A LIBERDADE NECESSÁRIA PARA A SINCERIDADE DESTE TRABALHO.

AOS MEMBROS DA BANCA: PROF. DR. MARCÍLIO E PROF. DR. MANOEL QUE ME DERAM A HONRA DE TÊ-LOS COMO AVALIADORES.

À CAPES PELO APOIO FINANCEIRO.

COSTA, F. C. S. das. Monteiro Lobato e o Leitor Infante-Juvenil: Consensos, Polêmicas e Sugestões. 2015. 112 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras -PROFLETRAS) - Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/CFP. Cajazeiras, 2015.

## RESUMO

A literatura é inerente à vida humana na medida em que não há indivíduo que não tenha experimentado uma relação com o mundo imaginário. Mesmo na ausência da escrita, lendas e mitos foram transmitidos por meio da oralidade sem prescindir, obviamente, do teor literário que na verdade constitui seus cernes. Considerando as fases da vida humana, a infância representa o princípio desse contato entre homem e arte literária. É nesse sentido que a literatura infante-juvenil adquire um valor imensurável ao ser instrumento eficiente na formação cultural de qualquer sociedade. No Brasil, Monteiro Lobato é um dos grandes representantes dessa literatura que vem há décadas ajudando a educar e formar cidadãos. Ao partir desses consensos, o presente trabalho, que tem um caráter teórico-prático, pretende apresentar uma síntese crítica acerca da literatura infante-juvenil produzida por Lobato ao mesmo tempo em que almeja sugerir práticas didáticas em sala de aula através desse fazer literário. Tendo como foco a formação do leitor crítico, propõe-se metodologias que dinamizem e aprimorem o uso dessa literatura na escola. Diante da vasta obra infante-juvenil lobatiana, optou-se pelo recorte das obras “O Pica Pau Amarelo” (1939) e “Emília no País da Gramática” (1934) a serem trabalhadas em turmas do 7º ano do Ensino Fundamental. Como fundamento teórico recorreu-se a diversos autores a exemplo de Gregorin Filho (2009), Cosson (2006), Lajolo (2004; 2006), Parreiras (2009), Goés (2010), Colomer (2007), Zilberman (2003), entre outros. Espera-se que esse conjunto de idéias voltadas para fins mais pragmáticos possam ser uma contribuição para o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental.

**Palavras-chave:** Lobato, Literatura Infante-juvenil, Ensino, Leitor

COSTA, F. C. S. de. Monteiro Lobato y los niños y el Jugador de la Juventud: Consenso, Controversia y sugerencias. 2015. 112 f. Tesis (Maestría Profesional de Artes -PROFLETRAS) - Universidade Federal de Campina Grande-UFCG / CFP. Cajazeiras, 2015.

## RESUMEN

La literatura es inherente a la vida humana en la medida en que ninguna persona que no haya experimentado una relación con el mundo imaginario. Incluso en ausencia de la escritura, las leyendas y los mitos se transmitieron a través oral sin, sin, por supuesto, el contenido literario que en realidad constituye su núcleo. Teniendo en cuenta las etapas de la vida humana, la infancia es el principio de que el contacto entre el hombre y el arte literario. Es por ello que la literatura infantil adquiere un valor incalculable para ser instrumento eficaz en la formación cultural de cualquier sociedad. En Brasil, Monteiro Lobato es uno de los grandes representantes de esta literatura próximas décadas ayudando a educar y formar a los ciudadanos. El consenso de estos, esta obra, que tiene un carácter teórico y práctico, tiene la intención de presentar un panorama crítico de la literatura infantil producida por Lobato mientras que pretende sugerir prácticas de enseñanza en el aula a través de ese hacer literario. Centrándose en la formación del lector crítico, se propone metodologías que agilizan y mejoran el uso de esta literatura en la escuela. Dada la amplia labor lobatiana de los niños, se optó por el corte de las obras "Pájaro Carpintero Amarillo" (1939) y "Emilia Country Grammar" (1934) para ser trabajados en clase séptimo grado de la escuela primaria. Como fundamento teórico hemos examinado varios autores muestra Gregorin Filho (2009), Cosson (2006), Lajolo (2004/06), Parreiras (2009), Goes (2010), Colomer (2007), Zilberman (2003), entre otros. Se espera que este conjunto de ideas centradas en fines más pragmáticos puede ser una contribución a la enseñanza del idioma portugués en la escuela primaria.

Palabras clave: Lobato, Literatura para niños y jóvenes, educación, lector.

## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	12
CAPÍTULO I - LITERATURA E A FORMAÇÃO DO LEITOR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	17
1.1 O texto literário e o não-literário: aspectos da leitura.....	19
1.2 A literatura e a sala de aula: usos e funções.....	22
1.3 A formação do leitor e a literatura: a gênese do processo.....	27
1.4 A literatura infanto-juvenil e a construção do leitor.....	32
CAPÍTULO II - A LITERATURA INFANTO-JUVENIL BRASILEIRA: O PIONEIRISMO DE LOBATO	
2.1 Aspectos biográficos de Lobato e a literatura para os pequenos.....	41
2.2 A literatura de Lobato a serviço dos menores: tendências inovadoras.....	48
2.3 O projeto de nação de Lobato: aposta nas novas gerações.....	55
2.4 O Sítio do Picapau Amarelo: um modo de contar histórias.....	62
CAPÍTULO III – LOBATO E A SALA DE AULA: USOS E CONTROVÉRSIAS	
3.1 O viés político-ideológico da literatura infanto-juvenil de Lobato e a formação do leitor-cidadão.....	71
3.2 Lobato: a polêmica racista e a censura na escola.....	79
3.3 O uso da obra <i>Emília no País da Gramática</i> no 7º ano do Ensino Fundamental.....	87
3.4 O uso da obra <i>O Picapau Amarelo</i> no 7º ano do Ensino Fundamental.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS.....	111

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A linha que divide a frágil noção de realidade e fantasia é por demais tênue quando se discute acerca da literatura e seu papel enquanto arte mais sublime que trabalha com as palavras. Não por mera coincidência, o fazer literário ocupa o espaço do imaginário humano desde tempos longínquos. Porventura, a realidade árdua do homem na sociedade tivesse que ser amenizada por uma possibilidade mesmo utópica de fazer valer sua atitude perante os fatos.

É inquestionável no fazer literário, portanto, esse aspecto de arte que transita pelas ilusões e anseios humanos envolvendo elevado grau de subjetividade. Talvez tais circunstâncias sirvam para justificar a negligência, ocorrida durante longo período da história, acerca da produção de textos de caráter conotativo para o público não adulto. A literatura, nesse sentido, é vista como um reflexo da sociedade que pauta seus ditames de acordo com os elementos ideológicos de determinada época.

Até o século XVIII as relações sociais estavam centradas nos adultos, especialmente do sexo masculino, que conduziam as demandas e orientavam os costumes. A faixa etária conhecida como infância e adolescência não era considerada com os requisitos necessários para o desenvolvimento. Vistos como adultos em miniatura, mas sem as condições físicas e mentais plenas, essa camada da sociedade teve negado o acesso a bens culturais, a exemplo da literatura, que ajudariam na formação intelectual e humana simultaneamente ao cumprimento de uma função lúdica.

É apenas na fase denominada de Idade Moderna que o pensamento do homem se abre mais para compreender a indispensabilidade do conhecimento na maior liberdade e bem-estar dos indivíduos. Com isso a literatura passa a ocupar um espaço mais amplo e edificante ao atingir um público que poderia apreender e construir um futuro mais valoroso: as crianças e adolescentes.

A literatura infanto-juvenil teve seu surgimento condicionado a um papel pedagógico e moralizante. Com isso, o processo de educação formal e os paradigmas de comportamento social puderam ser postulados por intermédio de um fazer literário que passa a atribuir um caráter mais pragmático à arte literária. O ambiente escolar constitui, assim, o espaço primordial capaz de estabelecer o diálogo entre as obras literárias e um público menos experiente que está em franco

desenvolvimento. Acerca desse momento de incipiência dessa literatura para “pequenos” no qual texto literário e Pedagogia andam juntas, Palo e Oliveira dizem:

É aí que entram a Pedagogia, como meio de adequar o literário às fases do raciocínio infantil, e o livro, como mais um produto através do qual os valores sociais passam a ser veiculados, de modo a criar para a mente da criança hábitos associativos que aproximam as situações imaginárias vividas na ficção a conceitos, comportamentos e crenças desejados na vida prática, com base na verossimilhança que os vincula. O literário reduz-se a simples meio para atingir uma finalidade educativa extrínseca ao texto propriamente dito, reafirmando um conceito, já do século XVIII, A. C. Baumgarther de que “literatura infantil é primeiramente um problema pedagógico, e não literário. Essa função utilitário-pedagógica é a grande dominante da produção literária destinada à infância, e isso desde as primeiras obras surgidas entre nós. Nada mais do que atender a uma exigência da própria estrutura da cultura ocidental em relação a seu tradicional conceito do ser infantil. Mas a arte tem outros desígnios e desejos. A criança também. (PALO e OLIVERIA, 2006, p. 6-7).

Nessa conjuntura em que se pautava uma função social da literatura devido ao caráter educativo contido em obras destinadas aos mais jovens, estava inserida a realidade cultural brasileira que por ser uma nação mais recente e ter sofrido os traumas do processo de colonização, necessitava avançar na educação do povo. A leitura intermediada pela arte literária seria um caminho bastante profícuo para que o país conseguisse patamares mais elevados de desenvolvimento intelectual. O processo de formação de leitores proficientes em uma nação perpassa inevitavelmente pelo acesso e incentivo à leitura de obras literárias desde a infância dos indivíduos.

No Brasil, a literatura infanto-juvenil demorou a ganhar ênfase. Apenas no século XX o texto literário para crianças consegue espaço em um país com poucos leitores e que não tinha um “projeto de leitura”. Coube ao escritor Monteiro Lobato ser o precursor no processo de expansão do ato de leitura a partir da literatura infanto-juvenil em terras brasileiras. Como homem de visão vanguardista, Lobato percebeu na literatura um instrumento perene capaz de provocar mudanças positivas em uma sociedade ainda arcaica.

O fato de escrever para os mais jovens faz do escritor uma voz “profética” que compreende a necessidade de formar uma geração de leitores como se uma “semente” fosse lançada para a construção de uma nação mais culta, crítica e justa. Se tudo isso foi utopia não importa. O que permanece desse brasileiro que sonhou tanto com uma pátria próspera é sua literatura que chega ao século XXI com um tom

de contemporaneidade e ajuda a despertar o interesse pela leitura tanto nos ambientes escolares como nos lares brasileiros que têm acesso ao texto literário.

Diante da realidade de um país que ainda está engatinhando na formação de leitores críticos parece ser edificante apresentar idéias e propor discussões sobre o papel da literatura como suporte textual capaz de inserir os indivíduos no mundo da leitura e por conseqüência ajudar a constituir mentes mais conscientes da realidade. Tal pensamento parte do pressuposto de que o conceito de literatura vai além das afirmações teóricas que cultivam o processo de alienação no sentido de negar a possibilidade de um aprimoramento da visão crítica da realidade por intermédio do texto literário.

É nesse sentido, que se enxerga em Monteiro Lobato um escritor brasileiro que foi capaz de contribuir consideravelmente para a constituição de um país que gradativamente toma consciência da importância da prática assídua e proficiente da leitura. Como elemento de formação de leitor, a literatura sempre teve um papel preponderante até porque sem os instrumentos midiáticos dos tempos contemporâneos, as pessoas, com razoáveis condições socioeconômicas, que viveram entre os séculos XIX e XX, a exemplo de Lobato, tinham na literatura um meio de distração que favorecia sobremaneira ao aspecto cultural e também poderia trazer influências na construção das idéias na sociedade.

Na condição de pioneiro no Brasil da literatura de caráter infanto-juvenil a ponto de ser visto até nos dias atuais como um dos grandes representantes dessa categoria literária, o escritor Monteiro Lobato já foi alvo de muitas pesquisas. Estudiosos da literatura brasileira têm discutido as obras, as intenções, ideologias e, sobretudo os benefícios do vasto legado literário deixado por esse autor que teima em deixar mistérios e controvérsias. Sendo assim, o desejo de apresentar uma contribuição crítica acerca do “pai da literatura infanto-juvenil” e de suas obras com os respectivos benefícios para a formação dos leitores brasileiros, perpassa pela necessidade de demonstrar a utilidade de sua obra literária no universo das crianças e adolescentes.

O vasto desafio parece ser discutir a função da literatura lobatiana que vem sendo usada como material didático enquanto um dos primeiros contatos de crianças com o mundo literário o qual traz a possibilidade de ampliação das competências de leitura, criatividade e crítica acerca da realidade social. Como proposta de literatura, os textos de lobato, até para o público menos maduro,

apresentam sempre uma visão nada alienadora. A produção literária, nesse sentido, tende a ser instrumento que envolve o plano não só da linguagem, mas também de aspectos da vida em sociedade. Talvez seja esse o segredo para que um escritor chegue ao século XXI com tanta vivacidade e seja até transposto a outros tipos de mídia com êxito considerável.

A empreitada a que se propõe é fundamentalmente discutir algumas contribuições que Monteiro Lobato trouxe com sua literatura infanto-juvenil para um Brasil que, ainda, pouco lê e assim tem um detrimento de suas potencialidades intelectuais. Ademais, ideias podem ser propostas sobre maneiras de reinventar uma literatura tão cheia de riquezas para despertar um maior interesse pela leitura como algo mais prazeroso e útil. No entanto, todo esse reconhecimento de um escritor consagrado não o torna isento de questionamentos ou opiniões desagradáveis. Em outras palavras, fazer crítica não significa trabalhar com verdades absolutas. Haverá sempre espaço para novas postulações desde que razoáveis. Isso seria uma espécie de antídoto para os boicotes daqueles que costumam criar “ídolos” comprometendo a neutralidade a qual acaba cedendo lugar a arroubos ideológicos.

Nessa lógica, Monteiro Lobato é o tipo de escritor sobre o qual múltiplos estudos já foram feitos, mas pela sua envergadura é possível analisar e extrair muitas ideias, sugestões e até ações que podem ser postas em prática no sentido de melhorar o ensino de literatura/leitura em uma sociedade tão carente como a brasileira. A construção de crítica literária como qualquer discurso que nunca é totalmente original necessita de alguns auxílios. Com isso, pretende-se compreender as contribuições que a literatura infanto-juvenil de Lobato pode apresentar para o ensino de língua portuguesa e formação do leitor-cidadão.

Sendo assim, as ideias propostas, neste trabalho, são sistematizadas de forma a abranger do melhor modo possível as relações entre essa literatura infanto-juvenil do escritor Monteiro Lobato e a formação de leitores mediados pelo ambiente escolar. A dissertação é composta (além da parte introdutória e considerações finais) de três capítulos que buscam estabelecer uma relação teórico-prática entre a literatura infanto-juvenil e o ambiente escolar no sentido da formação de leitores. No primeiro capítulo propõe-se uma compreensão acerca da relação entre o texto literário e a formação do leitor. A ideia é de que o contato do indivíduo com as obras literárias desde a fase da infância é relevante no processo de amadurecimento que

culmina na constituição do adulto leitor proficiente e crítico. Nesse sentido, o papel da literatura infanto-juvenil é entendido como imprescindível para que a leitura seja instrumento de aprimoramento cultural e humano desde os primeiros anos de vida das pessoas. No segundo capítulo são apresentados alguns aspectos da biografia de Lobato compreendendo que a vida do autor pode ter influência em alguma nuance de sua obra. Ademais, foi analisada parte do legado deixado pela figura histórica de Monteiro Lobato na condição de patrono, no Brasil, da literatura infanto-juvenil. As inovações introduzidas por Lobato no aspecto estético e temático das obras destinadas a menores com a criação do conhecido Sítio do Picapau Amarelo facultaram ao autor o prestígio merecido. O capítulo III apresenta um caráter mais pragmático na medida em que se propõe ações interventivas em sala de aula que possam trazer alguma melhoria no uso do texto literário entre crianças e adolescentes. Em outras palavras, deseja-se apresentar uma proposta de uso didático de obras lobatianas na condição de instrumento que dinamize e aprimore o processo de formação do leitor crítico. Diante da vasta obra produzida por Lobato na categoria infanto-juvenil, optou-se pelo recorte com a escolha das obras “Pica Pau Amarelo” (1939) e “Emília no País da Gramática” (1934) cujas propostas didáticas estão focadas no 7º ano do Ensino Fundamental. Na construção desse material teórico e prático, alguns autores são usados como aporte, a exemplo de: Lajolo (2004/2006), Zilberman (2003), Palo e Oliveira (2006), Sandroni (1998), Pereira (1996), Góes (2010), Parreiras (2009), Pietri (2009), Cademartori (2010), Colomer (2007), Cosson (2006), entre outros. Espera-se estabelecer um diálogo com as “vozes” de teóricos e críticos para se elaborar propostas de aplicação de uma literatura eficaz e salutar para os indivíduos a quem é dada a oportunidade de apreciar.

## **CAPÍTULO I - LITERATURA E A FORMAÇÃO DO LEITOR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

O processo educacional que tem contribuído para a formação de profissionais e cidadãos perpassa inevitavelmente pelo espaço escolar que se configura como estrutura autorizada, socialmente, para promover o ensino e a aprendizagem de bens culturais de forma a cooperar com o melhor convívio e harmonia em uma sociedade diversa e complexa. No roteiro dessas idéias, existe um pensamento que de tão consensual constitui-se quase como um clichê: o ato de ler é basilar para que o indivíduo desenvolva competências intelectuais e torne-se, assim, um ser humano mais pleno no aspecto cognitivo, cultural e até psíquico.

Enquanto atividade eminentemente salutar à construção de uma sociedade mais consciente e capaz de refletir acerca da realidade, a leitura não é obviamente a panacéia, mas constitui um fator essencial em um mundo que exige, cada vez mais, pessoas letradas, isto é, em condições cabais de trato adequado com a palavra escrita. Nessa lógica, considera-se importante discutir sobre as condições que possibilitam a formação de leitores em sociedades como a brasileira que foi constituída de modo a excluir grande parte de sua população de bens materiais e culturais.

Com isso, surgem pesquisas e avaliações reconhecidas internacionalmente, a exemplo do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), acerca do nível de letramento as quais revelam dados que põem o Brasil em uma posição constrangedora. Isso significa que existem lacunas no ensino de leitura no Brasil que necessitam ser sanadas para que a educação como um todo consiga avançar. Soluções mágicas não emergirão tão facilmente, senão já teriam resolvido essa situação que é debatida há décadas. No entanto, entende-se que atitudes pedagógicas e políticas educacionais podem ser implantadas no sentido de desenvolver o hábito de leitura e por consequência a elevação do nível de compreensão e análise que os alunos precisam ter dos textos. O caráter político e social que envolve essa questão é irrefutável e coaduna com o entendimento dos PCNs que expressam o seguinte:

Não se pode deixar de levar em conta que, na atual realidade brasileira, a profunda estratificação social e a injusta distribuição da renda têm funcionado como um entrave para que uma parte considerável da população possa valer os seus direitos e interesses fundamentais. Cabe ao governo o papel de assegurar que o processo democrático se desenvolva

de modo a que esses entraves diminuam cada vez mais. É o papel do Estado democrático investir na escola, para que ela prepare e instrumentalize crianças e jovens para o processo democrático, forçando o acesso à educação de qualidade para todos e às possibilidades de participação social (PCNs,1997, p.33).

Diante dessa realidade, o instrumento básico de trabalho pedagógico é genericamente denominado de texto. A propósito, é ratificado que todo processo de interação humana que faculta a troca de conhecimentos é possibilitado pelo texto. É do confronto do leitor com o texto que surgem significados e assim se faz uma leitura crítica, reflexiva e compreensiva que extrapola a mera decifração do signo lingüístico.

Nessa conjuntura da necessidade de expansão do ato de ler com qualidade, a literatura é um recurso que pode contribuir consideravelmente na formação de leitores na medida em que não serve apenas como instrumento de distração, mas é capaz de apresentar elementos culturais como também uma visão crítica da realidade social que são necessárias para que o leitor aprimore sua visão de mundo.

O uso do texto literário como material didático acabou ganhando relevância pela compreensão de que as produções literárias, com reconhecido valor lingüístico, poderiam contribuir para a apropriação e prática da linguagem de maneira mais qualificada por parte dos discentes. Assim, o ambiente escolar acolheu a literatura como uma arte que trabalha a linguagem de modo peculiar e com potencialidades para desenvolver a criatividade e maturidade lingüística dos indivíduos. No tocante ao percurso histórico em que a arte literária configurou-se em material didático, Cosson (2010) relata que:

Durante muito tempo, o espaço da literatura na sala de aula era o mesmo do ensino da leitura e da escrita e da formação cultural do aluno. Nos melhores momentos dessa tradição, dedicada essencialmente à educação das elites, os alunos aprendiam a ler de simples contos infantis às obras complexas do cânone literário. Com os textos literários, aprendiam a escrever desde as primeiras letras até emular o estilo de grandes autores. Ao realizar os exercícios de leitura e escrita, adquiriam o domínio da norma culta da língua e incorporavam uma série de referências que lhes permitiam dialogar com a cultura do passado e do seu tempo. Em outras palavras, a literatura na sala de aula era matéria com a qual se construía os elos que formavam uma corrente entre os povos, língua e sociedade – a própria essência da formação humanística (COSSON, 2010, p.56).

Pautado no pensamento de que não se pode prescindir do texto literário em sala de aula como condição de constituição de leitores críticos, procura-se discutir a presença da literatura na escola e as implicações nos hábitos de leitura. Em outras palavras, poderiam ser feitas indagações a exemplo de: até que ponto a prática pedagógica com o texto literário dinamiza a formação de leitores? De que modo o texto literário tem sido usado na escola? Que alternativas e métodos poderiam ser pensados para melhorar a prática de leitura por intermédio do texto literário? Tais questionamentos remetem a necessidade de haver melhorias no ensino da língua materna.

A leitura, nesse sentido, pode ser tomada como uma faceta que é decisiva para o sucesso não só do ensino do Português (no caso do Brasil), mas de todo processo educativo. Diante da relevância do assunto discutido, o conjunto dessas idéias é articulado a partir de tópicos que coadunados pretendem apresentar teorias e proposições capazes de oferecer uma contribuição prática em relação a aspectos da leitura do texto literário na escola e formação de uma sociedade de leitores.

### **1.1 - O Texto Literário e o Não-literário: Aspectos da Leitura**

Não constitui nenhuma novidade a idéia de que tudo que se produz por intermédio da linguagem está ligado ou pode ser sintetizado por algo genericamente denominado de texto. O texto é, portanto, o instrumento que simboliza a materialização da linguagem através do qual o ser humano se comunica e interage. Nesse sentido, quando se fala em leitura, escrita, oralidade, isto é, qualquer ato ou fenômeno referente à linguagem toca-se inevitavelmente na noção de texto como elemento inerente a toda manifestação lingüística realizada pelos indivíduos. Nessas condições de abrangência, muitos estudos e teorias surgiram acerca do material lingüístico que representa de grosso modo a possibilidade que os seres humanos têm de interagir. O conceito de texto, nessa lógica, reside basicamente nos sentidos e idéias que podem ser transmitidos por algo mais abstrato chamado de linguagem. Assim, se tudo em linguagem é texto, esse todo também é múltiplo, diverso e heterogêneo já que a sociedade se constitui dessa forma.

Com isso, os estudos relacionados à linguagem vez por outra se configuram com a apresentação de dicotomias que embora não signifiquem a

existência de dois elementos totalmente contrários e estanques, revelam diferenças na maneira de uso ou prática da linguagem. Nesse sentido, já foram estabelecidas categorias dicotômicas como língua/fala, significante/significado e texto escrito/texto oral. Assim, o texto como manifestação elementar da linguagem pode ser objeto de muitos conceitos e teorias. A esse respeito não se pode negar que “o texto é o lugar, o centro comum que se faz no processo de interação entre falante e ouvinte, autor e leitor” (ORLANDI, 1996, p. 180).

Como parte dessas conceituações e relações dicotômicas que se atribuem a texto e linguagem, existem modos diferentes de fazer uso da língua que estabelecem de certo modo também uma dicotomia: texto literário e não literário. As funções desempenhadas pelos sujeitos nessas duas categorias de texto apresentam focos diferentes. A literatura como manifestação artística da palavra apresenta maiores possibilidades de desvios de normas, atinge o auge da criatividade humana, não está comprometida necessariamente com a realidade imediata ao mesmo tempo em que se encontra livre para romper com a relação linear entre significante e significado. Isso significa a linguagem figurada, conotativa e polissêmica sobre a qual está fundado o texto literário. No tocante a esse fato Parreiras afirma que:

A literatura, como uma expressão artística, é a arte das palavras. Como uma manifestação de sentimentos, sensações, impressões e como a expressão lírica de um artista da palavra e do desenho, ela provoca deleite e traz um trabalho poético com as palavras, com as figuras de linguagem e com as imagens (...). Os elementos que caracterizam a literatura como arte e expressão do Belo podem ser encontrados, principalmente, nos textos poéticos, em prosa e em Poesia. Portanto, devemos reconhecer a literatura como um objeto simbólico, como possibilidade de subjetivação para a criança e o adulto, como um instrumento de criação de sentidos. Uma expressão que não comporta condições e regras, nem a priori (antes de ser criada e produzida), nem a posteriori (depois de publicada). (PARREIRAS, 2009, p.22).

O caráter de distinção presente no texto não literário está justamente no uso da linguagem numa perspectiva denotativa e sem a preocupação estética que é fundamental no âmbito da literatura. Diante de tais diferenças torna-se evidente que a relação do sujeito leitor com a literatura não se realiza da mesma forma como ocorre com os textos de natureza não literária. A linguagem de teor figurativo, próprio do texto literário, apresenta a possibilidade de múltiplos sentidos e requer uma maior sensibilidade do leitor além da observação de aspectos históricos,

culturais e ideológicos que estão mais velados. Por outro lado, o texto denotativo tem mais objetividade e significados menos sujeitos a polissemia. Em relação a isso Orlandi apresenta o seguinte comentário:

Além disso, a função de cada um dos níveis de sujeito, assim, como a maneira com que se dá a dinâmica de sua inter-relação, varia de acordo com os diferentes tipos de discurso: num conto de fadas deve ser diferente da observada em uma dissertação científica; em um discurso lúdico, deve ser diferente da observada em um discurso polêmico, etc. Isto deve corresponder a estratégias de leitura diferentes, que correspondem a diferentes modos de interação na literatura, correspondente aos diferentes tipos de discursos. (ORLANDI, 1996, p. 200).

Essas diferenças de prática da leitura do texto literário e do não literário não pretendem estabelecer o grau de importância de um ou outro tipo de texto. Não se fala, nesse caso, em categoria de texto superior ao outro. Ambas as representações textuais têm seu contexto e funções sociais. No entanto, ao focar a literatura é preciso reconhecer que ela contribui consideravelmente para a vida humana na medida em que apresenta um diálogo com elementos socioculturais, históricos e ideológicos. É a arte da palavra capaz de conter uma visão crítica da realidade social ao mesmo tempo em que pode despertar sentimentos, emoções e revelar o íntimo da alma humana. Na esteira desse pensamento, não parece ser hiperbólico dizer que “a contribuição da literatura na construção social do indivíduo e da coletividade não apenas é essencial, mas simplesmente inevitável” (COLOMER, 2007, p.20).

Diante do entendimento do valor do texto literário para a conjuntura social, é preciso refletir sobre as implicações nas estratégias de leitura que essa categoria textual exige do leitor. Nesse caso, ler o texto literário implica revelar subentendidos em graus mais elevados do que aqueles apresentados na linguagem predominantemente denotativa. O leitor literário que busca elementos no texto, que não se limitam ao puro prazer estético, tem a tarefa de estudo, análise e reflexão acerca de contextos mais amplos.

Ao reconhecer a complexidade da leitura do texto literário, tem-se um argumento plausível que mostra um detalhe: ainda existe uma carência de leitura reflexiva da literatura por grande parte da população. Na verdade, sabe-se que essa realidade é histórica já que no Brasil se formou com bases elitistas cujos egoísmos e

visões preconceituosas foram negando ao longo do tempo o acesso das classes menos favorecidas às condições de dignidade humana.

Assim, a literatura como essencial à formação cultural de um povo foi pouco difundida para a grande massa brasileira. Esse processo de exclusão tem evidentemente natureza ideológica e provoca efeitos na sociedade brasileira que se configura ainda hoje com carências econômicas e culturais que põem o país na categoria de subdesenvolvimento. Fazer da leitura do texto literário um hábito de alcance mais universal em terras brasileiras significa superar, ainda, a alta taxa de analfabetismo funcional e assim promover uma verdadeira revolução social com a formação de uma sociedade com uma consciência política mais aprimorada.

Com as lacunas e problemas construídos historicamente no Brasil, o processo de leitura pautado no texto literário encontra indubitavelmente muitos desafios. Sendo assim, são necessárias mudanças de posturas que envolvem vários atores: governo, profissionais da educação, família, mídia, entre outros. Se a empreitada para formar uma nação de leitores é imensa ao mesmo tempo em que é difícil lidar com a subjetividade da linguagem literária, maior certamente será o bônus ao se ter formado um país com indivíduos com mentes mais férteis e com compreensão mais crítica da realidade sociopolítica.

## **1.2 - A Literatura e a Sala de Aula: Usos e Funções**

A produção literária ao longo da história da humanidade (em tempos mais remotos) não tinha como ambição primária ser instrumento de instrução ou prática pedagógica. No caso Brasileiro, é difícil imaginar que escritores como José de Alencar e Machado de Assis planejassem que suas obras fossem tão requisitadas como material didático. A literatura, como arte, sempre foi feita para ser apreciada e eternizada como elementos culturais, ideológicos e políticos com a possibilidade de revelar uma visão crítica da realidade ou fazer opção por um refúgio dos fatos. A segunda opção pode ser denominada de alienação, termo que na verdade carrega em si uma alta carga ideológica, pois mostra a diferença entre aqueles que são omissos diante de dramas sociopolíticos e os que atuam mesmo que seja pela palavra escrita de modo artístico.

A chegada da literatura na escola amplia sobremaneira o alcance e a função social atribuída ao texto literário. Isso significa que os leitores literários não

ficariam restritos ao estímulo familiar. O espaço escolar passou a ser elo fundamental entre o leitor e literatura. É óbvio, que do ponto de vista histórico, isso ocorre muito lentamente em países subdesenvolvidos como o Brasil, que tem um legado repleto de mazelas com a exclusão social e econômica de grande parcela da população. Diante dessa realidade, a idéia de usar o texto literário em sala de aula para desenvolver a criatividade e as competências lingüísticas dos discentes constitui-se uma atitude salutar na medida em que parte do pressuposto de que a literatura exige dos agentes envolvidos (autor/leitor) níveis consideráveis de aptidões no que concerne à linguagem.

Fala-se, desse modo, do papel social exercido pela literatura visto que a mesma não se configura como uma arte inócua. Acerca do texto literário pode-se postular alguma função social apesar de alguns intelectuais mais conservadores não aceitarem de bom grado essa idéia. Questões ideológicas à parte, ao se pensar no desenvolvimento de consciências críticas e na formação de cidadãos por intermédio da literatura fica difícil não reconhecer algum valor nessa visão mais pragmática acerca do fazer literário. Além dos aspectos sociais e políticos envolvidos na literatura é preciso reconhecer que os estudos da linguagem e as práticas de ensino cometeriam um grande equívoco se não outorgassem o espaço merecido aos textos literários. Na verdade, pode ser percebido ainda um engano quando se estabelece uma relação dicotômica entre literatura/língua no sentido de separar cabalmente os estudos da linguagem dos literários. Compreende-se que a literatura na sua amplitude de arte apresenta um aspecto externo (elementos culturais, históricos e ideológicos) e interno que é a própria linguagem, material constituinte do texto. Nesse sentido, as palavras de Lígia Chiappini de Moraes Leite esclarecem que:

Nos últimos vinte anos, como o aprofundamento dos estudos de lingüística e de teoria literária, tem ficado cada vez mais claro que o material com que trabalha a literatura é fundamentalmente a palavra e que, portanto, estudar literatura significa também estudar língua e vice-versa. Esses mesmos estudos têm-nos demonstrado que o uso literário da linguagem é um entre outros vários possíveis. Mesmo quando utilizada em sua função predominantemente referencial, na comunicação de todo dia, a linguagem percorre registros diferentes, dependendo das circunstâncias concretas dos falantes e ouvintes. E a norma culta, ensinada pela escola, representa apenas uma possibilidade entre outras do seu uso. Finalmente, a lingüística nos alerta para a especificidade da linguagem oral e da linguagem escrita, cada qual com suas próprias normas – questões, aliás. Com que a literatura sempre se debate quando tem de resolver a maneira mais verossímil de

grafar a fala de suas personagens, em sintonia com a sua situação de classe, sua cultura, sua idade, etc. (LEITE, 1997, p.18-19)

O questionamento acerca da serventia da literatura embora pareça um excesso de pragmatismo e possa incomodar àqueles que não usariam termos como “utilidade” no tocante ao texto literário, é necessário reconhecer os efeitos e, portanto a que se presta a arte literária no meio social. A sala de aula na conjuntura de uma sociedade que precisa ser mais letrada e leitora assídua torna-se o ambiente onde o indivíduo tem a oportunidade de contato com a literatura para tê-la como instrumento indispensável tanto na sua formação enquanto leitor quanto de ser humano, cidadão apto a refletir acerca da linguagem e da realidade que o cerca. Antonio Candido é um dos críticos literários e/ou teóricos da literatura que percebem as funções sociais e políticas presentes no âmbito literário. Sobre a função da literatura, o referido crítico contribui da seguinte forma:

A função da literatura está ligada à complexidade da sua natureza, que explica inclusive o papel contraditório mas humanizador (talvez humanizador porque contraditório). Analisando-a, podemos distinguir pelo menos três faces: (1) ela é uma construção de objetos autônomos de estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente. Em geral pensamos que a literatura atua sobre nós devido ao terceiro aspecto, isto é, porque transmite uma espécie de conhecimento, que resulta em aprendizado, como se ela fosse um tipo de instrução. Mas não é assim. O efeito das produções literárias é devido à atuação simultânea dos três aspectos, embora costumemos pensar menos no primeiro, que corresponde à maneira pela qual a mensagem é construída; mas esta maneira é o aspecto, senão mais importante, com certeza crucial, porque é o que decide se uma comunicação é literária ou não. (CANDIDO, 2004, p.176-177)

Como se percebe, embora não se negue o caráter fantasioso, de leitura por prazer e até da possibilidade lúdica presente na literatura, é conveniente ressaltar o papel prático que o texto literário pode apresentar na sociedade. Só pelo fato de ser meio de aprimoramento de domínio e uso da linguagem e de despertar mentes para uma não alienação, o serviço prestado pela literatura é de grande valor.

O reconhecimento dos méritos da literatura no tocante à sociedade e o seu uso benéfico no ambiente escolar, o que reflete no conjunto social, remete a outros questionamentos salutares: de que modo a literatura vem sendo utilizada pela escola ou quais metodologias de ensino literário têm sido predominantes nas salas

de aula? No direcionamento dessas indagações pode-se pensar que a literatura tem sido ensinada sem muito apelo à reflexão e à criatividade. O fato é que o sistema escolar tem a tendência de encarar o ensino de literatura a partir de modelos, costumes e programas predeterminados. Diante disso, o professor e a escola atuam como simples reprodutores do sistema ideológico vigente e de padrões que são impostos pela sociedade, ou seja, não há o que se questionar ou inventar e assim ensina-se literatura como disciplina burocrática numa sequência imutável. O que não se atenta é o fato de que a literatura não pode ser vista como uma disciplina qualquer, pois ela é atemporal e trabalha de modo extraordinário com a linguagem.

Nesse sentido, o equívoco parece residir em querer moldar o ensino da literatura a um fim social determinado como, por exemplo, o vestibular. Nesse caso, os programas de estudo de Literatura privilegiam geralmente as escolas literárias com suas respectivas características e autores. Além disso, predominam nesse ensino as obras mais antigas e consagradas em detrimento da literatura mais contemporânea. No entanto, já é possível perceber a possibilidade de uma abertura no sentido de ampliar a ótica no tocante ao sentido de literatura a partir da leitura/reflexão/crítica de obras literárias não necessariamente de séculos mais distantes. A empreitada parece ser dura, mas existe a esperança numa melhora no ensino de literatura. Sobre a maneira como a literatura tem sido empregada no contexto escolar Pietri comenta:

[...] o texto literário na escola teria a função de levar o aluno a conhecer exemplos das escolas literárias e das características da obra de determinado autor. Organizado como uma “viagem de turismo cultural”, esse ensino apresentaria a literatura com a imagem de uma progressão homogênea e contínua, e limitar-se-ia a preparar o aluno para ser um bom consumidor de bens culturais. A história é assim excluída da literatura, que é vista como o lugar de exercício de estilo, como o predomínio de visão idealista quanto ao valor do texto literário. Essa ordem promove a descontextualização do texto literário, a exclusão de qualquer referência ao contexto econômico, político e social que compõe seu universo temático, o que, como discutido acima, leva a uma concepção inadequada de leitura, que prima pela facilitação e pela superficialidade. Essa relação como produção literária impede a apropriação crítica de idéias e valores da cultura que permeiam os textos selecionados, esvaziados assim de ideologia e da crítica que os animava, o professor passa a ser visto como “um profissional de civilização de cultura”. (PIETRI, 2009, p.79-80)

Na verdade o que se pode dizer é que a presença do texto literário em sala de aula é uma grande possibilidade de desenvolver a imaginação, a sensibilidade, a criatividade lingüística e o senso crítico dos alunos, principalmente nos dias atuais em que os aparatos tecnológicos têm substituído o prazer da leitura de um conto, poema, romance, entre outros. Com essa conjuntura, vê-se a importância de selecionar textos literários que de alguma forma possam chamar a atenção do aluno para a realidade do mundo do qual ele faz parte, ou seja, escolher obras literárias que estimulem, envolvam e sejam instrumento de amadurecimento e construção de pessoas críticas, conscientes e acima de tudo humanas neste mundo em crise.

Na lógica dessas idéias, o uso da literatura como recurso pedagógico deve estar voltado para o estudo do texto literário no tocante ao uso da linguagem e suas implicações sobre a realidade do mundo. Todavia, na prática escolar do ensino fundamental e até do ensino médio (onde estão faixas pré-adolescentes e adolescentes), é possível perceber uma distorção na forma como se ensina literatura. Ocorre, portanto, o esquecimento de um fator principal: o texto literário que deve ser lido, compreendido, refletido e apreciado prazerosamente pelo discente.

Assim, o ensino de literatura necessita estar pautado em um constante ato de leitura e reflexão, o que pode parecer desagradável para uma geração que almeja algo mais “divertido”. No entanto, sem o exercício da leitura num processo que envolva prazer e conhecimento, a literatura em sala de aula perde o sentido e se torna apenas um pretexto para reproduzir uma historiografia descontextualizada e carente de reflexão crítica. A mudança nesse tratamento do texto literário no espaço escolar depende de todos os agentes envolvidos no processo (gestores, supervisores, professores e alunos), mas no final das contas, o docente é a peça-chave que pode estabelecer propostas e estratégias no sentido de formar leitores literários. Tal responsabilidade é inevitável, pois se faz uso da literatura a partir da leitura, reflexão e discussão. Ao seguir esse caminho, os professores associados com a boa vontade dos alunos poderão oferecer benefícios consideráveis para uma sociedade que precisa ser mais leitora e consciente.

### 1.3 – A Formação do Leitor e a Literatura: A Gênese do Processo

O pensamento de que o ato de ler enquanto atitude consciente e capaz de gerar reflexão e conhecimento subjaz à presença de um processo incessante de amadurecimento e evolução condicionado à quantidade e qualidade da leitura. O bom leitor não é construído por um acaso, é necessário o incentivo, a prática e o gosto pelos textos com os quais se terá contato. Nesse sentido, a escola não deve ser considerada a única responsável pela formação de leitores, embora existam carências nas estruturas familiares e conjunturas socioeconômicas que são verdadeiros empecilhos até no processo educacional básico em que não se considere níveis mais elevados de consciência crítica.

Em uma sociedade que se aproximaria até de uma utopia, ter-se-ia as condições de dignidade todas resolvidas, dentre as quais, a totalidade de sua população alfabetizada e em condições de ter certa autonomia de aprendizagem. No contexto de atraso educacional em que se vive, a dificuldade de construir uma sociedade de leitores é ampliada. O aparente pessimismo exacerbado com que se trata essa questão da leitura crítica na vida dos indivíduos brasileiros é na verdade o diagnóstico de uma realidade histórica. Se o Brasil tem ainda muitos analfabetos é porque seus governantes (democráticos ou não) nunca priorizaram enfaticamente a educação. Negar as razões políticas para explicar a situação social em que a educação está inserida e por consequência o ato de ler é aderir a uma visão alienada de mundo que pode ser salutar àqueles que estão em posição confortável e não almejam alteração na sociedade.

Diante das considerações de caráter sociopolítico acerca da leitura, vista como um processo que deve envolver a todos, é preciso refletir sobre a prática pedagógica que se apropria do texto literário para constituir leitores que superem o nível da mera decodificação e atinjam a condição de compreensão do texto e de mundo pela palavra escrita. Nessa lógica, ler é, antes de tudo, um ato de interação que possibilita uma série de vantagens. Sobre isso Antunes diz algo a ser observado:

A atividade da leitura favorece, num primeiro plano a ampliação dos repertórios de informação do leitor. Na verdade, por ela, o leitor pode incorporar novas idéias, novos conceitos, novos dados, novas e diferentes informações acerca das coisas, das pessoas, dos acontecimentos, do mundo em geral. (ANTUNES, 2003, p. 70)

Coadunado aos elementos cognitivos e culturais inerentes à leitura, o texto literário faculta, ainda, o prazer pelo contato com uma forma artística de trabalhar a palavra. Não resta dúvida, portanto, que a literatura é oportuna como ponte para “produzir” leitores. A questão crucial nisso tudo é quando iniciar esse processo e como desenvolver estratégias de leitura que surtam efeitos significativos. A lógica leva a deduzir que a formação do leitor deve ocorrer logo nos primeiros anos de vida do indivíduo. É a partir da infância na qual o ser humano, já alfabetizado, poderá desenvolver habilidades de leitura com o intermédio da literatura. Afinal de contas nada mais apropriado para crianças do que a leitura numa perspectiva lúdica e imaginativa. Daí a importância da literatura infantil, pois ela é a verdadeira gênese na formação de leitores. Pode-se dizer que crianças ao serem estimuladas a leitura literária, desde cedo, têm maiores possibilidades de desenvolverem aptidões de leitura e produção escrita. Nesse caso, família e escola devem ser aliadas nesse processo no qual se constrói o ser humano no sentido cognitivo e ético. Na ausência da família por razões socioeconômicas, caberá à escola e principalmente ao docente a tarefa de inserir “os pequenos” no mundo da leitura. Em relação à importância da presença do texto literário na infância, Parreiras afirma que:

O livro é um objeto cheio de curiosidades, de fantasias que habitam nosso imaginário de lembranças, de associações. Por isso, a importância dos livros na primeira infância, seja em casa, seja na escola, seja na biblioteca. Livros em estantes de tamanho acessível às crianças, livros em cestas, em caixas de papel. Livros oferecidos de forma natural, como os brinquedos. Livros, revistas, jornais e recortes. Junto com todos esses materiais, uma palavra, um conto, uma cantiga, uma história. É assim que se dá a iniciação das crianças no mundo da leitura! E tudo começa como o bebê, depois com a criança que vai à creche e com aquela que vai ao jardim de infância, ao pré-escolar, à educação infantil. (PARREIRAS, 2009, p. 28-29)

É perceptível que a relação estabelecida entre o texto literário e a criança é de responsabilidade dos adultos que têm o dever de tornar acessível a leitura e incentivar o ato de ler como condição indispensável na boa formação do ser humano. Ao professor, nesse caso, cabe um papel preponderante que é o de selecionar obras literárias e conduzir uma leitura que deve ocorrer dentro e fora de sala de aula. Nesse trabalho como crianças e adolescentes em que se precisa

despertar o interesse pelos textos e formar uma consciência de que a leitura é algo prazeroso e edificante, o docente precisa ser, antes de tudo, um exemplo de leitor no qual os alunos possam se espelhar.

Desse modo, a prática docente, em uma sociedade ainda repleta de desajustes, atua como possibilidade de redenção de várias gerações. São essas crianças de hoje que serão os adultos do futuro. Que país se fará sem educação de qualidade e sem leitores proficientes? A resposta não é logicamente muito agradável, mas diante de uma realidade educacional que necessita de melhoras prementes é oportuna a atuação quase heróica do docente que através da literatura pode despertar consciências e desenvolver competências lingüísticas.

Com o texto literário em sala de aula o professor será um orientador de leitura e abrirá novos horizontes para que o discente leia com qualidade e aprimore suas potencialidades. Devido à escassez do tempo, essa formação do leitor não dependerá apenas do docente, pois cabe ao aluno a disposição para fazer da leitura uma prática constante que obviamente não se restringirá ao espaço escolar. Vê-se que a constituição de leitores tendo a literatura como base é tarefa por demais complexa que envolve vários fatores. O docente é basilar nesse processo, mas não tem todo ônus como se poderia postular. Por outro lado a omissão de quem tem o dever de ensinar numa perspectiva crítica pode comprometer a construção de uma sociedade mais politizada. Independente das mazelas sociais, dos desmandos políticos, dos baixos salários e do desrespeito aos quais os professores se submetem diariamente é necessária a atuação docente no sentido de fazer do Brasil um país de leitores como “profetizou” há mais de um século o escritor Monteiro Lobato. Nessa empreitada em que se propõe formar leitores críticos à luz da literatura, a autora Zilberman apresenta o seguinte pensamento:

Supondo esse processo um intercambio cognitivo entre texto e o leitor, verifica-se que está implicado aí o fenômeno da leitura enquanto tal. Esta não representa a absorção de uma certa mensagem, mas antes uma convivência particular com o mundo criado do imaginário. A obra literária não se reduz a determinado conteúdo reificado, mas depende da assimilação individual da realidade que recria. Sem ser comprometida na sua totalidade, ela não é autenticamente lida, do que advêm algumas conseqüências: - o professor que se utiliza do livro em sala de aula não pode ser igualmente um redutor, transformando o sentido do texto num número limitado de observações tidas como corretas (procedimento que encontra seu limiar nas fichas de leitura, cujas respostas devem ser uniformizadas, a fim de que possam passar pelo crivo do certo e do errado);

- ao professor cabe o desencadear das múltiplas visões que cada criação literária sugere, enfatizando as variadas interpretações pessoais, porque decorrem da compreensão que o leitor alcançou do objeto artístico, em razão de sua percepção singular do universo representado. (ZILBERMAN, 2003, p. 28)

A prática docente no tocante ao ensino de leitura com o subsídio da literatura implica, portanto, a superação da superficialidade habitual como são tratados os textos em sala de aula. É de suma importância que o professor oriente o aluno para a percepção dos subentendidos dos textos e das relações extratextuais que podem ser estabelecidas. Isso significa que a constituição do leitor ocorre de modo gradual com base nos constantes contatos com os textos na busca dos sentidos de acordo com as revelações e implícitos concedidos pela linguagem.

Sendo assim, nas atividades pedagógicas deve-se pensar a literatura a partir de suas características que envolvem a reflexão e o processo autocrítico, isto é, reconhecer uma área de estudo que apresenta muitos valores e sentidos para a vida do ser humano. Com isso, se quer dizer que a literatura não é um passatempo inútil como alguns podem achar, mas é um espaço onde a linguagem e a alma humana se fundem.

A linguagem na literatura é uma estrutura usada de modo inovador, criativo e imaginativo. A maneira de falar sobre as coisas da nossa existência é feita com maior liberdade, pois na literatura não há satisfações a dar a ninguém. Nesse sentido, a linguagem “sem algemas” almeja refletir como um “espelho” a sensibilidade, as emoções, os anseios e até as indignações e revoltas humanas.

Com isso, a reflexão na literatura revela uma marca natural dessa arte da linguagem, ou seja, é preciso primeiro olhar para dentro de si para depois olhar o exterior. O interior na literatura parece ser a própria linguagem, isto é, faz-se uma espécie de metalinguagem na qual o constituinte lingüístico é o maior revelador dos sentidos mais íntimos. O exterior é o mundo que ela (literatura) atinge com seus conceitos, idéias, valores e opiniões. É nessa análise de como a linguagem constrói sentidos e com quais intenções subjacentes que a literatura instaura-se no seu caráter reflexivo. Diante dessa amplitude, o fazer literário como contribuição na vida do leitor tem relevância irrefutável a ponto de ser, na escola, uma opção bastante alvissareira. A respeito dessa relação entre literatura e escola, Pietri afirmar que

[...] a leitura de textos literários é diferenciada já pelo fato de que envolve modos de leitura específicos. Pensando na formação do leitor em contexto de ensino, esses modos de leitura precisam ser considerados na escola. O interesse da literatura se faz, então, duplamente: porque pode auxiliar no desenvolvimento de questões relativas a aspectos sociais e políticos, e o texto literário é um bom material para isso uma vez que sua produção pode revelar aspectos das condições em que a linguagem pode ser altamente elaborada. (PIETRI, 2009, p. 81)

No sentido do ensino da leitura por meio do texto literário, o professor atua como agente facilitador da compreensão do que é lido, mas sem a atitude de simplificar demasiadamente o estudo literário. É salutar estabelecer desafios para que os alunos consigam atingir níveis de leitura mais avançados e aos poucos tenham maior capacidade de desvendar elementos ocultos no texto. Ler, nessa perspectiva, é uma tarefa individual e também coletiva, pois envolve a subjetividade do indivíduo e sua relação com o conjunto da sociedade. Nesse dever quase solitário imposto à escola e ao professor cabe, sobretudo, o trabalho de conscientização dos alunos quanto à imprescindibilidade da leitura para formação plena do ser humano. É preciso compreender, portanto, que sem o domínio da palavra escrita, os indivíduos têm reduzidas imensamente suas potencialidades e por conseqüência suas chances de se tornarem verdadeiros cidadãos.

O êxito na educação e o desenvolvimento sociocultural de um país estão condicionados à maneira como as pessoas lidam com a língua materna no âmbito da escrita. Nesse contexto, a leitura é basilar para que os indivíduos dominem e façam bom uso do código lingüístico. No entanto, o que se tem percebido é uma defasagem considerável tanto em relação ao aspecto quantitativo quanto qualitativo no que se refere à leitura em terras brasileiras. Diante disso, entende-se que numa sociedade com a existência de um analfabetismo vergonhoso que ainda atrapalha a formação de uma cultura pautada no ato de ler, é preciso ter na escola a possibilidade de oferecer às novas gerações as condições para fazer da leitura um instrumento de autonomia intelectual.

Com isso, a prática pedagógica no tocante ao ensino de língua materna necessita se apropriar do texto literário no sentido de ampliar o ato de ler numa perspectiva crítica. A relação entre ficção e realidade pode ser estabelecida como maneira de fazer da leitura algo mais pragmático com maiores implicações na vida social. A presença da literatura na escola apresenta, portanto, vasta contribuição

que ultrapassa a noção de competência lingüística. Embora, tendo a linguagem como cerne, o texto literário alcança outras instâncias do conhecimento humano.

Toda a riqueza a ser explorada na literatura perpassa primordialmente pela constituição de indivíduos capazes de ler o texto como ponte para compreender a realidade do mundo. Isso significa que a leitura é um instrumento inestimável que faculta a possibilidade de desenvolvimento cognitivo, psicológico, político e ético. Nessa linha de raciocínio a educação escolar deve estar voltada para o estabelecimento de um diálogo entre os sujeitos em formação com os textos dentre os quais se enquadram aqueles que apresentam caráter conotativo.

Diante disso, a utilização do texto literário como elemento fundamental na formação de leitores na escola deve ser mais dinamizada. Desse modo, poderá ter mais proveito se forem considerados preceitos que pautam a leitura não apenas pela superfície e/ou estrutura textual, mas também pelas idéias ocultas e as relações discursivas possíveis. Nesse sentido, não se pode prescindir de uma prática docente que faça do aluno um leitor crítico, apto a compreender e analisar as conjunturas presentes na sociedade que são expostas pela linguagem.

#### **1.4 A Literatura Infanto-juvenil e a Construção do Leitor**

Na sociedade contemporânea, crianças e adolescentes obtiveram direitos que são imprescindíveis para a construção de um mundo mais justo e harmônico. Não obstante ainda existam abusos e violações das leis que buscam assegurar uma vida digna a esses indivíduos, que estão em pleno desenvolvimento moral e intelectual, muitos avanços merecem ser reconhecidos.

No contexto desses direitos, antes negados, está um dos principais: a educação. O acesso ao processo educacional constitui-se um elemento basilar na formação humana e profissional dos indivíduos. Assim, a escola pública, o contato com as diversas formas de interação humana e a literatura podem ser vistos como elementos que se coadunam para que os menores tenham a oportunidade de um desenvolvimento salutar.

No âmbito da formação intelectual e da personalidade, a prática da leitura parece ser componente relevante. Aquilo que o indivíduo lê durante sua trajetória de vida contribui indubitavelmente para sua construção enquanto sujeito. A literatura

infanto-juvenil, nesse sentido, pode configurar-se como um dos fatores de um processo benéfico que se desenrolará ao longo das demais fases do ser humano.

Esse reconhecimento da importância de oportunizar o acesso de crianças e jovens ao texto literário beira ao consensual em dias atuais. No entanto, essa realidade é relativamente recente, sobretudo, em países mais jovens como o Brasil que foram construídos sem dar maior prioridade a fatores culturais e a educação.

Na Europa, o surgimento da literatura infanto-juvenil esteve condicionado a mudanças de paradigmas sociais e até nas estruturas econômicas. O fim do feudalismo, a passagem da Idade Média para a Moderna, a chegada da burguesia ao poder, as novas formas de produção foram determinantes para a imersão de uma nova ótica que deixava de enxergar a criança como um adulto em miniatura.

Com as novas ordens econômicas e sociais vindas com a chamada Idade Moderna e as idéias iluministas, a produção de uma literatura destinada aos menores pôde ser desenvolvida, pois a concepção de estrutura familiar também se modificou com a necessidade de educar melhor os filhos para um novo mundo que se modernizava. É óbvio que as disparidades sociais refletiam também nas desigualdades de acesso a certos bens culturais, a exemplo da literatura. No roteiro desses fatos, Zilberman diz que:

Foram as modificações acontecidas na Idade Moderna e solidificadas no Século XVIII que propiciaram a ascensão de modalidades culturais como a escola com sua organização atual e o gênero dirigido ao jovem. Com a decadência do feudalismo, desagregaram-se os laços de parentesco que respaldavam esse sistema, baseado na centralização de um grupo de indivíduos ligados por elos de sangue, favores, dívidas de compadrio, sob a égide de um senhor de terras de origem aristocrática. Da dissolução desta hierarquia nasceu e difundiu-se um conceito de estrutura unifamiliar privada, desvinculada de compromissos mais estreitos com o grupo social e dedicada á preservação dos filhos e do afeto interno, bem como de sua intimidade. Estimulada ideologicamente pelo Estado Absolutista, depois pelo liberalismo burguês, que encontraram neste núcleo o suporte necessário para centralizar o poder político e contrabalançar a rivalidade da nobreza feudal, ela recebeu o aval político para irradiar seus principais valores: a primazia da vida doméstica, fundada no casamento e na educação dos herdeiros; a importância do afeto e da solidariedade de seus membros; a privacidade e o intimismo como condição de uma unidade familiar (ZILBERMAN, 2003, p.16-17).

Percebe-se que o século XVIII, conhecido como “século das luzes,” trouxe embutido uma série de ideais que valorizavam o conhecimento e a liberdade. Num antagonismo em relação aos preceitos medievais respaldados pela Igreja Católica,

aquela nova sociedade emergia com o desejo de questionar os dogmas e modelos socioeconômicos antes vigentes. Nessa conjuntura, a necessidade de se formar gerações com maior domínio dos conhecimentos existentes na época, além de avançar nos estudos e pesquisas para novas descobertas, proporcionou uma abertura para uma ótica que entrava em confronto com a visão teocêntrica de outrora.

O mundo moderno, voltado para uma ciência que simbolizava o progresso da sociedade, seguiu o pensamento de que desde cedo os indivíduos deviam ter contato com bens culturais capazes de facultar o desenvolvimento da mente e uma educação nos moldes da família tradicional da época. Nesse sentido, o modo mais profícuo encontrado foi a disseminação da literatura, que antes estava limitado ao público adulto, para aqueles que não eram vistos com os potenciais e as necessidades de amadurecimento cultural que a arte literária poderia outorgar.

O entendimento de que os seres humanos deveriam passar por um processo de maturação, que estava condicionado à idéia de faixa etária, culminou com a criação de um modo de fazer literatura o qual ficou consagrado como um novo gênero: o infanto-juvenil. Os adultos passariam a escrever literatura para crianças e adolescentes de maneira a contribuir para o amadurecimento cultural dos futuros adultos, sem prescindir, inevitavelmente, dos fatores imaginativos e fantasiosos intrínsecos à arte literária.

Nesse sentido, é consenso o fato de que a literatura como fazer artístico amplo que engloba tanto o escrito quanto a oralidade esteve sempre presente na vida das pessoas desde os seus primeiros anos. Quando ainda não dominavam o código escrito, as crianças escutavam causos, lendas, fábulas, entre outros, que despertavam a imaginação e a criatividade. Em outras palavras, o mundo da literatura está presente na vida humana antes mesmo dos indivíduos adquirirem o conhecimento da palavra escrita. Essa oralidade que exterioriza elementos literários introduz os menores no desejo de conhecer novas histórias quando tiveram as condições de lidar com o aspecto escrito da língua. Com isso, é possível, portanto, endossar as palavras de Góes quando diz que:

[...] o livro para crianças é conquista moderna. Já a Literatura Infantil tem sua origem oral do mito; amas de leite, rapsodos e educadores transmitiam de viva voz à infância, primeiro na Grécia, depois em Roma, as tradições de seus antepassados, fábulas, lendas heróicas ou religiosas e aventuras extraordinárias. Na Grécia se narravam os mitos de Hesíodo ou se

recitavam fragmentos da *Ilíada* ou da *Odisseia*; em Roma, *De viris illustribus*, de Cornélio Nepote, 94 a.C., ou as *Vidas paralelas* de Plutarco, 50-138 a.C. No Oriente o desenvolvimento da literatura deste tipo se confunde com a popular e a folclórica: apólogos e lendas de conteúdo heróico civil e religioso (GOÉS, 2010, p.95).

Nesse processo histórico no qual o ser humano estabelece contato com a literatura, as metamorfoses socioeconômicas e nos meios de comunicação são de grande relevância. A passagem de uma literatura oral para a escrita, destinada ao público infante-juvenil, perpassou por uma série de reflexões de cunho estético e ideológico. Que tipo de literatura os adultos produziram para os mais jovens? Qual linguagem seria apropriada? Que idéias e valores deveriam transmitir? Essas indagações se fizeram presentes na gênese dessa literatura que tenderia a ser revolucionária, já que atenderia a um público carente da língua escrita e em condições cabais de crescimento intelectual.

Os impasses existentes nos primórdios da literatura infante-juvenil se deram em parte pelas dúvidas quanto aos focos de interesses e as funções que esse novo fazer literário estaria vinculado. Constituiu-se, então, um processo iniciado com certo grau de imprecisão que aos poucos foi delineando um novo formato literário. Nesse sentido, os primeiros escritos postos como literatura infante-juvenil foram na verdade textos literários destinados ao público adulto que pela leveza da linguagem e temática educativa puderam ser adaptados para as crianças.

Ademais, obras que adquiriram um caráter de universalidade tiveram condições de circular em todas as faixas etárias sem receber juízo de valor como categoria literária inferior. É o caso das obras *Robison Crusoe* (1719) do autor inglês Daniel Defoé e o *Pequeno Príncipe* (1943) do escritor francês Antoine de Saint-Exupéry. A natureza filosófica desses dois livros os tornaram clássicos da literatura ultrapassando os limites de idade. Esse fato demonstra que a literatura escrita para os não adultos não seria necessariamente menor no sentido estético e reflexivo. Não obstante os ajustes de linguagem para um público menos experiente, a literatura infante-juvenil manteria o mesmo valor artístico.

Na contramão dessa realidade, o modo como a literatura infante-juvenil foi construída, ao longo do tempo, apresentou revesses e mudanças de rotas que foram consequência dos enfoques ideológicos de cada época. O que se constata é que o termo infante-juvenil esteve carregado de um preconceito, isto é, obras e escritores

do público adulto estariam acima daqueles que escreviam para os “inocentes”. Esse fato histórico-literário é confirmado por Cademartori quando afirma que:

Historicamente, a literatura infantil é um gênero situado em dois sistemas. No sistema literário, é espécie de primo pobre. No sistema da educação, ocupa lugar mais destacado, graças ao seu papel na formação de leitores, que cabe à escola assumir e realizar. Sendo assim, nas conceituações e definições do que seja literatura infantil, não é raro que encontraremos a alternância, ou a convivência, de critérios estéticos e pedagógicos. Uma comprovação rápida de que a literatura infantil, pode ser extraída rapidamente das listas, indicações, sugestões, seleções de todo tipo de obras literárias consideradas mais importantes ou representativas (CADEMARTORI, 2010, p.13).

O aparecimento tardio da literatura infanto-juvenil motivadas pelas razões supracitadas condicionou também a uma escassa produção de crítica literária desse gênero. Quando se coloca em pauta o caráter pedagógico a partir do qual se desenvolveu essa literatura, surgem os questionamentos sobre o detrimento do aspecto estético tão valorizado na arte literária. A concepção de literatura centrada no prazer alcançado pela linguagem refinada e muitas vezes acessíveis a poucos pode se contrapor ao fazer literário que serve para ensinar as crianças e, de um modo singelo, formar leitores.

É bem verdade que nos seus primórdios a literatura para os menos experientes pecou pelo seu exacerbado direcionamento ao cunho didático. As ideológicas de classes, os modelos de comportamento e de fé foram estabelecidos como paradigmas a serem seguidos pelas novas gerações. Todos os escritos eram logicamente idealizados pelos adultos com o intuito de educar a criança como um ser passivo. Como seres em formação, os mais jovens não tinham direito a possuir espírito crítico.

As relações de poder na sociedade, mais uma vez, determinava quem mandava nos processos de expansão dos conhecimentos e da arte. Fatos esses que de modo algum são deméritos para o fazer artístico que se diferenciava apenas pela estatura dos seus consumidores. Acerca dessa celeuma que traz à tona uma espécie de dicotomia da literatura infanto-juvenil enquanto elemento pedagógico e/ou artístico, Coelho apresenta revelações que podem ser consideradas:

O que se pode deduzir, diante das tendências que ela vem seguindo nestes três séculos de produção, é que um dos primeiros problemas a suscitar

polêmica, quanto à sua forma ideal, teria sido o de sua natureza específica: A literatura infantil pertenceria à arte literária ou à área pedagógica? Controvérsia que vem de longe: tem raízes na Antiguidade Clássica, desde quando se discute a natureza da própria literatura (útil ou dulce?, isto é, didática ou lúdica?) e, na mesma linha, se põe em questão a finalidade da literatura destinada aos pequenos. Instruir ou divertir? Eis o problema que está longe de ser resolvido. As opiniões divergem e em certas épocas se radicalizam. Entretanto, se analisarmos as grandes obras que através dos tempos se impuseram como “literatura infantil”, veremos que pertencem simultaneamente a essas duas áreas distintas (embora limítrofes e, as mais das vezes, interdependentes): a da arte e a da pedagogia. Sob esse aspecto, podemos dizer que, como objeto que provoca emoções, dá prazer ou diverte e, acima de tudo, modifica a consciência de mundo de seu leitor, a literatura infantil é arte. Sob outro aspecto, como instrumento manipulado por uma intenção educativa, ela se inscreve na área da pedagogia (COELHO, 2000, p.46).

Os questionamentos acerca da qualidade literária e o conseqüente desprestígio atribuído à literatura infanto-juvenil vêm gradativamente sendo desconstruído na medida em que se percebe essa concomitância entre literário e pedagógico que não causa detrimento para nenhuma das partes. O que ocorre pode ser traduzida pela conhecida expressão popular: “É a união do útil ao agradável”. Em outras palavras, a literatura para os não adultos ao ter sua origem ligada ao ensino não compromete sua função emotiva, imaginativa e a linguagem de teor conotativo.

Para deixar ainda mais claro pode-se dizer que “a literatura infantil é, antes de tudo, literatura; ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra” (COELHO, 2000, p.27). Numa postura de concordância ao pensamento de Coelho, Cademartori atesta o seguinte:

Mesmo sendo inegável o vínculo estabelecido entre literatura infantil e educação, é importante ter clareza de que não cabe ao gênero o papel de subsidiário da educação formal. A natureza literária já o coloca além dos objetivos pedagógicos, assim como dos ideais, costumes e crenças que os adultos queixaram transmitir às crianças. É como entretenimento, aventura estética e subjetiva, reordenação dos próprios conceitos e vivências, que a literatura oferece, aos pequenos, padrões de leitura do mundo (CADEMARTORI, 2010, p.08).

Associado ao didatismo tão criticado pelos que postulam um patamar aquém da literatura para a produção literária destinada aos pré-adultos esteve o caráter moralizador do fazer artístico. Assim, normas, padrões de comportamento e formação ética foi inserido nessa literatura os quais carregados de valores e ideologias trariam contribuições significativas na constituição das consciências de

muitos indivíduos. As antíteses de personagens que representavam o bem e o mal (herói X vilão; bruxa X princesa) foram estereótipos criados provavelmente para moldar esse caráter do sujeito para práticas individuais e coletivas aceitas como boas e justas. Os contos de fada são exemplos cabais dessa realidade.

Não é por acaso que, no final das histórias, o mocinho e a mocinha sempre saem vitoriosos, felizes e os antagonistas são severamente castigados. Havia, portanto, um modelo de narrativa, ideologicamente arquitetado, para introduzir na mente das crianças como se portar na sociedade quando adultos. O juízo de valor a respeito desse método empregado na literatura infanto-juvenil, ao longo da história, está sujeito a muitas contestações. Um dos argumentos utilizados é que os conteúdos moralizantes tiram a liberdade de reflexão dos mais jovens que apesar da pouca idade não estão condicionados a uma visão alienada do mundo.

Sendo assim, revestida com funções pragmáticas a literatura infanto-juvenil esteve no passado e, mesmo nos dias contemporâneos, colocada em situação de dúvida quanto a sua essência no contexto da sociedade. É salutar, portanto, uma visão que redimensione as concepções que põem em antagonismo os papéis educacionais e artísticos do texto literário. No tocante ao processo histórico e a necessidade de um novo olhar acerca dessa literatura, Zilbermam diz que:

A aproximação entre a instituição e o gênero literário não é fortuita. Sintoma disso é que os primeiros textos para crianças são escritos por pedagogos e professoras, como marcante intuito educativo. E, até hoje, a literatura infantil permanece como uma colônia da pedagogia o que lhe causa grandes prejuízos: não é aceita como arte por ter uma finalidade pragmática; e a presença do objetivo didático faz com que ela participe de uma atividade comprometida com a dominação da criança. Esses fatos tornam problemáticas as relações entre a literatura e o ensino. De um lado, o vínculo de ordem prático prejudica a recepção das obras; o jovem pode não querer ser instruído por meio da arte literária e a crítica desprestigia globalmente a produção destinadas aos pequenos, antecipando a intenção pedagógica sem avaliar os casos específicos. De outro, a sala de aula é um espaço privilegiado para o desenvolvimento do gosto pela leitura, assim como um campo importante para o intercâmbio da cultura literária não podendo ser ignorada, muito menos desmentida sua utilidade. Revela-se imprescindível e vital um redimensionamento de tais relações, de modo que eventualmente transforme a literatura infantil no ponto de partida para o novo e saudável diálogo entre o livro e seu destinatário mirim (ZILBERMAM, 2003, p.15-16)

Diante de tantas controvérsias, que muitas vezes representam uma visão reducionista da arte literária e estabelecem graus de status a ponto de distinguir categoricamente aquilo que se escreve para adultos como superior aos escritos para

os de menos idade, é preciso ratificar o fato de que o processo de formação do leitor é mais bem consolidado se tiver início quando o indivíduo tiver um razoável domínio das técnicas de decodificação, o que ocorre normalmente na pré-adolescência.

Como a infância é a fase da vida humana que melhor representa a presença da imaginação e da fantasia não há possibilidade de desconectá-la do elemento literário mesmo que pela linguagem não escrita. A literatura para crianças e adolescentes está presente, também, nas histórias contadas pelos pais e avós, o que parece ser menos usual em dias atuais, e até nos desenhos animados e filmes que parodiam obras literárias, fato tão assíduo na contemporaneidade.

A simples compreensão do salutar intercâmbio entre a literatura infanto-juvenil e a formação do sujeito-leitor pode ser capaz de superar o preconceito o qual, por vezes, instiga ao equívoco da não valorização de uma arte que não apenas produz prazer pelo encantamento das palavras, mas também conduz a um processo de aprimoramento de habilidades e aptidões lingüísticas e culturais. Na esteira dessa ótica, Machado, no seu livro *Como e por que ler os clássicos universais desde cedo*, comenta acerca do legado promovido por leituras literárias na infância:

Engraçado como todas essas lembranças infantis ficam tão nítidas e duráveis. Talvez porque nas crianças a memória ainda está tão virgem e disponível que as impressões deixadas nela ficam marcadas de forma muito funda. Talvez porque sejam muito carregadas de emoções. Vários adultos dão testemunho dessa permanência. O poeta Carlos Drummond de Andrade fez mais de um poema relembrando seu deslumbramento ao descobrir outro clássico em cuja leitura mergulhava, o Robinson Crusoe. A romancista Clarice Lispector escreveu sobre a intensa felicidade que lhe proporcionou a leitura de *Reinações de Narizinho*, um clássico brasileiro. O poeta Paulo Mendes Campos celebrou Alice no País das Maravilhas, do inglês Lewis Carroll, como uma das chaves que abrem as portas da realidade. O crítico francês Roland Barthes descobriu nas leituras adolescentes da mitologia grega um fascínio pelos argonautas e seu navio Argos, que o acompanhou por toda a vida – e esse mesmo mito do Velocino de Ouro exerceu seu magnetismo sobre o inglês William Morris e o argentino Jorge Luís Borges. Este, aliás, se confessou em débito com obras muitas vezes consideradas infanto-juvenis como *Narrativas de Arthur Gordon Pym*, de Edgar Allan Poe, *O Médico e o Monstro* de Robert Louis Stevenson, e *Moby Dick*, de Herman Melville (MACHADO, 2002, p.10-11).

A autora, acima citada, mostra exemplos de escritores renomados que tiveram contribuições relevantes das suas leituras, em tempos da infância, no tocante à formação humanística e ao próprio ofício uma vez que trabalharam artisticamente com as palavras. É estabelecida, então, uma relação entre grandes

escritores e suas histórias de vida repletas de leituras, mesmo numa fase de maior pureza e inocência.

Logicamente que nem todo leitor precoce desenvolverá um talento na escrita a ponto de vasto reconhecimento, porém prescindir do contato efetivo dos menores com o texto literário parece ser causa de lacunas que poderão ser sentidas no sujeito adulto. Princípios e constituição do intelecto perpassam inevitavelmente pela leitura seja da palavra escrita ou do mundo com seus inúmeros símbolos e idéias. Em outras palavras:

“se conclui a importância basilar da literatura destinada às crianças: é o meio ideal não só para auxiliá-las a desenvolver suas potencialidades naturais, como também para auxiliá-las nas várias etapas de amadurecimento que medeiam entre a infância e a fase adulta (COELHO, 2000, p. 43).

Nesse sentido, o acesso e contato efetivo dos mais jovens com os escritos literários podem ser visto, pelo bônus que traz, como um direito. Não se pode negar que os indivíduos com menos idade tenham ampliadas suas chances de se tornarem leitores mais competentes simultaneamente com um processo de humanização peculiar da arte literária.

Assim, visto que a educação é um direito, sobretudo dos não adultos, a literatura infanto-juvenil, que não perde necessariamente seu valor artístico, constitui-se da mesma forma algo a ser assegurado para crianças e adolescentes não como garantia absoluta de êxito com o trato lingüístico, mas na condição de um dos primeiros instrumentos de formação universal do ser humano.

## **CAPÍTULO II - A LITERATURA INFANTO-JUVENIL BRASILEIRA: O PIONEIRISMO DE LOBATO**

### **2.1 – Aspectos biográficos de Lobato e a literatura para os pequenos**

A reconstituição da vida de indivíduos que de alguma forma deixaram legados consideráveis para a sociedade torna-se por demais um ofício delicado, pois a suposta imparcialidade almejada em biografias sofre a pressão externa de não poder dizer a antítese do que se espera. Nessa esteira de pensamento, o falar sobre Literatura relacionando-a com questões de ordem biográfica e histórica, que envolve autor e obra, está sujeito a críticas referentes a se ter uma visão redutora da arte literária que obviamente não se restringe a fatos contextuais condicionantes.

Por outro lado, o entendimento de que elementos relacionados à vida de escritores bem como os contextos sócio-históricos nos quais estiverem envoltos são relevantes como componentes semânticos de suas obras configura-se como idéia plausível embora não consensual. A crítica ao que se pode chamar de “biografismo” é lógica na medida em que o pesquisador e/ou crítico literário limita seu foco de estudo/análise em aspectos históricos da vida pessoal do escritor. A amplitude da Literatura como um processo de produção artística repleta de fatores sociais, culturais, ideológicos e com elevado grau de subjetividade faz com que se deva tratá-la com uma ótica de maior abrangência. Sem radicalismos, é salutar compreender o processo de formação da obra literária considerando todos os fatores de ordem objetivas e subjetivas presentes.

Nessa conjuntura, estudar e entender o fazer literário de escritores sejam eles de maior prestígio ou não, pode perpassar, sem nenhum “peso de consciência”, pelos meandros da vida pessoal e social do indivíduo que se aventurou pelo mundo das letras. Negando determinismos e relações de verdades absolutas entre vivência humana e fazer artístico, é possível enxergar na vida do autor alguma centelha de sentido para sua obra sem, no entanto, tentar esgotá-la por esse viés.

Calcado nessas teses iniciais é que se apresenta a figura de um escritor que viveu entre os séculos XIX e XX, mas que permanece vivo, por intermédio de suas obras, com vigor respeitável até nos dias atuais. Trata-se de José Bento Monteiro Lobato, um escritor que teve muitas histórias para contar e sobre o qual muitos fatos foram relevantes. Nesse caso, não se pode prescindir do diálogo entre aquilo que foi escrito e os diversos contextos que estiveram relacionados com o

fazer literário. Homem e obra podem fundir-se num processo de construção ideológica no qual a literatura não tem como negar espaço. Monteiro Lobato é um desses homens do seu tempo e além do seu tempo que se utiliza da arte literária para deixar marcas em várias gerações de indivíduos. Nascido ainda no Brasil monarquista e escravocrata, em 18 de abril de 1882, na cidade de Taubaté (Interior de São Paulo), Lobato teve a oportunidade de ser contemporâneo às intensas metamorfoses ocorridas na vida social e política do Brasil e do mundo.

No processo de formação do escritor crítico da realidade brasileira, as experiências de vida dão bem o tom do homem que seria controverso e às vezes paradoxal. Neto do Visconde de Tremembé e oriundo de uma família abastada do Vale do Paraíba, ele pertencia a uma classe social que no Brasil da época não se arriscaria a aventuras ideológicas e muito menos questionaria qualquer sistema sociopolítico vigente. Alguns recortes desse aspecto biográfico são citados por Lajolo:

Como todos os meninos de sua classe social, Juca tem um pajem que o acompanha nas brincadeiras. Com as irmãs Teca e Judite faz bonecos e bichos de chuchu e tem muito medo de assombração. Sua infância é cheia de pescarias no ribeirão, de banhos de cachoeira, de tiros com sua espingardinha marca Flaubert, de passeios em seu cavalo Piquira. Ao tempo de calças curtas, trepa em árvores, chupa fruta no pé, aprende a gostar de circo, de pamonha, de içá torrado e de pinhão. Nas visitas à casa do avô – conta mais tarde – fascina-o a biblioteca: os livros, em particular os ilustrados, seduzem-no ainda mais do que a figura do imperador Dom Pedro II, que conhece como hóspede do avô numa das últimas viagens imperiais a São Paulo. (LAJOLO, 2006, p.13)

Considerando as palavras de Lajolo, fica patente a infância rica de Lobato não só do ponto de vista da classe social da qual fez parte, mas também dos elementos culturais com os quais teve o contato oportuno. Tais experiências de vida são componentes que cooperam para a formação do sujeito enquanto ser sociocultural, histórico e ideológico. O bônus usufruído por Lobato devido à conjuntura de condições materiais satisfatórias torna-se, assim, um dos fatores que se refletem na sua produção literária. Como indivíduo de uma sociedade elitista, o fato de ser proveniente de uma família com boa situação financeira, além de relações políticas influentes, parece ter sido fundamental para a construção da personalidade de um escritor que foi além dos contextos sociais e ideológicos de sua época.

A lógica rompida por Lobato está na idéia prévia de que, pelas condições socioeconômicas, o menino filho de fazendeiro do interior paulista fosse se constituir um mero defensor de sua classe cujos interesses quase sempre colidiam com a idéia de uma nação mais igualitária. Ele, assim, torna-se mais solidário do que se poderia supor. A sua formação ideológica foi se constituindo desde a infância tranqüila, cheia de sabores, experiências culturais e com os conflitos naturais da transição presente na adolescência até a formação do indivíduo adulto.

A experiência com os livros, já facultada fartamente na fase infantil, acompanhou Lobato até o momento da escolha de sua carreira profissional. A opção, quase como uma imposição pela tradição familiar e em respeito à classe social que necessitava manter o status, fez com que o futuro escritor iniciasse seus estudos acadêmicos pelo mundo das leis. Antes de chegar à escola de ensino superior, como poderia ser chamada na época, o precursor da literatura infanto-juvenil sofreu com a perda dos pais que não puderam ver o filho doutor. Órfão ainda muito jovem, Lobato ficou aos cuidados do seu avô fazendeiro e influente: o visconde de Tremembé.

Feitos os estudos iniciais na cidade de Taubaté, ele resolveu se aventurar na capital – São Paulo, símbolo de um país que aos poucos se modernizava. A primeira tentativa de ingressar no Instituto de Letras e Artes não foi exitosa. Paradoxalmente o futuro escritor, com reconhecido prestígio no país, não teve sucesso em Português. O retorno a Taubaté representou apenas um adiamento do plano de usufruir dos bens culturais e da vivacidade sociopolítica de uma cidade que “ansiava modernidade” cujo apelido de Paulicéia Desvariada foi um dos acertos de Mário de Andrade. Em 1896, Lobato entrou no Instituto de Letras e Artes para três anos de estudo. Terminada essa fase escolar, ele ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, no Largo do São Francisco. Todavia, ser bacharel em Direito para depois conseguir um cargo que mantivesse sua posição social não era o sonho de um jovem idealista como Lobato. Em relação aos fatos que, gradualmente, foram delineando o escritor Lobato, Santos apresenta o seguinte relato:

Em 1895 Monteiro Lobato seguiu para a capital paulistana a fim de estudar no Instituto Ciências e Letras, onde cursou as disciplinas necessárias ao ingresso no curso superior, entretanto, foi reprovado em Português e precisou voltar para Taubaté, onde estreou como escritor em um jornalzinho estudantil local chamado O Guarany. No ano seguinte, retornou a São Paulo com o objetivo de realizar novos exames, e desta vez teve êxito e

começou a estudar no Instituto, onde também começou a colaborar em jornais locais e a participar do grêmio literário Álvares de Azevedo; neste grêmio, os alunos declamavam poesias, faziam disertos e disputavam torneios oratórios. Seus pais morreram entre os anos de 1898-99, o Visconde, então, assumiu a guarda de Lobato e dos irmãos, obrigando o neto a matricular-se na faculdade de Direito, profissão comum aos filhos da aristocracia brasileira. (SANTOS, 2013, p.37)

A ausência de vocação para o campo jurídico fez de Lobato um estudante de Direito que abdicou de um esforço maior para apreender as leis, já que seu maior prazer estava no ato de escrever, preferencialmente, o texto literário. Nos momentos vagos e até em circunstâncias nas quais deveria aprofundar os estudos das normas e doutrinas jurídicas, ele esteve engajado na escrita e divulgação de escritos literários. O jurista não conseguiu suplantar o homem das letras criativas, imaginativas e eminentemente críticas da sociedade.

Terminado o curso de direito sem o idealismo de mudar o país pelos meios “legais”, Lobato retornou a sua cidade de origem na condição de doutor e com o prestígio pretendido pela família. Na pequena Taubaté, o destino do escritor estava na carreira pública. Através da influência do avô, conseguiu o cargo de promotor na pacata cidade de Areias (interior paulista). Já casado e numa vida tranqüila, o doutor Monteiro não se conformava com uma existência que não pudesse ser instrumento de mudanças das conjunturas sociais. Estar engajado em alguma luta que provoque transformações na situação vigente do país é a postura de homens que têm capacidade crítica para refletir e coragem para enfrentar os desafios. Com um olhar atento e justo sobre a vida de Lobato é possível colocá-lo nessa lista de indivíduos que almejam interferir na realidade social. Não bastava, portanto, ser um pai de família de classe média alta. Os projetos revolucionários reprimidos porventura pelos interesses familiares e de classe só poderiam ser postos em prática quando ele estivesse livre para se envolver em atividades pelas quais tivesse real interesse. Ironicamente, o falecimento do seu avô visconde, que lhe deu todo o amparo na educação e até na nobre função que exercia como defensor da justiça, representou um “divisor de águas” na vida de Lobato. Na esteira desse pensamento, Diniz relata:

Quando em 1911 morre seu avô, o Visconde de Tremembé, Lobato recebe de herança a fazenda São José, no Vale do Paraíba do Sul, uma enorme

propriedade encravada na Serra da Mantiqueira, em São Paulo. E é na fazenda, como proprietário rural, que Lobato vai prestar mais atenção aos caipiras e desse aprendizado criará o tipo que o consagrará na vida literária: o Jeca Tatu, um dos personagens mais famosos da nossa literatura, que se popularizou de tal maneira que se transformou em substantivo comum e assim foi dicionarizado.  
(DINIZ, 1998, p. 126)

Como se percebe, de modo paradoxal, o falecimento do Visconde de Tremembé constitui-se como uma circunstância que libertou Lobato do destino que não era desejado. Como herdeiro do avô, o promotor do interior paulista abdicou do cargo para ser fazendeiro. O lidar com a terra para fazê-la produtiva e assim gerar riqueza passa a ser o desafio do escritor que ainda estava “germinando”. O pouco incentivo do governo e a carência de recursos gerou a necessidade de uma postura mais pragmática e engajada de Lobato. Como homem de práticas efetivas e que acreditava no potencial econômico brasileiro, ele envolveu-se em campanhas para que o poder governamental investisse na agricultura no sentido de promover o progresso tão ostentado na bandeira nacional.

Contemporâneo ao escritor Lima Barreto, o dono da fazenda Buquira, agiu, ressalvado o patriotismo exacerbado, semelhante ao personagem Policarpo Quaresma. Na obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, o escritor Lima Barreto relata a história de um ufanista que acaba decepcionado com a falta de desvelo, pela pátria, dos homens poderosos da época. Em um dos seus projetos, Policarpo vê seu sítio devorado pelas formigas e na busca pelo apoio do governo sempre encontra o desprezo. Lobato experimentou essa realidade na prática e assim como Lima Barreto, não teve receio de enfrentar os desafios de ser um revolucionário numa sociedade ainda muito arcaica e cuja visão de futuro estava restrita aos interesses de uma elite mesquinha e egoísta. A análise crítica da realidade brasileira e o desejo de realizar alterações nas estruturas socioeconômicas e políticas da época foram pontos que coadunaram o escritor carioca com o Lobato do interior paulista. Em relação à possível ligação entre esses escritores, Pires afirma que:

Durante quatro anos, entre 1918 e 1922, Lima Barreto e Monteiro Lobato se corresponderam com frequência. Nas cartas, além de negócios, discutiram questões literárias e trocaram recortes de jornais. O escritor paulista, também editor, foi responsável pela publicação de *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, o último romance de Lima Barreto publicado quando o autor ainda vivia. O autor de *Urupês* foi um dos poucos nomes de peso a

perceber que Lima Barreto havia inaugurado uma nova forma de romance. (PIRES, 1996, p.113)

Semelhanças ideológicas entre Lobato e Barreto à parte, é preciso considerar que a realidade de vida de ambos os autores influenciou os seus escritos literários. O escritor paulista, diante do fracasso como fazendeiro, faz uso da literatura de uma forma pragmática para fazer críticas e denunciar a maneira negligente como o Brasil rural era tratado. Em outras palavras, Lobato via o meio rural como ferramenta essencial para alavancar o crescimento econômico e social do país, mas as atitudes dos indivíduos não condiziam com as potencialidades que poderiam ser exploradas. Nesse sentido, o escritor Monteiro Lobato já nasce com um tom quixotesco na medida em que critica e ironiza um sistema social fadado aos desajustes e injustiças pela falta de ação e boa vontade dos homens.

Assim, como um “Dom Quixote”, Lobato enfrenta “gigantes” e sofre algumas derrotas. As terras herdadas do avô não deram os frutos almejados. A venda da fazenda Buquira em 1917 foi outro desvio de rota para a formação do escritor Monteiro Lobato. Livre novamente para tomar decisões, Lobato fez jus à famosa frase que o consagra: “Um país se faz com homens e livros”. Tomando a postura de escritor como profissão, ele resolveu ser também editor e espalhar livros nos quatro cantos do Brasil. Acerca disso Lajolo comenta que:

Em maio de 1918, Monteiro compra a prestigiosa Revista Brasil. Fundada em 1916, a revista já incluía Monteiro Lobato entre seus colaboradores mais assíduos, assinando contos e artigos sobre pintura. Comprar a Revista Brasil parece ter sido uma iniciação simbólica: passo audacioso e definitivo para a transformação do escritor Monteiro Lobato no escritor-editor que inaugura a marca editorial Monteiro Lobato com o livro de sua autoria *Urupês*, lançado no mesmo ano de 1918. Na direção da revista, Monteiro Lobato já demonstra o espírito empreendedor moderno e vigoroso que ao longo de toda vida vai marcar sua atividade de empresário da cultura: para recuperar a Revista Brasil, Monteiro Lobato investe na divulgação, multiplica os assinantes, tornando, enfim, comercialmente lucrativo um empreendimento que era deficitário. (LAJOLO, 2006, p.27-28)

A obra que inaugura a presença de Lobato no círculo literário, com maior vigor, foi *Urupês*, publicada em 1918. Esse livro constitui-se de uma coleção de contos nos quais a questão agrária está presente. A figura do Jeca Tatu eternizada pelos filmes de Mazarropi sinaliza bem as intenções de Lobato de fazer do meio

rural um dos mecanismos de desenvolvimento do Brasil. A polêmica, nesse sentido, não poderia deixar de ser a marca de um escritor que vivia a realidade e procurava interferir mais do que criar um mundo de mera fantasia. Ao iniciar sua literatura fazendo críticas ao sertanejo acomodado e ao governo também displicente, tenta mostrar que é possível mudar e que o país tinha enormes chances de se destacar no mundo.

Na condição de escritor e editor com visão vanguardista, Lobato inicia sua produção literária dirigida ao público adulto, mas aos poucos se decepciona com a exígua capacidade de influenciar homens cujas consciências estavam formadas. O empresário/escritor enxergou no público infantil a possibilidade de a literatura ser um instrumento eficaz na formação de novas gerações mais críticas e atuantes para a construção de país mais desenvolvido e harmonioso, ou seja, “desiludido com os adultos, acredita que só as crianças poderão modificar o mundo, torna-as suas interlocutoras privilegiadas” (SANDRONI, 1998, p.14). Ele notou um vasto campo para se investir em literatura infantil no Brasil, já que toda produção literária desse gênero vinha da Europa e poucos tinham acesso. É como afirmaram Campos e Oliveira:

Com uma percepção aguçada do cenário nacional, Lobato constatou que faltavam livros dedicados ao público infantil. Assim, ainda em 1920, lançou a primeira versão de *A menina do narizinho arrebitado*. Como recebera críticas favoráveis, resolveu lançar um formato escolar do livro intitulado *Narizinho arrebitado*, o qual foi aceito e adotado nas escolas públicas. Empolgado com o sucesso de seu primeiro livro para crianças, decidiu lançar-se ao gênero. Passou não somente a escrever livros infantis, mas a traduzir e a publicar obras voltadas para crianças. Entrava em cena a face do escritor infanto-juvenil, que o tornaria mais conhecido. (CAMPOS e OLIVEIRA, 2009, p.69)

Como se vê, diante de tantos projetos pessoais e coletivos, Lobato teve a honra e a ousadia ao apostar alto nos “pequenos” os quais seriam as “sementes” que gerariam a nação mais próspera e justa que qualquer idealista de boas intenções almeja. Nesse caso, não se pode dizer que os condicionantes biográficos são elementos cabais na construção do Lobato para crianças, mas parece plausível aceitar a idéia de que houve certa influência do menino Lobato, também chamado Juca, que brincava com animais, subia nas árvores e comia “fruta do pé” nas propriedades rurais da família.

A obra *A menina do narizinho arrebitado* (1920) foi o embrião de uma série de outras histórias que ficaram conhecidas pelo ambiente das tramas: o Sítio do Pica Pau Amarelo. A paisagem rural repleta de elementos reais e imaginários: crianças, avó que gosta de contar histórias, uma cozinheira negra, uma boneca de pano inteligente e tagarela, um sabugo visconde muito sábio, entre outros, esteve e ainda está presente nas escolas e nas famílias brasileiras como uma literatura que educa não no sentido moralizante ou de domesticação, mas com o entendimento de que o público com menor idade tem capacidade de refletir acerca da realidade e precisa adquirir uma cidadania mais plena.

Nesse sentido, atravessar um século com a literatura infanto-juvenil e ainda estar agradando e sendo útil para o público brasileiro não é tarefa fácil. O reconhecido êxito de Lobato enquanto precursor de uma literatura que antes não era tão valorizada traz a certeza de que ele estava certo ao investir toda a sua arte literária a favor dos indivíduos com pouca idade, já que é na infância que começa a construção do leitor, da personalidade e do ser humano como um todo. Assim, como a literatura tem uma serventia social e política, é salutar que esse processo de formação do leitor literário inicie-se desde a mais tenra idade.

## **2.2 – A literatura de Lobato a serviço dos menores: tendências inovadoras**

Ao longo da história brasileira, pode ser percebida certa displicência com a formação intelectual de grande parte da população. A desculpa para essa cruel realidade talvez seja a forma de colonização, o processo de escravização e as posturas nada solidárias das elites que dominaram os destinos dessa nação. Como resultado tem-se um país com atrasos sociais e com uma educação que ainda mendiga por melhoras cabais que tardam a chegar.

Nunca foi interesse da elite mesquinha brasileira a democratização de uma educação que pudesse fazer o povo enxergar as suas mazelas e lutar por mudanças. Sendo assim, a infância pobre do Brasil teve direitos essenciais negados tanto do ponto de vista material quanto cultural. Negou-se desde o mais simples acesso a escola, o que gerou o vergonhoso nível de analfabetismo, até a oportunidade de ter contato com o mundo fantástico e revelador da literatura. Esse entendimento da literatura enquanto direito universal, que obviamente tem seu

princípio na infância, é matéria de discurso do crítico Antonio Candido que assevera o seguinte:

Vista deste modo a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que povo vive sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação. Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar as vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado. O sonho assegura durante o sono a presença indispensável deste universo, independentemente da nossa vontade. E durante a vigília a criação ficcional ou poética, que a mola da literatura em todos os seus níveis e modalidades, está presente em cada um de nós, analfabeto ou erudito, como anedota, caso, história em quadrinhos, noticiário, policial, canção popular, moda de viola, samba carnavalesco. Ela se manifesta desde o devaneio amoroso ou econômico no ônibus até a atenção fixada na novela de televisão ou na leitura seguida de um romance. Ora, se a ninguém pode passar vinte e quatro horas sem mergulhar no universo da ficção e da poesia, a literatura concebida no sentido amplo a que me referi parece corresponder a uma necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito (CANDIDO, 2004, p. 174-175).

Se o acesso à literatura é também um direito, como afirma Candido (2004), o público infanto-juvenil brasileiro, principalmente o menos favorecido, teve o detrimento desse bem cultural durante longo período. Mesmo depois de sua emancipação política o Brasil não teve, no princípio, escritores e homens de influência que pensasse numa literatura para os de menos idade. Coube a Monteiro Lobato, já no século XX, vislumbrar a necessidade e os benefícios de uma literatura nacional para formação dos futuros adultos do país. Antes disso, toda literatura infanto-juvenil, apreciada por poucos, no Brasil, vinha da Europa.

Assim, além da não democratização dessa literatura no país, ainda faltava elementos lingüísticos e culturais que pudesse representar as peculiaridades da jovem nação brasileira. Havia, portanto, a necessidade de uma literatura que chegasse a grande parte do território nacional de modo a ser instrumento de propagação não só do fantasioso e imaginário, mas também de idéias e visões críticas da realidade brasileira.

O papel de protagonista nessa empreitada foi encarado com veemência por Lobato. Abrir os caminhos, criar as pontes, devastar uma mata virgem, são metáforas apropriadas para quem se atreve ao pioneirismo como foi o caso do neto do Visconde de Tremembé. A opção mais certa na vida desse homem múltiplo

(promotor, fazendeiro, editor e escritor) foi indubitavelmente a aposta nos pequeninos. Não obstante o difícil começo, as conseqüências positivas de sua literatura podem ser vistas em várias gerações de brasileiros. Na mesma rota dessas idéias, Pereira apresenta um comentário:

Difícil, sem sombra de dúvida, é começar, quando nenhum caminho está aberto, além daquele que, por inadequado, ou já excessivamente pisado, não se quer trilhar. Esta era a convicção do então jovem Monteiro Lobato, que se aventurou a pôr em prática o projeto de escrever para crianças, o único, entre os muitos projetos que lhe conturbaram a vida, que trouxe ao escritor, ainda em tempo, a resposta que esperava, mas com a qual não ousava sonhar. Seu grande biógrafo, Edgard Cavalheiro, chega mesmo a afirmar que Lobato, diante das primeiras e expressivas manifestações de apreço quando da publicação das aventuras de Narizinho Arrebitado, ainda não se tinha dado conta de que acabara de criar um novo mundo. Entre 1921 e 1948, publicou o escritor o conjunto de obras que revolucionou o panorama da literatura infantil, tornando-a genuinamente brasileira (PEREIRA, 1996, p. 1373).

O pensamento lobatiano estava envolto de uma série de sonhos que pairavam sobre o individual e o coletivo. Almejou sempre o sucesso na vida profissional ao mesmo tempo em que via a necessidade de deixar algum legado significativo para a sociedade brasileira. Como homem de idéias e ações, foi à batalha quixotesca para criar a literatura infanto-juvenil nas terras de uma pátria cheia de complexo de inferioridade que sentia a necessidade de buscar no exterior os elementos culturais, que possui de sobra, para construir uma identidade e se afirmar como nação perante o mundo.

Nas primeiras décadas do século XX e com um século após a independência, o Brasil imitava a Europa e subjugava seus próprios valores. Nesse sentido, as artes nas quais se inclui a literatura absorviam paisagens, personagens e contextos socioculturais de fora em detrimento dos vastos elementos culturais adquiridos devido ao seu processo de miscigenação étnica. A mistura entre nativos, afro-descendentes e europeus outorgava ao Brasil especificidades culturais ímpares no planeta, que deveriam ser motivo de orgulho. No entanto, os tempos eram de autoconhecimento e assim a nação “adolescente” precisava de mais um período para amadurecer e poder reconhecer-se com o valor e importância que realmente possuía. Acerca desse momento histórico no qual o Brasil sofria conflitos de identidade e autoestima, Cademartori apresenta uma fala reveladora:

A influência da cultura portuguesa no Brasil não se restringiu à época colonial. Transcendeu o período de dominação política, expandindo-se concomitantemente à influência de outras culturas, como a francesa e a inglesa. Desse modo, processa-se em nossa formação histórica uma confluência cultural em que ao nativo se acrescenta o pensamento estrangeiro. Não se trata, porém, de uma união. A cultura nativa, expressa através da mitologia e da tradição indígena, ficou segregada e com uma circulação restrita, uma vez que era agráfica: não tinha acesso ao livro. Além disso, passou a caracterizar o código de um corpo social situado aquém do processo de aculturação manipulado pelo homem branco. A cultura do colonizador procurava, assim, destruir, pela segregação, as manifestações culturais da terra. Só poderia integra-se e vencer a situação de inferioridade na medida em que ascendessem aos padrões culturais dos colonizadores. Se, dessa maneira, o dominador não conseguiu erradicar totalmente a cultura nativa pela submissão aos padrões europeus marginalizou-se pela minimização ou pelo desconhecimento (CADEMARTORI, 2010, p.49).

Nessa conjuntura de influência européia na cultura brasileira, a postura de Lobato anteviu o próprio movimento modernista que culminou com a semana de 22. Numa visão vanguardista, ele percebeu que não seria rejeitando cabalmente os elementos da cultura externa que se poderia representar as tradições e costumes de um povo tão diverso como o brasileiro. Ademais, a necessidade do maior acesso a bens culturais fez com que o escritor do Sítio do Pica Pau Amarelo atuasse também com tradutor.

As obras da literatura infanto-juvenil de escritores estrangeiros chegaram aos lares brasileiros por intermédio da tradução de Monteiro Lobato. O Lobato tradutor trazia a mensagem que aquilo que vinha de fora não serviria para descaracterizar a cultura do Brasil, mas constituía fatores agregadores que promoveriam uma aprendizagem salutar.

As histórias contadas por estrangeiros eram até aquele momento o meio de oferecer às crianças e adolescentes do Brasil o contato com a arte literária. Ressalvadas as restrições óbvias no tocante à tradução de texto literário, a literatura infanto-juvenil não nacional cumpriu certo papel na medida em que despertou o interesse pela leitura literária de um segmento da sociedade brasileira que representava uma nova geração a qual precisava ser mais educada.

A função da literatura para os menores, antes de Lobato, estava centrada em um caráter moralizante. Paradigmas e estereótipos de comportamento social podiam ser contemplados numa literatura que literalmente ajudava na educação dos

filhos das famílias de melhores condições econômicas. Na condição de um fazer literário genuinamente brasileiro, a posição lobatiana apresentou aspectos que vieram a contradizer a ótica como tradicionalmente eram vistas e tratadas as crianças e adolescentes. É nesse sentido que Sandroni declara:

Por isso trata em sua obra de temas sérios e complexos que até então não eram considerados apropriados à infância como: guerras, política, ciência, petróleo. Os problemas são apresentados de maneira simples e clara, por vezes didática, de modo adequado à compreensão do leitor. A simplicidade da linguagem, marcada pelo coloquialismo e por “brasileirismos” inovadores, visa a tornar agradável a leitura. Com Lobato os pequenos leitores adquirem consciência crítica e conhecimento de inúmeros problemas concretos do país e da humanidade em geral. Ele desmistifica a moral tradicional e prega a verdade individual. Instaure, portanto, a liberdade. Sem coleiras, pensando por si mesma, a criança vê, num mundo onde não há limites entre realidade e fantasia, que ela pode ser agente de transformação (SANDRONI, 1998, p. 14).

Existem caminhos que de tão bem delineados parecem não ter a possibilidade de retorno ou desvios de foco. Sem a opção pelo tom hiperbólico, pode-se dizer que a assimilação do texto literário infanto-juvenil pelo contexto escolar ocorreu plenamente por todos os lugares onde se ousou escrever para os supostos ingênuos. Esse processo no qual a arte literária passou a servir de instrumento pedagógico teve em Lobato não só a aceitação, mas também o vislumbre de atingir uma grande massa de indivíduos que mais tarde estariam no comando dos destinos da nação. A chance de contribuir na formação de homens e mulheres em um país com vasto potencial a ser desenvolvido era uma responsabilidade e um privilégio aos quais não se poderia abdicar.

Como analista da realidade brasileira com uma visão nada alienada e com desejo de mudanças, o fazer literário de Lobato constitui-se inevitavelmente inovador. Dentre os elementos de inovação literária, os aspectos de conteúdos são relevantes. Assuntos de adultos passam a ser tratados também pelos menores os quais se tornam sujeitos ativos, capazes de refletir e atuar nas situações em que antes entravam na condição de meros coadjuvantes. O protagonismo facultado aos pequenos por Lobato ocorreu na contramão de uma literatura que anteriormente se configurava mais como uma tentativa de domesticação do que com o anseio de desenvolver o pensamento crítico dos futuros adultos.

Pode-se dizer que mais do que conceder “voz” aos menores, Lobato trouxe à tona temas que antes eram politicamente incorretos para um público considerado muito imaturo. Formar cidadãos por intermédio da literatura foi algo que, intencionalmente ou não, acabou acontecendo com um fazer literário que por mais que se esforçasse, não fugiria a certo engajamento.

A literatura lobatiana adquiriu, assim, uma característica que rejeitava a imposição de modelos. O mais edificante é instigar a reflexão sobre as questões sociais e políticas de uma época sempre com uma visão para o porvir. Estabelecer uma ponte entre o mundo imaginário e a realidade é algo meritório e revolucionário para quem defende que a literatura tem alguma função social além daquela ligada ao lúdico ou ilusório. A metamorfose literária inaugurada por Lobato é ratificada por Zilberman ao reconhecer que:

A literatura infantil, como se afirmou antes, era a que experimentava mais nevrálgicamente esta dificuldade. Amarrada à contribuição do passado, não se renovava; e, com isto, impedia o aproveitamento do moderno, da atualidade, do tempo, em suma. É o que muda radicalmente com o desdobramento da obra de Monteiro Lobato. Pode-se supor, por conseguinte, que ela acabasse por refletir na época em que foi produzida. Que, com a incorporação de personagens contemporâneos, fosse introduzido na literatura infantil o sistema social vigente, com seus valores e comportamentos, organização, política e funções. Vale dizer, pode-se esperar dela uma representação da realidade que nos faça conhecer, com maior ou menor número de detalhes, a época a que o autor foi profundamente sensível (e que lhe rendeu uma série de ensaios polêmicos e uma vida pública agitada) (ZILBERMAN, 2003, p. 157).

As inovações da literatura infanto-juvenil de Lobato podem ser concebidas em dois aspectos os quais constituem a própria essência do texto literário: a forma e o conteúdo. É patente que os assuntos abordados na literatura lobatiana para as crianças e adolescentes foram mais abrangentes e polêmicos do que muitos dos colegas escritores que o antecederam.

Problemas sociais e questões de ordem política estiveram em cena. Porventura, essa foi uma forma de preparar as crianças e adolescentes para serem adultos mais perspicazes em relação à realidade. Com isso tornou-se possível associar o mundo mágico, divertido e feliz da fase infantil com temas mais sérios. Essa postura de Lobato representa também uma credibilidade no potencial daqueles que para muitos não teriam condições de compreender o mundo real. No tocante a

essa relação da literatura com temáticas mais amplas da sociedade, Cademartori comenta:

Monteiro Lobato cria, entre nós, uma estética da literatura infantil, sua obra constituindo-se no grande padrão do texto literário destinado à criança. Estimula o leitor a ver a realidade através de conceitos próprios. Apresenta uma interpretação da realidade nacional nos seus aspectos social, político, econômico, cultural, mas deixa, sempre, espaço para a interlocução com o destinatário. A discordância é prevista (CADEMARTORI, 2010, p. 54).

Coadunado com o conteúdo, o aspecto da forma constitui um fator imprescindível, pois representa a própria materialização daquilo que se possa chamar texto. Assim, qualquer texto se concretiza a partir do modo com a linguagem é manipulada. No caso da literatura, o estilo com o qual os autores se propõem a escreverem suas obras tende a ser um ponto norteador da crítica literária no tocante ao julgamento do valor ou qualidade daqueles que se metem com o texto de ficção. De modo geral, a linguagem mais rebuscada, repleta de implícitos e que exige maior sensibilidade e perspicácia do leitor, pode ser considerada uma característica de fazer literário mais significativo.

É óbvio que no caso da literatura infanto-juvenil, a linguagem necessita ter reduzido o seu grau de rebuscamento. Lobato segue, portanto, a tendência de uma linguagem mais despojada, porém com ingredientes novos que antecipam seus contemporâneos os quais inauguraram o que veio a ser chamado movimento modernista. O uso do coloquial, os elementos da oralidade e a recorrência a termos típicos da cultura brasileira, a exemplo dos regionalismos, são traços da literatura lobatiana que encantou várias gerações. Essas características do fazer literário proporcionaram a Lobato certo grau de originalidade e corroboraram a vontade de realizar mudanças no modo como a arte literária era constituída. Em relação a esse modo inovador como Lobato se apropriou da linguagem, Sandroni faz o seguinte comentário:

Podem-se observar em Lobato alguns aspectos básicos que evidenciam o nível de criação artística. O primeiro diz respeito à linguagem, cujo registro é predominantemente coloquial e na qual se nota a busca da fala brasileira, o tom de oralidade que pouco depois o Modernismo iria consagrar. [...] Além desses aspectos com que Lobato procurava despir seu estilo de toda “a

literatura” no sentido da retórica tradicional, a criatividade que demonstra é marcada pelo humor e aponta no sentido da modernização que preconiza (SANDRONI, 1998, p.14-15).

Percebe-se que numa atitude antecipatória, Lobato já apresenta inovações no modo de fazer literatura numa época em que eclodiu o que foi chamado de pensamento vanguardista do movimento modernista brasileiro. Com uma linguagem mais “brasileira” foi possível retratar melhor elementos da cultura do país. O humor aliado ao desapego às questões excessivamente formais da língua tão o tom do novo modo de construir o texto literário. Nesse sentido, a língua do povo e sua cultura entram definitivamente numa arte que equivocadamente estava sendo posta como pertencente a uma classe social mais provida de recursos.

Ademais, é salutar ressaltar que o sentimento nacionalista presente em Lobato não se confundiu com uma visão ufanista acerca da cultura brasileira. Ele agiu como um verdadeiro “antropófago” ao retomar elementos da literatura infanto-juvenil estrangeira e estabelecer um diálogo com a realidade brasileira. O ato revolucionário, nesse caso, não se confunde com radicalismos, mas com bom senso e postura pragmática diante das conjunturas sociais, políticas e culturais numa época que almejava alterações em pensamentos e estruturas arcaicas.

### **2.3 – O Projeto de Nação de Lobato: Aposta nas Novas Gerações**

A idealização de transformações positivas no tocante à realidade de seu tempo e por conseqüência nas gerações futuras é uma atitude nobre e altruísta que talvez poucos escritores tenham tido a ousadia. A literatura, ao longo da história, esteve envolta de interesses sociais e até econômicos, isto é, sob o comando de uma elite que nem sempre via de bom grado qualquer questionamento de suas visões conservadoras e muito menos a ascensão das classes menos favorecidas. Como reflexo desse jogo ideológico, a arte literária foi sendo concebida pela crítica e por conseqüência pelo mundo acadêmico, repleto de pedantismos, como se fosse uma construção artística independente das questões sociais e políticas mais gritantes. É evidente que muitos indivíduos com uma postura de alheamento fizeram uma literatura que não demonstrava nenhuma luta por causas justas para a sociedade.

O termo alienação posto, aqui, para se referir a escritores que se distanciaram de uma realidade imediata para simplesmente “viajar pelo mundo da fantasia,” é incômodo. Afinal, muitas vezes a crítica precisa ser autorizada ou corre-se o risco de ser silenciada. Romper paradigmas e se propor democraticamente a celeumas são mais do que salutares para crescimento de uma sociedade como um todo.

Infelizmente, os indivíduos estão muito mais preso a regras, estabelecidas em geral para defender interesses mesquinhos, do que se imagina. Na direção contrária a isso tudo, Lobato atuou com coragem na defesa de um país mais próspero e igualitário. Nesse sentido, apresenta indubitavelmente méritos ao questionar e propor mudanças que trariam bônus para a sociedade brasileira futura. A biografia desse homem, que participou intensamente das transformações sofridas pelo Brasil na primeira metade do XX, revela uma série de projetos que resultariam em avanços sociais e econômicos para a nação brasileira.

A Literatura lobatiana ocorreu de modo concomitante com as ações a favor de um progresso coletivo. Sem negar sua vocação para a escrita literária, Lobato esteve engajado em lutas grandiosas pela modernização do Brasil que iam desde uma revolução agrária e industrial até a exploração do ouro negro (petróleo), cuja descoberta foi posteriormente ratificada. No aspecto literário os planos eram a médio e longo prazo e pautavam-se, sobretudo, na esperança de que as novas gerações poderiam construir um país muito melhor do que aquele tão cheio de problemas, mas com vasto potencial como se podia vislumbrar. Ao apostar nos menos experientes, Lobato trouxe uma contribuição considerável. Acerca dos ideais lobatianos, Sandroni afirma que:

Monteiro Lobato foi o primeiro escritor a acreditar na inteligência da criança, na sua curiosidade intelectual e capacidade de compreensão. Seus textos estão cheios de citações e de alusões que remetem a outros personagens, a outras épocas históricas e seus protagonistas. Ele foi um autor engajado, comprometido com os problemas de seu tempo. Tinha um projeto definido: influir na formação do Brasil melhor através das crianças. A partir dele, no Brasil, a literatura infantil perde uma de suas principais características, de ser um instrumento de dominação do adulto e de uma classe, modelo de estruturas que devem ser reproduzidas. Passa a ser fonte de reflexão, de questionamento e de crítica. (SANDRONI, 1998, p. 16-17)

O sentimento de Lobato residia, portanto, num paradoxo: o ceticismo para com os homens do seu tempo e a esperança nas gerações do porvir constituídas pelas crianças. Era imprescindível, desse modo, preparar essa “nova nação” para os desafios de tempos vindouros. A educação universalizada e numa perspectiva crítica constituiu um dos pilares desse ideal de pátria com harmonia socioeconômica. Proporcionar aos indivíduos o direito ao estudo na condição de elemento formador de consciência da realidade e com possibilidade de atuação plena na sociedade representava um fundamento de quem investe de modo incessante no futuro de uma nação que almeja prosperidade associada com equidade social.

As mazelas e os atrasos políticos, econômicos e sociais eram explícitos, em terras brasileiras, nas primeiras décadas do século XX. Uma elite de pensamento conservador e sentimentos fundados em pouca generosidade faziam com que as demais camadas sociais não tivessem a oportunidade de ascender. A educação outorgada aos poucos que tinham melhores condições financeiras e a grande quantidade de ex-escravos e descendentes de escravos marginalizados formava a massa de brasileiros que tiveram muitos direitos negados e o futuro comprometido.

Na verdade, sabe-se que a educação, instrumento indispensável para a formação de uma sociedade desenvolvida, nunca foi projeto prioritário dos detentores do poder político no Brasil. Naquele momento em que o Brasil iniciava um processo de modernização com a recém libertação dos escravos e se tornava um país republicano faltavam homens com ideais e ações que pudessem pôr em prática projetos de desenvolvimento socioeconômico que o levassem a patamares mais elevados. Na nova nação, que emergia, era preciso lançar “sementes” que pudessem resultar em um país de destaque no cenário mundial. Essa era a visão de poucos idealistas do começo do século XX dentre os quais se inclui Lobato.

Com um pragmatismo a florado, Monteiro Lobato percebia os potenciais de crescimento do Brasil. Passando por diversos campos de atuação até à arte literária, a qual deu maior ênfase, ele construiu um trajeto de lutas grandiosas. De todas as batalhas progressistas desde a agricultura, a indústria, o petróleo, todas tiveram no universo fantasioso da literatura um espaço especial. Fazer da literatura um instrumento panfletário de idéias e causas poderia ocorrer sem o menor pudor. Aquilo que não pôde realizar na realidade da sociedade brasileira encontrou lugar na literatura.

Na literatura infanto-juvenil inaugurada por Lobato, existe, portanto, um projeto de nação que perpassa pelo amadurecimento cultural do povo e formação de uma consciência crítica coletiva capaz de operar mudanças nas estruturas sociais, econômicas e políticas. A literatura, com seu caráter atemporal por ultrapassar gerações sem sair de “moda” é o instrumento para essa empreitada e o público constituídos pelos “menores” é inevitavelmente a “terra mais fértil”, pois as mentes estão mais abertas a idéias novas. No tocante a essa literatura infanto-juvenil que ousa iniciar um processo de conscientização e cidadania desde a infância, Gregorin Filho faz as seguintes declarações:

Com o surgimento de Monteiro Lobato na cena literária para crianças e sua proposta inovadora, a criança passa a ter voz, ainda que uma voz vinda da boca de uma boneca de pano, Emília. A contestação e a irreverência infantis sem barreiras começam a ter espaço e a ser lidas, e adquirem mais concretude com as ilustrações das personagens do Sítio do Pica-Pau Amarelo. Lobato apresenta características nunca exploradas no universo literário para crianças; apelo a teorias evolucionistas para explicar o destino da sociedade; onipresença da realidade brasileira; olhar empresarial; problemas sociais; tentativa de despertar no leitor uma flexibilidade em face do modo habitual de ver o mundo; relativismo de valores; questionamento do etnocentrismo e a religião como resultado da miséria e da ignorância (GREGORIN FILHO, 2009, p. 28-29).

Dentre os projetos utópicos nos quais Monteiro Lobato esteve envolvido, o desejo de uma literatura como elemento formador de uma sociedade mais crítica e participativa foi sem dúvida o mais exitoso. As obras infantojuvenis criadas por ele trouxeram temáticas de uma realidade brasileira que na ficção tinham muito mais chances de serem resolvidas distintamente dos embates frustrantes que teve pela vida. Numa visão a frente de seu tempo percebeu a necessidade premente que o Brasil tinha de investir e conseqüentemente avançar em questões materiais, isto é, a riqueza natural brasileira deveria ser mais bem explorada gerando o desenvolvimento da nação. Nesse sentido, não teve vergonha de invejar o modo como a sociedade americana desenvolvia suas potencialidades econômicas.

O Brasil, na ótica de Lobato, estava num patamar inferior ao que poderia galgar: a agricultura, a indústria, os estudos científicos e a educação necessitavam de saltos de qualidade. Ele acreditava piamente que o país tinha plenas condições de se tornar uma potência no contexto mundial. Os obstáculos a serem superados

remetiam aos equívocos cometidos desde o processo de colonização até a forma como se deu o fim da escravidão e a proclamação da república. Um país de origem conservadora teria logicamente a necessidade de mais tempo para aceitar inovações do mundo que se modernizava. A classe política brasileira teve também uma contribuição negativa quando se fala numa visão realmente progressista. A manutenção das oligarquias e o receio de alteração nas estruturas sociais produziram políticos de mentes petrificadas para projetos que levassem a sociedade a usufruir de um processo amplo de modernização da economia. As batalhas ideológicas foram os grandes desafios que Lobato teve que enfrentar para pôr em prática algumas de suas utopias. Como homem paradoxal e controvertido que dialogava com o ceticismo e a esperança simultaneamente, ele não desistiu fácil de deixar legados para as novas gerações que poderiam dar continuidade à idéia de não se conformar com o estado das coisas. Não obstante os reveses, Lobato teve oportunidades que ratificaram o seu pensamento acerca do Brasil. Acerca disso, Lajolo comenta:

Com Washington Luís na presidência, Alarico Silveria (que protegera Monteiro Lobato no episódio da adoção de Narzinho pelas escolas paulistas) assume uma secretaria de governo, e Monteiro Lobato é nomeado adido comercial brasileiro em Nova York, aonde chega com a família em 1927, a bordo do navio American Legion. Sua experiência norte-americana é marcante. Fica conhecendo um país industrialmente desenvolvido de forma plena e fascinado pela modernidade das máquinas e da tecnologia. Daí à idolatria pelo modo de vida norte-americano vai só um passo, e Monteiro Lobato não hesita em dá-lo. O passo, aliás, era previsível: Estados Unidos e Argentina foram sempre padrões ante os quais Monteiro Lobato verberava o subdesenvolvimento brasileiro. Residindo em Nova York, Monteiro Lobato mergulha fundo no seu sonho. [...] Toma conhecimento de novas técnicas de beneficiamento de minério, visita as indústrias da Ford e deslumbra-se todo. (LAJOLO, 2006, p. 72)

O deslumbramento pela visão capitalista norteamericana experimentado por Monteiro Lobato teve um momento de decepção com a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929. Tal crise abalou o mundo e resvalou no escritor que perdeu grande quantia em investimentos. As perdas econômicas conduziram Lobato novamente a terras brasileiras com a mesma gana de fazer o país produzir riquezas. O minério de ferro e o petróleo foram apostas proféticas estabelecidas por ele. Os entraves políticos eram imensos, ou seja, homens de mentes pequenas

tinham dificuldade de construir uma grande nação. Não é por acaso que “no balanço que faz de sua campanha pelo petróleo, Monteiro Lobato atribui seu fracasso a razões políticas” (LAJOLO, 2006, p.76).

Com isso, a literatura voltada aos menores e o empreendedorismo no campo editorial constituíram as opções que deram mais certo. A arte literária foi o plano, que apesar de não ter a materialidade do progresso econômico almejado, significou a ruptura de modelos culturais e a possibilidade de despertar a inteligência e a criatividade de muitas gerações de brasileiros. Uma educação libertadora mediada pelo elemento literário entra no bojo das ações que moveram o fazer literário de Lobato.

A função da literatura como elemento didático universal constituiu prática corriqueira no Brasil desde o princípio do século XX. A forma como os efeitos da leitura literária seriam concretizados é o que diferencia o papel lobatiano nesse contexto no qual obras literárias chegaram às escolas. Na condição de empresário dos livros, Lobato propôs um processo de democratização da leitura no país. Ele entendia que ler seria um passo fundamental para aprimorar as competências intelectuais do povo brasileiro, ou seja, tornava-se necessário criar um hábito de leitura nas pessoas que por consequência seriam mais perspicazes e aptas a pensar e agir criticamente.

A empreitada de Lobato na distribuição de livros através de sua editora e com os acordos feitos com o governo paulista revelam bem o pensamento de um homem que via o progresso sendo construído em longo prazo. Diferente de promover uma revolução no país pelo incremento de suas estruturas físicas (ferrovias, exploração de minérios, etc), fazer da literatura uma ferramenta eficaz no processo de formação cultural e de cidadania no Brasil seria, sem dúvida, algo mais plausível. É importante destacar que o pragmatismo de Lobato sujeito a críticas pelos que temem uma descaracterização do fim específico da literatura, não comprometeu a qualidade de seu texto, pois soube muito bem aliar as questões reais da sociedade com a maneira simbólica de representá-la. É nesse sentido que Lobato tornou-se ponto de referência para escritores mais recentes que escrevem para os mais jovens. Não é em vão que Parreiras escreve:

Nas décadas de 1960 e 1970, com o movimento da ditadura militar, com a instituição da lei de diretrizes e bases na educação (1961 e 1971), com a obrigatoriedade da leitura de obras de autores nacionais nas escolas e com a criação da maior instituição voltada à literatura para crianças e jovens no Brasil, a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – FNLIJ (1968), surgiram vários dos autores consagrados da literatura infantil e juvenil brasileira. Alguns especialistas caracterizam esse período como o da explosão da literatura voltada à infância. Preferimos dizer que, naquelas décadas, a literatura infantil se consolidou, principalmente, do ponto de vista dos textos, a saber, dos escritores. Alguns deles, como Joel Rufino dos Santos, Ana Maria Machado, Ruth Rocha e Sylvia Orthof, começaram a escrever histórias na revista *Recreio* e encontraram um espaço de circulação livre, enquanto a censura da ditadura militar mantinha os instrumentos de controle voltados às produções de livros para adultos. É na lacuna deixada pela perseguição ideológica que surgem os grandes autores da literatura para crianças e que se estrutura uma literatura não comprometida com moralismos, nem didatismos, mas que permite ao leitor a liberdade e a recriação do texto e das imagens. Esses autores são considerados herdeiros de Lobato, pois prosseguiram o projeto de uma literatura que contempla os temas atuais, a infância, as nossas raízes folclóricas e o ponto de vista da criança. São temas tão caros à formação das nossas crianças, que merecem ser lidos e relidos nas salas de aula. (PARREIRAS, 2009, p. 18-19).

Muitas das idealizações de Lobato repletas de um sentimento coletivo esbarraram em obstáculos intransponíveis para a época, mas o projeto literário foi tão bem sucedido que gera frutos em pleno século XXI. Isso tudo está demonstrado na influência positiva que ele exerceu sobre escritores que vieram após seu pioneirismo. O tempo serviu de prova para testemunhar que ele estava certo no tocante às questões de infraestrutura do país. O maior legado fica na sua vasta obra literária que foi capaz de estabelecer um diálogo entre realidade e fantasia numa demonstração de que o artista da palavra não está impedido de se envolver em causas justas. Muitos brasileiros iniciaram a leitura literária com as histórias passadas no Sítio do Pica Pau Amarelo.

Se o projeto de tornar o Brasil um país de leitores não teve o tempo de ser concretizado, Lobato foi um dos que levantaram uma “bandeira” e lançaram bases para que a sociedade brasileira compreendesse a imprescindibilidade de se tornar, pelo ato de ler, mais culta, crítica e harmoniosa. Os planos literários de Lobato continuam existindo, basta que se incentive uma criança e/ou adolescente ao contato com a palavra escrita num processo de leitura o qual se torne prazeroso e formador de cidadania. Aos agentes sociais (governo, escola, família e mídia) cabe a empreitada de construir essa nação de leitores tão desejada. Como a geração atual continua recebendo os benefícios do projeto do escritor, editor e tradutor Monteiro

Lobato, os caminhos estão abertos para se fazer da literatura infanto-juvenil um elemento cada vez mais edificante na educação e na constituição de uma sociedade que reflita melhor acerca de suas demandas.

#### **2.4 - O Sítio do Picapau Amarelo: Um Modo de Contar Histórias**

Um dos maiores desafios de um escritor porventura seja encontrar um método de escrita que facilite seu trabalho para produzir obras em quantidade e qualidade considerável. Assim, quando se discute a arte de narrar fatos fantasiosos que dialoguem com o real é necessário pensar acerca do receptor, das intenções e implicações que estarão presentes no jogo universal da interação.

A escolha de personagens, o ambiente, o modo como se desenrolam os acontecimentos e a inserção de um narrador que conte significativamente a história são fatores determinantes no êxito daqueles que se aventuram na narrativa literária. Ademais, um ingrediente que pode tornar esse processo ainda mais complexo é quando o destinatário do texto se encontra numa fase da vida repleta de lacunas a serem preenchidas pelas experiências cotidianas, inclusive a leitura. Escrever para crianças e adolescentes, sob essa ótica, se torna uma empreitada imensamente desafiadora.

Se essa realidade pode ser postulada em tempos atuais, o que dizer da situação literária do Brasil nas primeiras décadas do século XX cuja literatura infanto-juvenil consumida pela pequena elite vinha praticamente toda da Europa? De fato foi preciso uma ousadia e esforço hercúleo para inaugurar uma literatura infanto-juvenil genuinamente brasileira. Encarregado dessa tarefa, o fazendeiro, editor, tradutor e, sobretudo, escritor Monteiro Lobato criou um conjunto de obras, nada pueris, capazes de dialogarem entre si numa relação de interdependência.

Construiu-se, portanto, um modo de estimular a curiosidade das crianças numa busca incessante por novas descobertas. Tudo isso foi ambientado no famoso Sítio do Picapau Amarelo. No sítio fabulado por Lobato residem as muitas histórias que se conectam como forma de ir ampliando os conhecimentos e a cultura dos pequenos leitores. Ironicamente, o fazendeiro fracassado encontrou num ambiente rural a chave do sucesso como escritor. Nas palavras de Edgard Cavalheiro, reconhecido biógrafo de Lobato, ocorreu que:

O antigo latifundiário do Buquira, o neto do Visconde proprietário de muitas fazendas, o filho do fazendeiro da Santa Maria e Paraíso, chega ao fim da vida dono de poucas terras, um pequeno sítio, mas onde “não bate geadas, não fogo de mato, nem broca de café, nem exploração de caboclo”. No “Picapau Amarelo” tudo ocorre no melhor dos mundos possíveis. Tia Nastácia rebenta pipocas e faz excelentes bolinhos de fubá, enquanto Dona Benta conta histórias aos netos. O próprio Pangloss teria inveja desse lugar. É o “Paraíso Encantado”. Ali a Imaginação, a Fantasia, o Sonho, o Capricho, a Veneta a “Constância na Variedade” encontraram o habitat ideal (CAVALHEIRO, 1962, p.161).

A criação do mundo mágico que envolve o Sítio do Picapau Amarelo traz embutido, de modo inevitável, elementos autobiográficos. O ambiente rural, de certa forma, antagoniza com o processo de industrialização e conseqüente urbanização do país pelo qual Lobato se empenhou com veemência.

Com a idéia de um cenário ideal, Lobato conseguiu encontrar um método de escrita que não apenas o salvou como escritor, e até economicamente, mas possibilitou, sobretudo, a criação de obras que inauguraram o primeiro ciclo de uma literatura infanto-juvenil brasileira capaz de representar elementos culturais do país e discutir temas que supostamente não eram para crianças.

O sítio do Picapau Amarelo torna-se, assim, o símbolo de um lugar utópico onde a felicidade, a fantasia e as descobertas eram necessariamente concomitantes. Constrói-se, literalmente, um mundo à parte para os menores que de modo algum seria instrumento de alienação. Assim, no bojo da exitosa recepção dessas histórias está a confiança do autor no potencial dos seus leitores.

No entanto, não se deve simplificar o vasto trabalho de escrita a que se submeteu Lobato para construir esse legado tão efetivo no Brasil contemporâneo. Durante anos, a partir de 1921 quando publicou *Narizinho Arrebitado*, germe de outras obras que constituíram o que veio a ser chamado Sítio do Picapau Amarelo, o neto do visconde construiu um conjunto de narrativas infantojuvenis “como nunca antes na história desse país”. Nesse sentido, Edgard Cavalheiro apresenta algumas considerações:

Escrevendo “Os Doze Trabalhos de Hércules”, Monteiro Lobato concluiu a saga infantil iniciada em 1921 com “Narizinho Arrebitado”. Trinta e nove histórias, das quais trinta e duas originais e sete adaptações. Cerca de cinco mil páginas, quase um milhão de exemplares em circulação. E os planos dos editores são grandiosos: dentro em pouco apareceram no mercado de língua espanhola trinta e sete livros. Juntando-se-lhes os trinta volumes das “Obras Completas” em preparo, e mais as obras comuns das

séries infantis, vendidas fora da coleção, terá, dentro de pouco tempo, nada menos do que cento e dois títulos em circulação só no Brasil e na América do Sul. É autor de há muito traduzido para o francês, espanhol, inglês, árabe, alemão, japonês (...). Agora é diferente: na Argentina preparam uma edição completa, em grande estilo, de todo o ciclo do Narizinho; da Itália chegam excelentes notícias; editores norte-americanos mostram-se interessados. É a glória (CAVALHEIRO, 1962, p.142)

A vasta quantidade de obras, ambientadas no sítio da Dona Benta, escritas por Lobato e o sucesso que o autor experimentou em vida foram configuradas numa dimensão que nem mesmo seu principal biógrafo poderia supor. Com caráter de universalidade, as obras do sítio ultrapassaram os limites da arte literária, das salas de aula e chegaram à mídia. Primeiro o rádio, depois a televisão e hoje a internet permitem, ao longo do tempo, a vivacidade de um patrimônio literário tão relevante.

Onde estaria o segredo para uma literatura tão popular e de tamanha audiência midiática? Reunir todas as histórias num ambiente mágico foi determinante nisso, mas outros ingredientes foram coadunados para que o autor criasse uma patente tão valiosa. A quebra de paradigmas sugeridas no sítio foi uma marca do autor que deu certo. Era preciso inovar nos personagens e enredos de modo a oferecer verdadeiramente ao público infanto-juvenil o direito à voz. O Sítio do Picapau Amarelo é, assim, convidativo aos pequenos. Nele os mais jovens são convidados as mais divertidas aventuras pelo mundo da imaginação sem deixar de apreender acerca da realidade cotidiana. Ao mesmo tempo um ousado rompimento com elementos que constituem a sociedade tradicional conferem à obra um ideário libertário, porém não anárquico. O método e a concretude das obras do sítio tornaram-se ímpares no seu tempo a ponto ultrapassar as barreiras das faixas etárias e das épocas. A crítica literária Regina Zilberman revela um pouco da ousadia que confere méritos a Lobato em seu projeto literário:

É o que muda radicalmente com o desdobramento da obra de Monteiro Lobato. Pode-se supor, por conseguinte, que ela acabasse por refletir a época em que foi produzida. Que, com a incorporação de personagens contemporâneos, fosse introduzido na literatura infantil o sistema social vigente, com seus valores e comportamentos, organização política e funções. Vale dizer, pode-se esperar dela uma representação da realidade que faça conhecer, com maior ou menor número de detalhes, a época a que o autor foi profundamente sensível (e que lhe rendeu uma série de ensaios polêmicos e uma vida pública agitada). Todavia, quando inquirida, os traços de contemporaneidade e cotidiano da realidade representada parecem escapular. Pelo contrário, revela-se de imediato que instituições basilares da sociedade brasileira de seu tempo (e de hoje), como a família (patriarcal), a

escola e a religião (ou a igreja) estão completamente ausentes. Se Dona Benta e seus netos, rodeados de alguns animais incomuns, como os falantes burro Conselheiro, rinoceronte Quindim e Marques de Rábicó, ainda coincidem com uma idéia de família, falta-lhe a orientação patriarcal e autoritária que perdurava no período, sobretudo, ao meio rural habitado pelos protagonistas. Por sua vez, a escola desaparece, já que Pedrinho está em férias permanentes, sendo alvo de uma aprendizagem que crê muito mais eficaz, já que recorre a leitura de livros e comparece diariamente ao serões abertos a todos os interessados, de Dona Benta. A organização religiosa nunca é mencionada, como se já tivesse existido, nem funcionado como um dos principais esteios da sociedade nacional ao longo de sua história (ZILBERMAN, 2003, p.157-158).

No conjunto de sua obra mais prestigiada há, portanto, muito de revolucionário e original. Mesmo as adaptações de outras obras, que compõem as trinta e nove narrativas do sítio, trazem elementos inovadores, pois são repletos de humor e ironia. Pode-se dizer que a riqueza cultural e ideológica que permeiam os moradores do sítio de Dona Benta é de tamanha grandeza que leitores de muitas gerações ainda poderão tirar-lhe usufruto.

Essas histórias inventadas por Lobato fogem ao falso moralismo e mostram claramente a crença na inteligência das crianças. Não existe um adulto autoritário ditando regras de comportamento. O que há é o processo constante de diálogo reflexivo entre um mundo imaginário e a realidade social. Os personagens estão, a todo tempo, postos em situações de conflitos, dúvidas e busca de conhecimento. Nesse contexto, não há verdade absoluta nem dogmas preestabelecidos. No sítio, crianças, animais, brinquedos humanizados e adultos têm papéis distintos, mas com graus de liberdade peculiares. Para Cademartori (2010, p.55): “Este é o segredo do progresso do Sítio: a liberdade e a criatividade de seus habitantes. O mal reside na ignorância, no subdesenvolvimento, no pensamento encarcerado em valores absolutos”.

Nesse sentido, na tentativa de entender o valor de atemporalidade adquirido pelas obras do Sítio, é oportuno analisar a forma como os elementos tradicionais da narrativa foram adaptados pelo autor. Personagens, tempo, lugar, enredo e narrador são peças que, se engenhosamente articuladas, dão o tom de obras que marcam gerações por longos períodos. É nessa esteira de pensamento que se poderá desvelar, mesmo que parcialmente, os enigmas de uma escrita que se tornou tão perspicaz, atrativa e universal.

Da mesma forma, o inconformismo do autor com a ótica tradicional de mundo presente em seu tempo o transformou em um indivíduo de mente moderna

num contexto social brasileiro que não sabia definir direito o que seria a modernidade. Assim, mesmo rejeitando parte daquilo que veio a ser chamado de Modernismo, Lobato, pelas ações pragmáticas, assumiu uma postura de vanguarda.

Os personagens criados para compor as histórias perpassadas no Sítio dão bem a ideia dessa visão inovadora. As crianças Narizinho e Pedrinho compõem o núcleo infantil das tramas. Na condição de primos, eles nutrem uma amizade sadia sem nenhum tipo de idealização por parte do autor. São responsáveis por conectar uma série de dúvidas, curiosidades e inquietudes capazes de gerar inúmeras aventuras.

Narizinho é na verdade a personagem que instaura a gênese de todas as obras que formam o denominado Sítio do Picapau Amarelo, pois com a publicação bem sucedida de *Narizinho arrebitado* (1921) uma série de novas idéias passaram a surgir na construção de algo provavelmente não programado pelo escritor. Desse começo despretensioso vieram novos personagens, releituras e reescritas de enredos. Não por coincidência, em 1931, Lobato introduz, de forma adaptada, o livro *narizinho arrebitado* na composição da obra *Reinações de Narizinho* a qual conferiu maior visibilidade ao conjunto de obras do Sítio. No início da referida obra é apresentada, com riqueza de detalhes, a neta da Dona Benta:

Numa casinha branca, lá sítio do Picapau Amarelo, mora uma velha de mais de sessenta anos. Chama-se Dona Benta. Quem passa pela estrada e a ver na varanda de cestinha de costura ao colo e óculos de ouro na ponta do nariz, segue seu caminho pensando: - Que tristeza viver assim tão sozinha neste deserto... Mas engana-se. Dona Benta é a mais feliz das vovós, porque vive em companhia da mais encantadora das netas – Lúcia, a menina do narizinho arrebitado, ou Narizinho como todos dizem. Narizinho tem sete anos, é morena como jambo, gosta muito de pipoca e já sabe fazer uns bolinhos de polvilho bem gostosos (LOBATO, 2004, p.07).

Nesse roteiro, Pedrinho é o outro neto de Dona Benta que vem passar as férias no sítio. Ele é exposto como um menino corajoso e aventureiro. Por não se adaptar bem a escola tradicional parece preferir as aulas dadas pela avó que eram sempre mais divertidas. Junto com os outros personagens do Sítio está numa incessante busca de novos desafios.

Na obra *Caçadas de Pedrinho*, publicada originalmente em 1933, o menino se mostra tão destemido a ponto de liderar a caçada de uma onça que surgira no Sítio. Com sua liderança a turma saiu vitoriosa como revelou o sabugo Visconde:

[...] o Visconde ponderou, gravemente: - Todos ajudaram a matar a onça e todos merecem louvores. Mas, se não fosse a pólvora de Pedrinho, estaríamos perdidos; de maneira que a Pedrinho cabe a melhor parte da vitória. Depois de cegar a onça, tudo ficou mais fácil e cada qual fez o que pôde. Basta de discussões. Em vez disso, tratemos mas é de levá-la para casa. Os heróis concordaram com o sensatíssimo Visconde e Pedrinho afundou no mato para tirar cipós, visto não terem trazido corda. Logo depois reapareceu com um rolo de cipó ao ombro. – Segure aqui! Puxe lá! Força! Vamos!...Pedrinho conduziu o trabalho da amarração da onça ajudado por todos, menos Emília que se afastara dali e estava numa grande prosa com dois besouros que tinham vindo assistir à cena. Bem amarrada que foi a onça, era preciso conduzi-la até a casa. Foi o que mais custou. Em certo ponto do caminho, Rabicó, que suava em bicas, parou para tomar fôlego. – Francamente disse ele – Prefiro matar dez onças a puxar uma só! (LOBATO, 2009, p.18).

Desse modo, os netos da Dona Benta formam uma dupla que se encaixa na idéia de uma infância sadia, mas sem a presença de uma puerilidade. Aliado a eles nas aventuras estão os seres humanizados: o rinoceronte Quindim e o marques de Rabicó (um suíno gordo e guloso) são os principais animais que povoam o Sítio. O primeiro é um fugitivo de um circo que foi adotado pelos donos do sítio, o segundo é o marido da Emília a qual casou com o interesse de se tornar marquesa. Tudo é muito inusitado e cômico.

Dentre os personagens “fabricados” pelos humanos existem: o Visconde de Sabugosa e a boneca de pano Emília. O primeiro é um boneco feito de sabugo de milho que se torna o porta-voz de uma grande inteligência e sabedoria que circundava o sítio. Por ler muitos livros da biblioteca de Dona Benta adquiriu muitos conhecimentos sempre compartilhados com os demais habitantes do lugar. Nas aventuras tem um papel de destaque pelas idéias e ciência apurada.

A personagem Emília é um caso à parte, pois ela é a descumpridora de regras, causadora dos desequilíbrios e dona de uma personalidade ímpar. Na comparação entre Emília e o Visconde, Edgard Cavalheiro enfatiza o seguinte:

E é. Tão independente, que nem ele, o pai, o criador, consegue dominá-la. Quando escreve, Emília entra pelos dedos que bate nas teclas e diz o que quer, não o que ele, autor, quer. Se Emília evoluiu, a margem de qualquer cálculo, o Visconde de Sabugosa permanece sempre o mesmo. O escritor tenta diversas evoluções, mas o teimoso Visconde “regride” sempre ao que substancialmente é: um sábio. Um sábio, reconhece Lobato, é coisa cômoda, espécie de microfone: não tem, não precisa ter personalidade bem definida. Todos os esforços feitos para Visconde mudar de personalidade falham: o criador não tem outro remédio senão resignar-se a vê-lo como começou: um “sabinho”, que sabe tudo (CAVALHEIRO, 1962, p.148-149).

Ao dizer que Emília ganhou autonomia, Cavaleiro deixa tácita a idéia de que essa é a personagem que se configurou como porta-voz das idéias de Lobato. Pela boca da boneca de pano o autor consegue romper com a concepção de uma literatura infanto-juvenil de caráter moralizante ao mesmo tempo em que expressa seu pensamento sobre temas da sociedade brasileira e do mundo. É sem dúvida a personagem chave para a grandiosidade das obras formadoras do Sítio do Picapau Amarelo.

Grande parte das peripécias, do humor e ironia está centrada na figura de Emília que por não ser humana parece ter mais liberdade, ainda, para dizer aquilo que “gente grande” não gosta de ouvir. Para a estudiosa Nelly Novaes Coelho, a personagem Emília apresenta grande representatividade. Não é em vão que afirma o seguinte:

Indiscutivelmente, a personagem mais importante para se compreender o universo lobatiano é Emília, pois é a única que vive em tensão dialética com os outros. Todas as demais personagens que formam a constelação familiar do Sítio do Picapau Amarelo são arquétipos: Narizinho e Pedrinho –crianças sadias, alegres e sem problemas, que servem para dar suporte a trama dos acontecimentos e em geral para servirem de contraponto à boneca. D. Benta, a avó ideal. Tia Nastácia, o símbolo idealizado da raça negra, afetuosa e humilde, que está em nossa gênese de povo e foi a melhor fonte das histórias que alimentaram a imaginação e a fantasia de gerações de brasileiros (COELHO, 2000, p.143-144).

Como já mencionadas, as duas personagens adultas: Tia Nastácia e Dona Benta são responsáveis pelo equilíbrio das ações dos demais personagens. Não se trata, no entanto, de vozes autoritárias que castram os anseios das crianças. Representam a relação harmoniosa em adultos e crianças baseada no diálogo. Essas características das obras que fizeram de Lobato o “pai da literatura infanto-juvenil brasileira” têm um viés autobiográfico. Acerca disso Sandroni comenta que:

Lobato acreditava profundamente na democracia como forma de governo e não se contentava em transmitir suas convicções de maneira abstrata. O Sítio do Picapau Amarelo é um microcosmo onde cada um é livre para expressar sua opinião e onde as decisões são tomadas pelo voto ( SANDRONI, 1998, p.16).

Não obstante, o referido ambiente democrático a figura da Tia Nastácia tem sido objeto de controvérsias no tocante a questão racial. Ela representa a raça negra com todos seus elementos culturais – credos, tradições e histórias que

enriquecem a vida dos demais habitantes do Sítio. Mesmo assim, a posição de maior submissão (resquício da época da escravatura) e algumas expressões direcionadas à personagem que são vistas, hoje, como preconceituosas acende a celeuma que põem a pecha de racista ao autor. Na verdade, a polêmica é tão vasta que merece um espaço à parte.

A personagem deixada por último é a Dona Benta e isso é proposital não só porque ela é a proprietária do Sítio, mas por ser mais uma boa “sacada” do autor para construir narrativas que não fossem cansativas para os menores. Ela é uma avó amável e sábia que não apenas ensina coisas edificantes para os netos, mas também os fazem refletir e realizar descobertas por conta própria. Sobretudo, Dona Benta é uma segunda narradora das histórias do Sítio. Porventura, um narrador só tornasse o enredo enfadonho para o público infanto-juvenil. Ela conta histórias que fazem as crianças do Sítio não apenas viajarem pela imaginação, mas viverem na prática as aventuras abordadas nas narrativas. Outro segredo do Sítio é, portanto, o modo de narrar e os enredos que são múltiplos.

No Sítio do Picapau Amarelo existem, então, dois narradores. O primeiro é onisciente, capaz de revelar até os sentimentos dos personagens. O segundo é a própria Dona do Sítio que narra um mundo fantástico para seus hóspedes. A trama é também diversa, pois não é raro que outros enredos surjam concomitantes ao contexto cotidiano do Sítio. Como exemplo disso, basta examinar a obra *Dom Quixote das crianças (adaptação)*. Nessa narrativa a Dona do Sítio conta a história do Engenhoso Dom Quixote de La Mancha (clássico da literatura universal), do escritor espanhol Miguel de Cervantes. É algo fascinante para os habitantes do Picapau Amarelo. O trecho seguinte é apenas uma amostra desse modo de fazer literatura:

O que não tem remédio, remediado está. O Visconde ficou encostado a um canto, e Dona Benta, na noite desse mesmo dia, começou a ler para os meninos a história do engenhoso fidalgo da Mancha. Como fosse livro grande demais, um verdadeiro trambolho, aí do peso de uma arroba, Pedrinho teve de fazer uma armação de tábuas que servisse de suporte. Diante daquela imensidade sentou-se Dona Benta, com a criançada ao redor. – Este livro – disse ela – é um dos mais famosos do mundo inteiro. Foi escrito pelo grande Miguel de Cervantes Saavedra... Quem riscou o segundo a de Saavedra? – Fui eu – disse Emília. – Por quê? – Porque sou inimiga pessoal da tal ortografia velha coroca que complica a vida de gente com coisas inúteis (LOBATO, 2011, p.16)

Pode-se dizer, portanto, sem ser hiperbólico, que no Sítio do Picapau Amarelo ocorre que os elementos narrativos (narrador e enredo) são redimensionados. Com a presença de uma personagem contadora de histórias faz com que exista um narrador paralelo ao narrador onisciente. Ademais, o modo como o enredo é estruturado viabiliza um intercâmbio do Sítio com múltiplas obras da literatura universal.

Desse modo, as crianças e adolescentes que lêem o Sítio do Picapau Amarelo estão vislumbrando muito mais que histórias inocentes e engraçadas para se divertirem, mas uma riqueza literária e cultural múltipla. A valorização ao estudo, ao conhecimento, a liberdade de crítica e reflexão estão no cerne desse conjunto de obras. O Sítio é, portanto, grande. No Sítio cabe um mundo todo.

## **CAPÍTULO III – LOBATO E A SALA DE AULA: USOS E CONTROVÉRSIAS**

### **3.1 – O Viés Político-ideológico da Obra Infanto-juvenil de Lobato e a Formação do Leitor-cidadão**

A imparcialidade do indivíduo perante os fatos de sua realidade são marcas daqueles que temem se comprometer ou pela personalidade mais retraída não ousam questionar os paradigmas e dogmas que os rodeiam. O fazer literário, nesse sentido, tem sido também um instrumento pelo qual se manifestam idéias e posições políticas as quais resvalam diretamente no conjunto da sociedade.

A arte literária engajada e com patente viés político-ideológico é um fato que ainda causa incômodo e celeumas. Parece que muitos que concebem a arte literária com ênfase no seu caráter imaginativo e trato extraordinário com a linguagem vêem com desdém os escritores ou críticos que são adeptos de uma arte que se aproxime mais do real e até busque interferir literalmente nessa realidade. Dizer que a literatura não tem função social, no sentido pragmático do termo, não é ato tão insólito para quem propõe a idéia parnasiana de “arte pela arte”.

Na verdade, existem fatores ideológicos que colocam em antagonismos indivíduos quanto às suas formas de conceber os elementos culturais inerentes à vida humana como a literatura. O perigo configura-se na presença de fanatismos que negam a existência da ótica alheia como um sentimento equivocado de superioridade do sujeito seguidor de uma literatura descompromissada em relação ao postulante de uma arte engajada ou vice-versa.

A preferência por uma arte que dialogue com a realidade no sentido de apresentar causas e defender interesses individuais e/ou coletivos é uma liberdade outorgada pela própria literatura que o crítico, por mais afamado, não poderá censurar. Nesse sentido, ao longo da história em que se produz o texto literário, emergiram escritores que não tiveram o mínimo pudor de expressar as suas ideias acerca da realidade imediata que os cercava. O fazer literário, tendo no seu bojo explícitos vieses político-ideológicos é, portanto, constituinte significativa do conjunto de obras universais que se convencionou chamar de literatura.

No contraponto ao que se chama de literatura com teor de engajamento ou interesse social e político surge a tentativa de desqualificação; às vezes o simples não reconhecimento do mérito, o que não torna a atitude mais ética. O que dizer de literatos com Castro Alves e Ferreira Gullar enquanto produtores de arte?

Seriam menos qualificados pelo fato de adotarem uma postura escancaradamente engajada? É óbvio que mais uma vez entra em cena não apenas a idéia de gosto pessoal, mas o fator ideológico que conduz a um julgamento positivo ou negativo dependendo dos condicionamentos nos quais estão enquadrados os sujeitos.

No contexto em que se reconhece e valoriza uma literatura que não seja apenas objeto de prazer, delírio ou até alienação, posta aqui não no sentido marxista, mas na idéia daqueles que optam conscientemente ou não por abdicar de participação dos conflitos sociopolíticos intrínsecos à vida do ser humano, é razoável destacar a figura de Monteiro Lobato que produziu uma literatura repleta de propósitos para a sociedade brasileira.

O caráter autobiográfico da obra infanto-juvenil lobatiana é reconhecido, já que é transparente o fato de que os projetos não exitosos na vida real viraram objeto de matéria literária. A relação de Lobato com o seu leitor, destacando-se aqui o mirim, é inevitavelmente carregada de ideologias a serem dialogadas e não impostas. Com a literatura infanto-juvenil Lobato encontrou espaço para expressar suas ideias para gerações que gradualmente construiriam a nação brasileira. Nesse sentido, fazer os menores refletirem acerca de temas de natureza social e política representou o reflexo de quem não era tão cético quanto à formação de um país constituído de indivíduos mais críticos e participativos na sociedade. Assim, pode-se dizer que:

Sua irreverência e agudez de pensamento rompem com uma estrutura moralista de fazer literatura. Conhecedor do poder transformador de uma obra literária, Lobato avança na conquista de novos olhares, novos padrões de comportamento. Isso porque acreditava que a mudança não viria de cima para baixo, mais ao contrário. Acreditava no potencial da criança, se colocada em liberdade para elaboração de seus valores como indivíduo e cidadão. Não temia falar da realidade à criança. Por meio de suas personagens astutas, transgride as leis vigentes da sociedade com inteligência, sabedoria e espírito crítico (OLIVEIRA, 2008, p.75).

O teor ideológico da obra infanto-juvenil do autor do Sítio do Picapau Amarelo apresenta como bônus a possibilidade de os leitores discutirem acerca de uma realidade humana repleta de controvérsias. Em Lobato não há preferência patente por nenhuma religião, partido político ou modelo de ordem social. As ideias são colocadas com ironia, bom humor e crítica. Com isso, os leitores menores na estatura não ficam excluídos de assuntos que antigamente só caberiam aos adultos.

Eis, portanto, um ato revolucionário na literatura que tem implicações na formação de uma cidadania tão salutar a qualquer nação.

A relação de Lobato com seu público mirim configurava-se num diálogo assíduo no qual a voz do leitor também tinha ensejo. Assim, o ser em formação encontra nas obras lobatianas o espaço para a representação de seu pensamento no qual o aspecto lúdico e real da vida é concomitante. Nesse sentido, um fato da biografia de Lobato chama a atenção e mostra a importância que ele dava às crianças. É isso que Raffaini mostra ao dizer o seguinte:

O que pouca gente sabe é que Lobato costumava trocar cartas com seus leitores, que comentavam as histórias e opinavam o que poderia acontecer no sítio mais movimentado da literatura. Isso foi há muito tempo, nas décadas de 1930 e 1940, mas os documentos que comprovam a troca de correspondências estão guardados em arquivos e bibliotecas. Lobato se preocupava em saber a opinião de seus leitores sobre aquilo que escrevia e não esperava até o dia seguinte para responder às suas cartas. As próprias crianças comentavam o fato (RAFFAINI, 2009, p.3).

O diálogo literal com seu público leitor revela a faceta de um escritor que não se via como proprietário categórico daquilo que produzia como literatura. Para ele, constituía um ato benéfico a troca de ideias. A mente do outro precisava encontrar-se apta para debater novos preceitos que nunca poderiam ser vistos com algo absoluto. O indivíduo, mesmo com menos idade, precisaria de maior liberdade no processo de formação de seu caráter enquanto sujeito repleto de implicaturas socioculturais e políticas.

No contexto facultado por Lobato em que autor e leitor estavam próximos circundava uma série de questões da sociedade brasileira e até do mundo que não se restringiam ao meado do século XX. A visão lobatiana sempre foi adiante do seu tempo, o que condiz com o investimento nas pessoas de pouca idade. A possibilidade de construção de um país mais justo e desenvolvimento e de um planeta mais harmonioso estão no cerne de seus textos destinados ao público infanto-juvenil, mas para que isso se concretizasse seria preciso, antes de tudo, despertar as consciências.

Os livros para Lobato poderiam ser esses propulsores que alavancariam mentes em condições de programar ações que gerariam uma sociedade melhor. Em outras palavras, pode-se dizer que “a força de transformação de um povo está nas

ideias que são propagadas, através dos livros que geram debates” (OLIVEIRA, 2009, p.79).

A opção por uma literatura infanto-juvenil que de alguma forma nega a cabal inocência ou ingenuidade daqueles que tem pouca vivência, faz com que o texto lobatiano possa ser um instrumento que proporcione discussões relevantes no meio escolar, e até fora dele, na medida em que os leitores mais jovens são instigados a pensar acerca de suas realidades enquanto integrantes de uma sociedade cheia de desajustes. Por incrível que pareça, os temas que Lobato fez emergir, até meados do século XX, ainda são presentes com uma enorme vivacidade. Nessa empreitada de ajudar na formação de uma sociedade brasileira mais consciente, Lobato considerava imprescindível o acesso a uma cultura de caráter universal. Não é por acaso que se pode dizer que:

O projeto de modernização do país incluía, entre outras, o contato com culturas diferentes da francesa, referência do Brasil até a década de 1920. Para tanto, Lobato editou e traduziu inúmeras obras estrangeiras, sendo responsável pela entrada de grandes nomes da literatura mundial, sobretudo de língua inglesa, no contexto literário brasileiro (CAMPOS & OLIVEIRA, 2009, p.69).

No pensamento lobatiano os indivíduos precisavam adquirir conhecimentos formais para terem melhores condições de atuarem como verdadeiros cidadãos na sociedade. A natureza didática de suas obras, embora não seguissem os preceitos de um conhecimento pautado numa visão conservadora da sociedade, traz no seu bojo a necessidade do saber como ferramenta basilar na construção de uma sociedade capaz de resolver suas demandas de modo mais categórico. Sem o acesso a esse conhecimento os indivíduos estariam sujeitos à própria ignorância e ficariam conseqüentemente excluídos de um processo de desenvolvimento social no qual seus integrantes podem compreender as circunstâncias sociopolíticas e atuarem na defesa de seus interesses.

Assim, mesmo sujeito à censura, o que ocorre quando o sistema vigente é questionado, as obras de Lobato continuam pertinentes quanto ao incentivo de uma leitura crítica da sociedade. Uma delas é notoriamente autobiográfica: *O Poço do Visconde (1937)*. O embate não exitoso tratado por Lobato a favor do petróleo brasileiro que, segundo ele, seria o carro-chefe no processo que levaria o Brasil ao

estágio de país desenvolvido refletiu numa obra que de despreziosa não tem nada.

Sem abdicar de seu caráter polêmico este livro traz questões que refletem bem a ótica do autor. Antes mesmo de adentrar na questão do processo de formação do petróleo é apresentada uma teoria que explica a origem do planeta terra. Logicamente é dada prioridade ao viés científico, o que destoia da visão tradicional expressa pelo discurso religioso. O trecho a seguir revela a celeuma na qual o autor propositalmente se inseriu:

- A Geologia é a história da Terra. Tudo o que aconteceu desde o nascimento deste nosso planeta se acha escrito nas que o formam. A Terra é uma rocha, uma bola de pedra. Como nasceu? Temos de adivinhar, porque, nenhum de nós assistiu a isso. Uns imaginam que foi de um jeito. Outros imaginam que foi de outro jeito. Vou contar como nós, sábios, imaginamos o nascimento da Terra. Em certo instante do tempo infinito, destacou-se do Sol um pedaço da massa do fogo que ele é e ficou regirando no espaço. A Terra, portanto, começou sendo uma bolota de fogo no espaço... – Espécie de bomba de pistolão! – Gritou Emília. – Sim. Tal qual bomba de pistolão. Mas as bombas de pistolão descrevem uma curva e caem. A bolinha de fogo de nome Terra, em vez de cair, ficou toda vida a regirar entorno do canudo do pistolão que era o Sol. E foi se resfriando. Quando eu digo bola de fogo, é um modo de dizer. Era uma bola de minerais derretidos, ou pedra derretida. Dessa massa candente escapou mais tarde o espiro que formou a lua (LOBATO, 2010, p.16-17).

Lobato enveredou, portanto, na contramão de um pensamento pautado pela religião cristã que, no Brasil, tem grande poder e por isso sofreu as retaliações. A opção por não mencionar a idéia de que Deus criou o universo, no qual se inclui o planeta Terra, revela bem a necessidade do autor de colocar em debate questões cruciais que intrigam o ser humano. O leitor infante-juvenil, muitas vezes acostumado com uma educação religiosa proporcionada pela família, igreja e até a escola que traz influências inevitáveis do conjunto majoritário da sociedade, pode sofrer o impacto de uma ótica que desconstrói uma ideologia religiosa tão marcante entre todas as civilizações. É nesse sentido a constatação de que:

Vêm em 1937 *os Serões de Dona Benta* e *O poço do Visconde*, obras em que o mesmo projeto informativo que norteia seus paradidáticos coexiste com o projeto político que custou não poucos dissabores a Lobato, entre os quais o ser desadotado em escolas católicas, desastre terrível para quem tem nos livros o ganha-pão da família... (LAJOLO, 2004, p. 97)

Percebe-se que o ato de questionar pensamentos defendidos por grupos detentores de poder gera a inevitável punição. Todavia a coragem de quem ousa cumprir as penas injustas, aplicadas também por uma sociedade ainda com pouca capacidade de analisar criticamente os fatos, reflete a compreensão de que existe uma missão a ser cumprida. Em Lobato fica claro o desejo de formar leitores autônomos e aptos a uma leitura que busque sentidos nunca impostos nem que seja por uma maioria detentora da idéia soberba de estar sempre certa.

Com essa lógica, na referida obra *O poço do Visconde* o escritor traz à tona para os pequenos leitores a visão tacanha de muitos brasileiros, principalmente daqueles de maior influência política, em relação à exploração e comercialização do petróleo. No contexto da época de Lobato o Brasil estava muito aquém do seu enorme potencial de usufruto dessa riqueza mineral. Houve de fato uma demora para que os governantes dessem a devida importância ao que veio a ser chamado de “ouro negro” pelo seu valor econômico no mundo em franco desenvolvimento industrial e tecnológico.

A denúncia feita por Lobato, há décadas, tem ainda resquícios de atualidade e podem auxiliar no processo de reflexão sobre a situação econômica do Brasil em tempos não longínquos. O trecho da obra a seguir é revelador acerca do que acontecia na época do autor, mas também faz pensar sobre o que tem sido feito em dias atuais:

- E por que o Brasil também não produz milhões e milhões de barris? Será que não existe petróleo aqui? – Não existem perfurações, isso sim. Petróleo o Brasil tem para abastecer o mundo inteiro durante séculos. Há sinais de petróleo por toda parte – em Alagoas, no Maranhão, em toda a costa nordestina, no Amazonas, no Pará, em São Paulo, no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande, em Mato Grosso, em Goiás. A superfície de todos esses estados está cheia dos mesmos indícios de petróleo que levaram as repúblicas vizinhas a perfurar e a tirá-lo aos milhões de barris. Os mesmíssimos sinais... – Então por que não se perfura no Brasil? – Por que as companhias estrangeiras que nos vendem petróleo não têm interesse nisso. E como não tem interesse nisso foram convencendo o brasileiro de que aqui, neste enorme território, não havia petróleo. E os brasileiros bobamente se deixaram convencer... – Que araras! – Exclamou Emília. – Mas não estão vendo petróleo sair em todos os países vizinhos do nosso? – Estão, sim, mas que quer você? Quando um povo embirra em não arregalar os olhos, não há quem o faça ver. As tais companhias pregaram os pálpebras dos brasileiros com alfinetes. Ninguém vê nada, nada, nada... (LOBATO, 2010, p.50-51)

A percepção de que havia muitos interesses dos países desenvolvidos, sobretudo dos Estados Unidos, em relação ao controle do petróleo no mundo, constituiu mais um acerto de Lobato. A luta pelo petróleo que seria o passaporte para o desenvolvimento do país moveu as forças do homem e do escritor. Criada apenas em 1953 (cinco anos após a morte de Lobato) a Petrobras seria o símbolo de um país que poderia dar certo. O século XXI trouxe a notícia alvissareira de que o Brasil possui muito mais petróleo do que se imaginava. A descoberta do pré-sal ratifica um dos postulados lobatianos.

Em meio a isso, a empresa, orgulho dos brasileiros, é atingida por interesses políticos mesquinhos: propinas e dinheiro público desviado para campanhas políticas minam a credibilidade da Petrobras. Mesmo assim, ainda há um fio de esperança de que o petróleo seja um dos meios para que a educação brasileira saia do patamar vergonhoso que atingiu. Espera-se que o dinheiro do pré-sal seja realmente investido na educação e não usado como ferramenta de perpetuação no poder de quem quer que seja.

A contemporaneidade de Lobato é tanta que mesmo escrito em meados do século XX, *O poço do Visconde* ainda pode ser ferramenta de debate, inclusive em sala de aula, no tocante à forma como os governantes gerenciam os bens naturais do país que pertencem a todos os brasileiros. Nesse sentido, mesmo com o inevitável ceticismo e as decepções com muitos homens públicos brasileiros que não foram efetivos o suficiente em causas que envolviam a coletividade brasileira, essa obra lobatiana revela o desejo de que o Brasil atinja uma posição melhor perante o mundo. É isso que se percebe no trecho:

O “trunfo” causou tremendo efeito no povo reunido ao redor das numerosíssimas mesas espalhadas pelo pasto da mocha. Os maldizentes tiveram vontade de dizer que aquilo não passava de uma caduquice de Dona Benta, mas ao se lembrarem da sua renda diária de 1.500 barris de petróleo, emudeceram engoliram a irreverência e juntaram suas palmas e berros às aclamações delirantes dos milhares de comensais. – Viva Dona Benta, a benfeitora do Tucano Amarelo! – Viva! Viva!... – Vivam os netos de Dona Benta, essas duas delícias do gênero humano! – Vivam! Vivam!... Viva o Visconde de Sabugosa, o geólogo dos geólogos! –Viva! Viva!... – Viva a Marquesa de Rabicó! – Viva! Viva!...O cortejo seguiu solenemente na direção do Caramigúá número 1, acompanhado pela multidão dos comensais em delírio. Lá, defronte da sonda, Quindim parou e Dona Benta pediu a Mister Kalamazoo que pegasse a coroa de rosas das mãos de Emília e a colocasse na torre, com o letreiro que Pedrinho traçara em letras de ouro num quadrado de papelão. Mister Kalamazoo assim fez. Pendurou na torre a coroa de rosas e prendeu por baixo o letreiro de Pedrinho: SALVE! SALVE! DESTE ABENÇOADO POÇO, CARAMINGUÁ NÚMERO

1, A 9 DE AGOSTO DE 1938 SAIU, NUM JATO DE PETRÓLEO, A INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA DO BRASIL (LOBATO, 2010, p. 190-191).

Essa postura engajada do autor do Sítio do Picapau Amarelo, que envolve vida e obra, é capaz de despertar conflitos de consciência no leitor mesmo que esteja no processo de amadurecimento. Compreender a sociedade com seus elementos ideológicos e seus condicionantes políticos é essencial na constituição de verdadeiros cidadãos. A escola como instituição responsável pela educação formal está inserida nesse propósito de formar indivíduos aptos a analisarem com autonomia e bom senso as conjunturas sociais das quais fazem parte.

Como escritor para crianças e adolescentes, Lobato parecia acreditar num futuro melhor que seria construído por seus leitores. Ademais, “dotado de um espírito livre e inovador, ele não temia provocar debates que gerassem polêmicas nos meios acadêmicos” (OLIVEIRA, 2008, p.81). Nesse contexto, foi contemporâneo de duas guerras mundiais. A Segunda Guerra Mundial parece ter sido mais marcante para o escritor que já estava num estágio de maturidade capaz de fazê-lo compreender melhor sua responsabilidade como homem das letras que não poderia se omitir diante da barbaridade da guerra. Nessa lógica, a obra intitulada *A chave do tamanho* (1942) oferece ao público do Sítio do Picapau Amarelo a possibilidade de refletir acerca da irracionalidade do ser humano que chega a produzir conflitos capazes de resultar na morte de milhares de inocentes. A compreensão da guerra como algo perverso para toda humanidade é expresso pela personagem Dona Benta:

- Não fique assim, vovó. A coisa foi em Londres, muito longe daqui. – Não há tal minha filha. A humanidade forma um corpo só. Cada país é membro desse corpo como cada dedo, cada unha, cada mão, cada perna ou perna faz parte do nosso corpo. Uma bomba que cai em Londres e mata uma vovó de lá como eu, e fere uma netinha como você ou deixa aleijado um Pedrinho de lá, me dói tanto como se caísse aqui. É uma perversidade tão monstruosa, isso de bombardear inocentes, tenho medo de não suportar por muito tempo o horror dessa guerra. Vem-me vontade de morrer. Desde que a imensa desgraça começou não faço outra coisa senão pensar no sofrimento de tantos milhões de inocentes. Meu coração anda cheio de dor de todas as avós e mães distantes que choram a matança de seus pobres filhos e netinhos (LOBATO, 1997, p.8).

A narrativa supracitada instaura-se em um momento de tensão pelo qual passava o mundo. Nesse roteiro, o pessimismo e a constatação de que o ser humano tinha falhado enquanto projeto de existência superior traz a necessidade de

mudanças na sociedade que só seriam possíveis com alterações drásticas das formas de pensar e agir dos indivíduos. A cultura da paz, da conciliação e do respeito mútuo está embutida nesse pensamento. A barbárie que é a violência em dias atuais não se encontra distante do contrassenso da guerra relatado na referida obra lobatiana. Sendo assim, o leitor em formação, mais uma vez, pode ampliar sua visão da realidade sociopolítica e torna-se, gradativamente, um leitor e cidadão universal.

### **3.2 – Lobato: a polêmica racista e a censura na escola**

O processo histórico que envolve a humanidade tem como um de seus ingredientes basilares a subjugação de algumas etnias e raças. No desenrolar da colonização do novo mundo, o que hoje é o continente americano, os africanos foram elementos imprescindíveis como força de trabalho escravo. Assim, mesmo que a idéia de superioridade racial fosse anterior a essa colonização, o modo de trabalho escravista definido pelo critério racial traz, também, o germe de uma ideologia racista que se disseminou e ainda permanece.

O período posterior ao fim da abolição trouxe, inevitavelmente, detrimientos sociais ao um novo grupo de humanos que estavam libertos, mas não tinham as condições materiais para uma sobrevivência digna. Pode-se dizer que, principalmente, no Brasil a abolição foi incompleta e deixou como legado uma enorme desigualdade social que só ratificaria o preconceito racial. Ademais, é quase consenso que “desde a abolição, a elite se empenhava em construir a nação que sempre pretendeu. Nela, a cultura africana e mesmo a presença negra eram indesejadas” (LOPES, 2008, p.22).

Como conseqüência desse processo discriminatório e de exclusão social dos indivíduos da raça negra, lutas pelos direitos na tentativa de reparar os prejuízos históricos desenvolveram-se na sociedade brasileira e no mundo. No Brasil com a Constituição de 1988 (cem anos após o fim da escravidão) foi estabelecido claramente o crime de racismo como inafiançável e imprescritível. A partir disso, leis de cotas raciais em universidades e em cargos públicos foram pleiteadas com maior vigor.

Além disso, o próprio espaço escolar foi posto como componente no combate à prática racista com o surgimento da lei federal 10.639, a qual estabelece

a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira. No tocante a isso, Parreiras apresenta uma reflexão:

“No ano de 2003, foi lançada a lei federal nº 10.639, que mudou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino e transmissão de história e cultura africana e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino públicos e privados de todo o país. Por um lado, essa decisão tem sido considerada relevante por movimentos de luta dos negros em todo o Brasil. Por outro lado, há uma discussão em relação à validade dessa proposta. Será que ela realmente ajudaria a diminuir o preconceito existente, desde a sala de aula, ou sairia pela culatra e aumentaria ainda mais a segregação, ao destacar a história do povo negro de outros temas curriculares? Há debates a favor e contra essa decisão, com receio de que haja mais preconceitos ao se valorizar a história da África e do povo africano e, por conseguinte, a produção literária de temática africana” (PARREIRAS, 2009, p.111-112)

O que toda essa realidade histórica teria a ver com a literatura e com o escritor que inaugurou a literatura infanto-juvenil no Brasil? Em primeiro lugar é preciso desmistificar a idéia, no mínimo alienada, de que a literatura não tem função social. É necessário ter clareza que por intermédio do texto literário, escritores podem, de modo tácito ou não, expressar suas ideologias e/ou engajar-se na defesa de temas de seus interesses e assim causar influências na sociedade. Não há nada que impeça que os artistas da palavra sejam propagadores de pensamentos pessoais ou de um grupo. A propósito, nada melhor que a literatura para defender teses controversas, pois a arte possibilita o subterfúgio. Quanto ao pensamento racista especificamente no contexto da literatura brasileira, Silva comenta que:

[...] nenhuma estranheza poderia causar o fato de se encontrar a Literatura Brasileira amplamente habitada de racismo, fenômeno que se efetiva, dependendo, naturalmente, do maior ou menor grau de influência racista recebida, ou seja, do comprometimento ou da cumplicidade histórico-ideológica de cada intelectual. Isto quer dizer que estão todos sujeitos, por bem intencionados que estejam no que pensam, falam, planejam ou escrevem, a uma série de influências racistas, evidentemente reflexas do seu próprio ambiente social e político, sempre poluído de racismo [...] (SILVA, 1987, p.63).

Nesse contexto da sociedade brasileira que se constituiu com veementes traços de ideologia racista está justamente Monteiro Lobato, um homem nascido no período de decadência do trabalho escravagista e cuja vida foi contemporânea a um pensamento que guardava os resquícios do superado regime de escravidão. É lógico que pelo simples fato de pertencer a uma época na qual a ideologia racista

buscava até bases científicas para se legitimar não fazia do escritor necessariamente um agente panfletário de uma elite branca racista. Todavia, certas expressões referentes à raça vistas como pejorativas e depreciativas em algumas de suas obras tanto adultas como infanto-juvenis são suficientes para algumas dúvidas que geram celeumas: Lobato era racista? As obras com teor de racismo poderiam ser propaganda desse pensamento na sociedade? E as crianças seriam atingidas por essa visão discriminatória? Seria melhor censurar ou colocar notas de rodapé explicando o racismo do autor? Tais questionamentos fazem sentido já que o processo de superação das diferenças raciais ainda necessita de um tempo considerável para atingir as metas almejadas. É na verdade uma discussão delicada que envolve idéias e sentimentos que perpassam por séculos de história.

Na tentativa de adentrar nessa controvérsia é salutar fazer uma constatação: Lobato foi um escritor que apresentou em sua arte fortes elementos autobiográficos. Fatos de sua vida e idéias por ele defendidas estiveram sempre presentes nos seus escritos literários. Sendo assim, para entender a pecha de racismo dada ao autor do Sítio é preciso analisar sua vida e obra, pois o texto literário, por sua natureza conotativa, não seria suporte suficiente para sustentar nenhuma tese de defesa ou acusação.

Partindo de uma análise feita a partir da obra do escritor, constata-se que a imagem do negro foi presença marcante em seus escritos independente da faixa etária para qual se dirigia o texto. O conto *Negrinha* (1920) que deu nome a uma coleção de contos reunidos num livro; seu único romance de ficção científica: *O Presidente Negro* (1926) e a relevância da personagem Tia Nastácia no Sítio do Picapau Amarelo são amostras que comprovam o quanto a raça negra foi enfatizada na obra lobatiana. No roteiro dessas idéias, o biógrafo Edgard Cavalheiro revela o contexto de produção do livro *O Presidente Negro*:

Lobato atingira no Brasil enorme popularidade; seus livros são os mais vendidos. Mas qualquer obra de grande saída, naquela época, mesmo excepcionalmente, não ultrapassava então a casa dos cinquenta mil exemplares. Confrontando com a média, era bastante, mas pouco para enriquecer qualquer autor. Mal a remota possibilidade de um livro editado nos Estados Unidos lhe ocorre, põe-se a trabalhar a todo vapor, em vinte dias está o romance concluído. Dois meses a edição brasileira é posta a venda. Pensou em chamá-lo de "O Raio Louro", tendo mesmo, baseado nesse título, chegado a redigir aliciante circular aos livreiros do Brasil. A preocupação de Monteiro Lobato foi a de compor um romance, tendo como clou o choque da raça branca com a negra. Esta última, cujo índice de proliferação é maior, alcançar a branca, vence-a nas urnas e elege um

presidente negro. Através de um enredo fantasioso, em que o autor forceja não só por imprimir intensidade dramática e amorosa, mas pontilha de audaciosas idéias eugênicas, faz o branco, graças a sua inteligência, vencer, uma vitória conseguida por intermédio de certos raios inventados pelo professor Benson. Esses raios esterilizam os negros sem que eles dêem pela coisa (CAVALHEIRO, 1962, p.274).

Na obra supracitada, Lobato vislumbra a eleição de um presidente negro nos Estados Unidos no ano de 2.228. No entanto, por não se conformar com essa situação, a elite branca americana cria uma forma de eliminar a disseminação da raça negra no país. A invenção de um raio capaz de tornar estéril apenas os negros tem no seu bojo a ideologia eugênica que pregava a superioridade da raça branca em relação à negra.

Projetos de “embranquecimento” da população realizado por grupos de indivíduos que defendiam essas idéias eugênicas são fatos históricos. Há, portanto, um diálogo claro entre fantasia e realidade nesse romance lobatiano. Ademais, é preciso considerar que o desejo do autor era que essa obra fosse lançada com sucesso nos Estados Unidos, uma das sociedades nas quais os negros sofreram as piores situações de racismo, o que ainda permanece em menor escala.

Em *O Presidente Negro* tem-se um caso patente em que vida e obra apresentam relação de estreita coincidência. O fato é que a biografia de Lobato revela seu apreço pela idéias eugênicas, o que é pouco mencionado pelos críticos quando se discute a questão do racismo nos textos lobatianos. Sabe-se que apontar fatos incômodos, muitas vezes, é causa de má interpretação como se a constatação de uma realidade desagradável acerca de alguém famoso ou alguma instituição constituísse a simples tentativa de destruição de reputação. É necessário ter a consciência de que o mérito de qualquer personalidade não faculta a isenção de crítica. Em relação à adesão de Lobato ao pensamento eugênico, Nigri deixa claro que:

Uma idéia unia Monteiro Lobato, Renato Kehl e Arthur Neiva. Os três eram adeptos de um conceito esdrúxulo chamado eugenia. A idéia, surgida na França na metade do século 19 e sistematizada pelo médico François Galton, era definida pelo próprio como ‘o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer qualidades raciais das futuras gerações, física ou mentalmente’ – e na prática representava, entre outras coisas, uma exaltação da superioridade da raça ‘branca’ em relação às outras. Ou seja, racismo. Nas primeiras décadas do século 20, a eugenia ganhou status de ciência. Renato Kehl era um dos principais estudiosos do tema no Brasil. Redigiu uma vasta obra defendendo os princípios

eugênicos. Foi por iniciativa dele que foi criada, em 1918, a Sociedade Eugênica de São Paulo. Em sua obra, ele defendeu princípios como a proibição de imigrantes que não fossem de raça branca [...] (NIGRI, 2011, p.28)

Em um dos seus mais destacados contos, *Negrinha* (1920), Lobato retrata com intenso realismo a situação de uma menina mulata de sete anos, órfã, filha de ex-escravos, que era criada pela ex-patroa da mãe. As situações de humilhação, castigo e desrespeito à dignidade humana sofridas pela criança são narradas em cenas comoventes. Dessa conjuntura surge a possibilidade de um álibi para o autor. Pode-se usar o argumento de que, nessa obra, Lobato está fazendo uma grave denúncia contra os abusos que os negros sofriam mesmo após o fim da escravidão. Todavia, os subentendidos da arte literária tornam os fatos muito mais imprecisos e indefinidos do que às vezes se deseja. A ambigüidade, a forma irônica e dúbia como o autor constrói o conto gera mais dúvidas do que comprovação categórica de sua inocência. O trecho a seguir mostrar um pouco disso:

Negrinha era uma pobre órfã de 7 anos. Preta? Não; fusca, mulatinha escura, de cabelos ruços e olhos assustados. Nascera na senzala, de mãe escrava, e seus primeiros anos vivera-os pelos cantos escuros da cozinha, sobre velha esteira e trapos imundos. Sempre escondida que a senhora não gostava de crianças. Excelente senhora, a patroa. Gorda, rica, dona do mundo, amimada dos padres, com lugar certo na igreja e camarote de luxo reservado no céu. Entaladas as banhas no trono (uma cadeira de balanço na sala de jantar) ali bordava, recebia as amigas e o vigário, dando audiências, discutindo o tempo. Uma virtuosa senhora, em suma – ‘dama de grandes virtudes apostólicas, esteio da religião e da moral’, dizia o reverendo.” (LOBATO, 2008, p.19)

Nesse enredo o que chama a atenção, além da histórica postura covarde e hipócrita da Igreja Católica em relação à escravidão, é que no final da história ocorre mais um exemplo de “choque de raças”. O surgimento de crianças loiras causa na personagem Negrinha uma situação de abalo psicológico que ocasiona sua morte. Em outras palavras, a raça branca vence a negra. A máxima eugênica está, também, no âmago desse conto. Associado a indícios dessa ideologia racista presentes na literatura lobatiana, há cartas atribuídas a Lobato nas quais fica evidente a admiração do autor por uma entidade americana denominada Ku-Klux-Klan que propagava idéias racistas e tinha entre suas propostas a “purificação racial”. Nigri atesta esse fato:

Escreve Lobato a Neiva, em 1938: ‘Um dia se fará justiça ao Ku-Klux-Klan; tivéssemos aí uma defesa dessa ordem, que mantém o negro no seu lugar, e estaríamos hoje livres da peste da imprensa carioca-mulatinho fazendo jogo de galego, e sempre demolidor porque a mestiçagem do negro destrói a capacidade construtiva (NIGRI, 2011, p.31).

Na condição de elementos de valor históricos e documentais, as cartas escritas por Lobato são critérios mais seguros para pôr nos autos quando se polemiza a questão do racismo. Nesse sentido, o que gera mais controvérsia em torno de Lobato, a ponto de surgirem propostas de censura a partes de suas obras no ambiente escolar, é a suspeita de traços do pensamento racista na sua obra infanto-juvenil. Um dos livros no qual se encontra um suposto racismo é *Caçadas de Pedrinho* (1933). Nessa obra podem-se encontrar passagens controversas como essa:

Minutos depois de realizar-se debaixo da jabuticabeira grande uma segunda assembleia, menos numerosa que a dos bichos. Compareceram todos, inclusive o Marquês de Rabicó. Pedrinho pediu à boneca que repetisse a sua conversa com os besouros espíões. Emília repetiu-a, terminando assim: – É guerra e das boas. Não vai escapar ninguém – nem Tia Nastácia, que tem carne preta. As onças estão preparando as goelas para devorar todos os bípedes do sítio, exceto os de pena (LOBATO, 2009, p.26).

O trecho supracitado centra-se na fala da personagem Emília, justamente a figura que é considerada a “válvula de escape” para que Lobato expresse suas idéias para a sociedade. Destaca-se, nesse sentido, o pensamento transmitido pela personagem de que as onças comeriam também a tia Nastácia mesmo que tenha “carne preta”. Se isso não for uma expressão de racismo é no mínimo controversa. O debate é, desse modo, inevitável. A crítica literária Nelly Novaes Coelho é uma das que advogam a favor de Lobato. Para isso ela utiliza a figura da própria Tia Nastácia como suporte para seus argumentos. Nas palavras da autora fica óbvia a tentativa de defesa ao afirmar o seguinte:

Aos que chamaram Lobato de racista, por criar essa personagem preta e ignorante, não perceberam que dentro de seu universo literário não há preconceito racial nenhum, pois Tia Nastácia é respeitada e querida por todos. E que, tirando-a do universo real onde a conheceu, ele estava sendo apenas realista (COELHO, 2000, p.144).

O fato é que aqueles que mais se destacam na crítica literária infanto-juvenil no Brasil, a exemplo de Coelho, Lajolo e Zilberman, não ousam atribuir a Lobato um pensamento racista refletido em sua obra. Seria uma prática de endeusamento do autor e que as impede de enxergar os equívocos dele ou elas estariam certas ao defendê-lo? Não obstante a celeuma é salutar compreender que o elogio e a crítica podem ser atribuídas ao mesmo indivíduo sem que com isso se esteja cometendo incoerência.

Em outras palavras, nenhum escritor ou instituição, apesar dos méritos ou benefícios produzidos reconhecidamente para a sociedade, estão acima de qualquer suspeita. A busca pela imparcialidade é um valor a ser aplicado universalmente apesar de muitos serem tomados por paixões ideológicas capazes de provocar radicalismos e fanatismos perniciosos.

Essa discussão se torna ainda mais problemática quando é questionada a presença de uma suposta apologia ao racismo na escola por intermédio de obras lobatianas. Tornou-se algo tão sério que já se transformou em caso de justiça. Nigri relata uma situação relativamente recente em que a obra *Caçadas de Pedrinho* esteve sujeita a censura nas escolas:

O escritor Monteiro Lobato (1882-1948) era racista? Eis uma polêmica que vai e volta na vida cultural brasileira e recentemente foi reativada pelo Conselho Federal de Educação. No ano passado, o organismo emitiu um parecer classificando o livro *As Caçadas de Pedrinho*, de 1933, como racista. Na análise, eram citados trechos da obra em que a personagem Tia Nastácia, que é negra, era tratada de forma ofensiva: “Tia Nastácia, esquecida dos seus reumatismos, trepou, que nem uma macaca de carvão”. O Conselho Federal de Educação endossou, na verdade, uma corrente acadêmica que já há algum tempo vê sinais de racismo no tratamento dispensado à personagem ao longo da obra infantil do escritor (NIGRI, 2011, p.26).

A preocupação de alguns acadêmicos ligados à educação e de grupos que combatem a discriminação racial tem a ver com a possibilidade de desrespeito e/ou propagação de idéias racistas no contexto da sala de aula por meio desse tipo de obra literária que apresenta expressões ultrajantes para os negros.

Além do livro *Caçadas de Pedrinho* é possível encontrar em outras obras infantojuvenis lobatianas expressões que podem ser vistas, nos tempos de hoje, como desrespeitosas e/ou disseminadoras de preconceitos raciais. Um exemplo disso pode ser visto na obra *Emília no País da Gramática* (1934). Numa passagem

em que Emília conversa com um substantivo próprio (nome de pessoa) surge mais uma expressão que soa preconceito:

- Não seja tão sabida, bonequinha! Eu há muito que moro nos subúrbios, e se vim passear hoje aqui foi apenas para matar as saudades. Esta casa não é minha. – De quem é então? – De uma diaba que veio de Galópolis e anda mais chamada que uma telefonista – uma tal ODETE. Volta e meia sai daqui correndo, a batizar meninas. Mas minha vingança é que está ficando magra que bacalhau de porta de venda, de tanto corre-corre. – Está aí dentro, essa palavra? – Aqui dentro, nada! Não para em casa um minuto. Inda agora recebeu chamado para batizar uma menina em Itaoca. Tomara que seja uma negrinha preta que nem carvão... (LOBATO, 2009, p.31).

Nessa lógica, o questionamento basilar é: de que forma uma criança e/ou adolescente negro receberia uma leitura em sala de aula com expressões de cunho depreciativo em relação a sua raça, a qual ainda sofre com a discriminação? É bem provável o constrangimento e/ou o sentimento de ultraje mais profundo.

Como não se resolve o debate que de alguma forma pode colocar uma marca negativa em um dos homens que mais incentivou a leitura no país, parece ser mais oportuno discutir especificamente uma consequência disso tudo: a censura. Impedir que obras lobatianas ou de qualquer autor sob suspeita de racismo seja acessível aos estudantes nas escolas ou inserir notas de rodapé nos livros como forma de esclarecimento para professores e alunos são as principais propostas de alguns intelectuais ou entidades ligadas a movimentos que buscam a valorização e/ou reafirmação do povo negro do país. Gera-se, portanto, outra polêmica.

A censura seria no mínimo um contrassenso até mesmo porque não se pode perder os bônus literários e didáticos contidos numa obra tão vasta como a de Lobato. Por outro lado, negar possíveis ofensas aos negros constitui um ato de hipocrisia. Nesse sentido, a inserção de notas de rodapé, para esclarecer posturas ideológicas racistas ao longo da história, é algo paliativo e mesmo assim plausível. Todavia é na sala de aula que questões tão delicadas como essas devem ser debatidas com maturidade e bom senso. Tudo aquilo que for lido no contexto escolar que de alguma forma atinja a dignidade humana deve ser redimensionado para uma situação de respeito mútuo. No diálogo entre professor e aluno está a solução para muitos impasses que perturbam a sociedade.

### **3.3 O uso da obra *Emília no País da Gramática* no 7º ano do Ensino Fundamental**

O ato de ler, que não se resume a mera decodificação, pode ser um instrumento de revolução social quando se postulam a formação de pessoas conscientes de sua realidade, aptos a atuar de modo crítico na sociedade e no âmbito político. Com isso, existe a premente necessidade de tornar o ambiente escolar num lugar onde a leitura seja explorada não como obrigação curricular, mas como um ato de prazer e meio imprescindível na formação dos cidadãos.

Diante desses fatos, pauta-se a grande importância das aulas de língua portuguesa que desde o Ensino Fundamental I e II precisam ser ferramentas que possibilitem um contato mais efetivo com a língua e assim desenvolvam as habilidades de leitura tão almejadas.

Entende-se, portanto, que na formação de um leitor proficiente, crítico e autônomo não se pode prescindir da aquisição de um domínio razoável dos múltiplos usos e variações a que a sua língua materna está sujeita. Logicamente esse processo de aprendizagem acerca da língua nativa deve ocorrer, preferencialmente, desde a mais tenra idade e passa de modo inevitável pelo contato com a denominada língua padrão.

Sendo a infância e a adolescência os momentos da vida humana nos quais as habilidades lingüísticas devem ser objeto de investimento vigoroso, entende-se que nada mais oportuno do que fazer uso da literatura como gênese desse processo de amadurecimento lingüístico que poderá constituir adultos mais profícuos no trato com a língua e conseqüentemente leitores de melhor qualidade. No entanto, quando o ensino da língua parte de concepções que promovem distâncias entre leitura, análise lingüística, variedade lingüística (na qual se inclui norma padrão) e literatura, pode acarretar um detrimento considerável para o desenvolvimento das habilidades e aptidões cognitivas dos sujeitos participantes do processo de aprendizagem. Lígia Chiappini Moraes Leite alerta para um trabalho pedagógico com a língua materna cuja ótica de separação de conteúdos tradicionais pode configura-se como algo maléfico. Nas suas palavras constata-se que:

Como se vê, é o conceito de trabalho (não alienado) que supera a concepção tradicional de literatura, de língua e de saber. Se conseguimos que ele esteja no centro de nossas preocupações pedagógicas, entendido como prática de um sujeito agindo sobre o mundo para transformá-lo e, para, através da sua ação, afirmar a sua liberdade e fugir à alienação,

estaremos talvez conseguindo formar uma capacidade lingüística plural nos nossos alunos, pela qual poderão, inclusive, de quebra, dominar qualquer regra gramatical, qual rótulo fornecido pela retórica ou pela história literária. A escola que conseguir isso certamente formará pessoas sem a metade dos nossos próprios bloqueios, de expressão verbal e outros... (LEITE,1997, p.25).

Nesse sentido, uma das questões mais problemáticas que se constata quando se adentra no campo do ensino da língua materna têm sido a dificuldade existente no processo de ensino-aprendizagem da leitura. Afinal, como se ensinar a ler além da simples idéia de decodificação? Como é possível formar um leitor crítico? Por que parte considerável dos alunos não consegue ser bem sucedidos em atividades que envolvem uma leitura compreensiva? Se as respostas a essas indagações fossem fáceis, talvez já tivessem sido resolvidas muitas das mazelas que se perpetuam na educação brasileira.

Entende-se que a complexidade que está envolta no ato de leitura só pode ser amenizada quando a prática de leitura na escola for suficientemente capaz de criar um novo hábito social no qual os textos escritos sejam fontes não apenas de conhecimento, mas também de satisfação para os indivíduos. Não se pode começar isso de qualquer ponto. A gênese desse processo pode estar na literatura infanto-juvenil.

Não se trata evidentemente da necessidade de retorno a práticas didáticas de outros tempos nos quais a literatura tinha função de maior destaque, mas do reconhecimento de que os textos literários têm sido sistematicamente pouco valorizados no contexto escolar, o que tem trazido prejuízo nos processos de aprendizagem onde o lidar com a língua é imprescindível.

Com isso, fica revelado que a função da literatura pode ir muito além das questões relacionadas ao prazer estético e da velha máxima: a arte pela arte. O texto literário pode ser usado, sem nenhum peso de consciência, como instrumento didático eficaz na formação cultural do indivíduo.

É bem verdade que não foram muitos os escritores que vislumbraram, de modo lúcido, a responsabilidade da literatura além do contexto artístico. No Brasil, o pioneiro nesse processo de popularizar a leitura literária entre as crianças foi o editor, tradutor e, sobretudo escritor Monteiro Lobato. A frase “Um país se faz com homens e livros” parece não ter sido pura demagogia. Havia de fato um projeto de uma literatura que atingisse o público não adulto como forma de criar um hábito

nacional de leitura. Em outras palavras, “ele foi um autor engajado, comprometido com os problemas de seu tempo. Tinha um projeto definido: influir na formação de um Brasil melhor através das crianças” (SANDRONI, 1998, p. 16-17)

Os ideais de Lobato propagados pela literatura infanto-juvenil possibilitaram a criação de uma obra vasta e rica de elementos da cultura nacional em diálogo constante com as tradições vindas de fora. O famoso Sítio do Pica Pau Amarelo foi o ambiente inventado para a série de histórias engenhosamente criadas. Dentre as múltiplas aventuras narradas no sítio, destaca-se, aqui, *Emília no País da Gramática*. Essa obra tem cunho explicitamente didático ao ter a proposta de um ensino da norma culta por intermédio da literatura.

Diante desse fato, surge a opinião desfavorável que prega cabalmente que a literatura não pode ser usada como pretexto para ensinar gramática. Porventura, a idéia seja de que a literatura pode perder sua qualidade ou intenção estética se for usada para fins não artísticos ou com exacerbado pragmatismo como no caso da obra supracitada.

Não obstante qualquer controvérsia, o livro *Emília no País da Gramática* traz ingredientes inovadores capazes de revelar que a literatura mesmo quando tomada para fins didáticos pode não perder seu valor artístico e de encantamento.

Desse modo, com uma visão mais pragmática da literatura, Lobato investiu na produção de uma obra para os menores que atingia diretamente a realidade da sociedade brasileira. Coadunado a um caráter também didático a arte literária lobatiana chegou à escola para ensinar até mesmo a gramática normativa. É justamente isso que acontece com a obra *Emília no País da Gramática*. Esse trabalho de Lobato parece ter uma finalidade específica: ensinar às crianças e adolescentes algumas regras e conceitos gramaticais da língua portuguesa de modo mais divertido, criativo e eficiente.

Nessa conjuntura, uma indagação é salutar: o fato dos alunos do Ensino Fundamental aprenderem razoavelmente a norma culta poderá ajudar no processo de formação de uma leitura mais consciente? É óbvio que a variedade padrão é apenas uma das formas de uso da língua (com maior prestígio), mas justamente pelo seu reconhecimento social e pela predominância nos gêneros textuais escritos não se pode negar o auxílio que a mesma prestará ao indivíduo que a domine e que seja confrontado com os vários textos em quaisquer níveis de formalidade.

Com esse entendimento, a obra *Emília no País da Gramática* apresenta o caráter literário e didático simultaneamente sem que um diminua a natureza do outro. Ademais, é preciso reconhecer que a visão acerca da gramática no pensamento lobatiano já anunciava avanços em relação aos preceitos tradicionais. A língua era vista com mutável e sujeita aos usos do ser humano. Sem fazer referência especificamente ao livro *Emília no País da Gramática*, Cavaleiro mostra que:

Dona Benta explica às crianças que a gramática é criada e não dona da língua. O dono da língua somos nós, o povo, e a gramática o que tem a fazer é, humildemente, ir registrando o nosso modo de falar. Quem manda é o uso geral e não a gramática (CAVALHEIRO, 1962, p.153).

Dessa forma, em *Emília no País da Gramática*, a história parte de um fato habitual do Sítio do Pica Pau Amarelo: a avó, Dona Benta, que ao reconhecer a importância do estudo, ensinava sempre às crianças os conhecimentos para que elas fossem pessoas mais sábias. No caso específico, Pedrinho tinha aulas de gramática com a dona do sítio. Surge então o conflito, pois o menino, que estava de férias, lembrava que as aulas de gramática não eram muito agradáveis na escola. Nas palavras do autor ocorria o seguinte:

Pedrinho fez bico, mas afinal cedeu; e todos os dias vinha sentar-se diante de Dona Benta, de pernas cruzadas como um oriental, para ouvir explicações de gramática. – Ah, assim sim! – dizia ele. – Se meu professor ensinasse como a senhora, a tal gramática até viraria brincadeira. Mas o homem obriga a gente a decorar uma porção de definições que ninguém entende. Ditongos, fonemas, gerúndios... (LOBATO, 2009, p.14).

Apesar do esforço da avó, era preciso algo mais dinâmico e contagiante. Emerge daí a figura mais provocante, metida e malcriada do sítio: A boneca Emília. Essa personagem parece ser o elemento criado por Lobato para desencadear os maiores conflitos, travessuras, aventuras, ironias e críticas à sociedade. Em outras palavras pode-se dizer que “Emília, mais do que um ser humano, é uma idéia, um pensamento. É Lobato-criança. Mas é também Lobato-adulto. Nela, mais do que em qualquer outro personagem encontra-se o autor” (CAVALHEIRO, 1962, p.159-160).

Assim, no roteiro da narrativa, a boneca de pano é encarregada de sugerir a Pedrinho que em vez de estudar gramática através de um livro, poderiam ir conhecer o país da gramática e apreender muitas coisas sobre a língua portuguesa

de maneira muito mais divertida. Aprender brincando: essa era a máxima no Sítio do PicaPau Amarelo. O guia da aventura é o rinoceronte Quindim que conhecia bem o dito país porque tinha comido uma gramática que estava sendo lida pelo Visconde, o sabugo de milho de imensa sabedoria.

Em mais uma aventura, além de Pedrinho, Emília e Quindim foram também Narizinho e o sabugo sabichão. A curiosidade e o interesse em apreender os conceitos e os mistérios que cercam a língua chamada de padrão moveram esses personagens por muitos caminhos interessantes. Na chegada ao país da gramática são apresentados os saberes iniciais referentes à Fonologia. Vogais, consoantes e sílabas ganham vida como personagens para se entender a microestrutura da língua.

Dentre as cidades do País da Gramática, a visitada foi a de nome Portugalia. O passeio torna-se, assim, o momento de conhecer mais afundo questões referentes à norma culta, mas também àquilo que desviava do padrão. Os personagens do sítio estabelecem diálogos com palavras que vão revelando vários conceitos gramaticais e sobre o uso histórico da língua portuguesa. Conceitos de Morfologia como classes, formação e criação de palavras; a Sintaxe e a Estilística são desenvolvidos numa sequência narrativa repleta de uma leveza capaz de eliminar a sensação do estudo de um conjunto de regras desconexas e sem muita utilidade. Concomitante a essa aprendizagem de aspectos formais da língua, Lobato não abdica de uma reflexão acerca de fenômenos lingüísticos. Isso é patente quando na obra se expressa o seguinte:

Parece mais simples, mas não é. Os gramáticos mexem e remexem com as palavras da língua e estudam comportamento delas, xingam-nas de nomes rebarbativos, mas não podem alterá-las. Quem altera as palavras, e as faz e desfaz, esquece umas e inventa novas, é o dono da língua – o Povo. Os gramáticos, apesar de toda a sua importância, não passam de “grilos” da língua (LOBATO, 2009, p.54).

Obviamente que se faz a ressalva de que pela conjuntura histórica da obra, muitos conceitos ou idéias acerca da língua sofreram metamorfoses e precisam ser revistas e postas para o público leitor. Independente disso é preciso reconhecer que *Emília no País da Gramática*, em termos de qualidade literária, para o público a quem se destina, não ficou nenhum pouco aquém das demais histórias que povoam o Sítio do Pica Pau Amarelo. O padrão é o mesmo e a literatura onde

fantasia e realidade dialogam estão presentes com o pragmatismo peculiar do seu autor

Sendo assim, o uso dessa obra lobatiana em sala de aula do Ensino Fundamental II deve ter como finalidade não a descaracterização do texto literário enquanto arte, mas o entendimento no tocante possibilidade de ampliar o leque de usos da língua com aquisição da norma culta, por exemplo. Além disso, uma questão é salutar nessa situação: ao apreender acerca da norma padrão da língua portuguesa, o indivíduo terá recursos a mais para fazer uma leitura proficiente de qualquer texto? É lógico que a gramática normativa não é a chave para a formação cabal de leitores, mas dentre a enorme complexidade do ato de ler, o domínio de uma variedade que tem maior prestígio na sociedade e é predominante nos textos escritos, certamente, será um bom auxílio.

Porventura a visão vanguardista de Lobato ao defender que seria preciso investir intensamente na inteligência das crianças, fez com que sua literatura destinada a esse público tivesse um caráter pedagógico tão prático. Em *Emília no país da gramática* percebe-se nitidamente o desejo de oferecer ao público que se encontra em franco desenvolvimento o contato com língua padrão que circula nas situações mais formais de uso lingüístico e obviamente em grande parte dos textos lidos pelos sujeitos.

Além da boa intenção, a maneira de realizá-la parecer ter sido bem sucedida. Houve na obra a possibilidade de coadunar o estudo de aspectos da língua com um fazer literário envolvente e criativo. Essa riqueza deixada por Lobato, já aproveitada em outras mídias além dos livros, pode ser cada vez mais redimensionada para outorgar bônus ao trabalho pedagógico e conseqüentemente contribuir para a aprendizagem dos discentes no contexto escolar. A gramática normativa, a língua, no sentido mais amplo, e a literatura não precisam caminhar estanques nesse processo.

Ademais, é salutar reconhecer que o modo como se desenvolve o trabalho com o texto literário em sala de aula tem sido motivo de grandes celeumas, pois muitas vezes se priorizam os contextos históricos das obras em detrimento da apreciação do material lingüístico que as constituem. No caso específico de uma literatura voltada para os indivíduos que estão em pleno processo de desenvolvimento não pode ser diferente. Em outras palavras, não se concebe

qualquer uso pedagógico da literatura sem o contato direto e assíduo com as obras a serem trabalhadas.

Nenhum método “mágico” será capaz, portanto, de substituir o ato, muitas vezes solitário, que o indivíduo terá ao se defrontar com a arte literária. Com o texto literário, a leitura torna-se o meio e o fim de todo processo sem o qual não se chega a lugar nenhum. Diante dessa realidade fatores externos relacionam-se com a função do professor que é a de mediador e guia para despertar o potencial de leitores que existe nos alunos.

No contexto da sociedade atual em que a leitura literária tem perdido espaço para as novas mídias, atrair a atenção dos discentes e contar com a participação da família são desafios consideráveis para a prática docente. Fazer da literatura algo prazeroso e atraente parece ser um dos primeiros passos para depois revelar sua imensa função humanizadora e cultural. Todavia, a constatação dessa realidade de obstáculos não deve tornar o trabalho pedagógico carregado de pessimismo. É salutar a disposição para apreender e reinventar formas de uso do texto literário em sala de aula sem o peso da consciência de sempre atingir êxitos extraordinários.

Com isso, consciente das limitações, elenca-se uma série de ações que podem ser realizadas com o livro *Emília no País da Gramática* de Monteiro Lobato. Convém salientar que a proposta inserida, aqui, se dirige especificamente a alunos do 7º ano, o que não impede que outras séries do Ensino Fundamental II sejam contempladas com tais sugestões. Passa-se, então, a listar uma sequência de procedimentos didáticos plausíveis:

#### **1 . Apresentação da obra pelo professor**

- O professor pode resenhar a obra para a turma apresentando os elementos mais interessantes capazes de motivar uma leitura individual;
- No momento de apresentar a obra o professor deve conceder espaço para indagações e comentários acerca do livro.

Na condição de mediador do processo de ensino-aprendizagem, o docente precisa ser o elo entre os alunos e a obra de modo a facultar autonomia leitora. Nesse sentido, os discentes devem ser convidados a participar ativamente do processo de leitura, compreensão e debate acerca do material sugerido. O

instante no qual a obra é exposta à classe é determinante no desenrolar de outras atividades que visam o aprofundamento nas reflexões e aprendizagens baseadas no ato de ler.

## **2 . Solicitação de leitura da obra**

- O professor solicita a leitura completa da obra a ser realizada em momentos da aula e extraclasse;
- Essa leitura extraclasse pode ser acompanhada com comentários escritos dos alunos sobre o que apreenderam do material lido.

O contato direto do aluno com o texto literário é a forma imprescindível para o desenvolvimento tanto do gosto pela leitura quanto a aquisição de aptidões lingüísticas e ampliação cultural aos quais serão componentes basilares na formação do sujeito crítico e por isso apto a compreender e/ou atuar melhor na sociedade. Como o tempo disponível na escola não é suficiente para leitura de textos mais longos, é necessário que atividades de leitura extraclasse sejam sempre propostas. Nesse contexto, o empenho individual do aluno associado a um possível apoio familiar é essencial no êxito de um trabalho pedagógico que envolve a leitura literária.

## **3 . Socialização das leituras realizadas**

- Realização de um debate em formato de mesa redonda onde todos os alunos têm voz para expressar seus pontos de vista acerca da obra;
- Sistematização dos conteúdos contidos no livro com a orientação do professor.

Em decorrência de uma leitura, seguida de prováveis anotações por parte dos discentes, é fundamental que se realize um debate acerca da obra. Com a mediação do professor, é necessário que os alunos expressem aquilo que apreenderam, as dúvidas que tiveram e as opiniões que adquiriram a respeito da obra. Esse momento de discussão é crucial, pois os discentes poderão ampliar suas óticas no tocante ao material lido e assim apreender ainda mais. Nesse sentido, entende-se que:

[...] só se formam leitores por meio de atividades de leitura, e estas devem ser compatíveis com a competência de leitura de cada indivíduo, mas devem oferecer meios e estímulos para que o leitor vença outras etapas, consiga decifrar novos códigos e se torne cada vez mais plural (GREGORIN FILHO, 2009, p.89).

No caso específico da obra *Emília no País da Gramática*, o propósito didático de aprimorar o domínio sobre a língua posta como padrão ocorre simultaneamente a um processo de formação do leitor profícuo.

#### 4. Seminários com exposição da obra

- É plausível a divisão da turma em grupos que ficarão encarregados de expor capítulos da obra de forma sistematizada para que conceitos e normas gramaticais sejam compartilhadas;
- Cada grupo além de expor um capítulo deverá escrever e distribuir um resumo daquilo que foi exposto;
- No final dos seminários os resumos podem ser reunidos na mesma sequência do livro para que exista um material escrito resultado de todas as atividades;
- Na exposição da obra, deverá ficar bem claro o modo como estão estruturados os elementos da narrativa (personagens e narrador) e suas posições no tocante à temática (Gramática Normativa);
- É preciso, também, esclarecer que mudanças nas regras gramaticais já estão previstas na obra a qual oferece a possibilidade de se compreender a língua como fenômeno heterogêneo e flexível.

A idéia de uma série de seminários, posterior aos debates, seguido de uma produção escrita são necessidades que surgem para um melhor aproveitamento de uma obra que possibilita uma discussão considerável acerca de aspectos lingüísticos sem detrimento dos elementos literários.

#### 5 . Transposição de gêneros

- Montar uma peça de teatro a partir do enredo e dos personagens da obra *Emília no País da Gramática*;
- Os alunos podem encenar passagens do livro incorporando os personagens do sítio e aqueles que habitam o país da gramática;

- O roteiro da peça deve ser montado conforme o enredo, as características das personagens e a linguagem expressa na referida obra lobatiana;
- É necessário, portanto, o máximo de cuidado para que não ocorra uma descaracterização do fazer literário e pedagógico de Lobato.

O modo como Lobato configurou sua obra infanto-juvenil na qual se inclui *Emilia no País da Gramática* possibilita os diálogos como outros gêneros artísticos. Não por acaso, o Sítio do Picapau Amarelo foi tão adaptado para o teatro, cinema e televisão. Assim, o intento de montar uma peça de teatro baseada na obra supracitada é uma forma não apenas de aprovar a leitura, mas também de usufruir de uma riqueza literária capaz estabelecer um intercâmbio com outra arte baseada na oralidade como é o caso do teatro.

## 6. Convite ao vasto mundo da literatura a partir de Lobato

- Contextualização da obra por parte do professor assim como do legado de Monteiro Lobato para a formação dos leitores;
- Incentivo à leitura de obras de literatura infanto-juvenil de Lobato e de outros escritores.

Para encerrar esse conjunto de atividades, que se supõe adequadas à obra em questão, é conveniente que o professor realize um momento de reflexão compartilhada com os alunos acerca de tudo aquilo que foi trabalhado ao mesmo tempo em que pode apresentar e/ou sugerir a leitura de outras obras literárias tanto de Lobato quanto de outros escritores que têm muito a oferecer para a formação cultural e humanística.

Como se vê o próprio texto literário oferece um conjunto de elementos em condições de dialogar com outras artes e tocar concomitantemente a sensibilidade e a razão humana. Propostas de como se fazer uso da literatura em sala de aula podem surgir em grande quantidade e até se repetirem, mas os resultados obtidos serão sempre imprevisíveis, pois fatores de ordem individual e coletiva estão sempre presentes nas relações de ensino-aprendizagem. Colocar a literatura nesse meio torna o jogo ainda mais problemático, o que na verdade é algo paradoxalmente prazeroso. Nesse sentido, não se pode negar que “muito mais do que uma simples atividade inserida em propostas de conteúdos curriculares, oferecer e discutir

literatura em sala de aula é poder formar leitores, é ampliar a competência de ver o mundo e dialogar com a sociedade” (GREGORIN FILHO, 2009, p.77-78).

Além disso, não se pode negar que o ensino de língua materna tem passado por muitos questionamentos e debates principalmente quando se nota os níveis precários da qualidade de leitura de grande parte dos estudantes brasileiros. A necessidade da busca de soluções que pelo menos amenizem essa situação move ações de pesquisadores e do poder público.

O fato que parece consensual é que a escola precisa oferecer melhores condições para que a leitura, como ato capaz de promover certa autonomia intelectual, seja praticada com maior ênfase e qualidade. Mesmo assim, é importante reconhecer o papel mais amplo nesse processo que envolve a sociedade como um todo.

Construir uma sociedade de leitores aptos a compreender e fazer uso conveniente das várias formas da língua, inclusive da norma padrão, não é tarefa fácil, sobretudo com o histórico de pouca prioridade dada à educação em solo brasileiro.

Diante dessa realidade envolta de complexidade, as modestas sugestões de teor pedagógico, a serem postos em prática no 7º ano do Ensino Fundamental, são apenas um ensaio preliminar e obviamente inacabado do muito que ainda pode ser feito pela educação quando se fala da leitura como carro-chefe. A literatura infanto-juvenil, nessa perspectiva, é vista com instrumento indispensável, já que se concorda com Monteiro Lobato quando propôs a necessidade de investir nos “pequenos”.

A obra *Emília no País da Gramática* cuja natureza didática voltada para o estudo da gramática normativa é uma demonstração de como a literatura, sem necessário processo de desqualificação, é portadora de uma funcionalidade além do prazer estético.

Sendo assim, o estudo da língua materna que é um dos sustentáculos para as múltiplas aprendizagens a que o sujeito é condicionado na sociedade não deve dispensar o elemento literário como elo formador do leitor e do cidadão. A proposta esboçada, neste trabalho acadêmico, constitui, portanto, apenas uma dica e um olhar reflexivo a mais do que pode ser feito no processo de formação de leitores tão repleto de possibilidades.

### 3.4 O Uso da Obra *O Picapau Amarelo* no 7º Ano do Ensino Fundamental

A grandeza do texto literário talvez esteja na ausência de uma imposição de limites quanto às abordagens temáticas. Todas as demandas que envolvem a vida humana podem ser matérias literárias. Tal abrangência e relevância seriam capazes de explicar um vácuo considerável na mente do indivíduo quando este não tem a oportunidade de lidar de modo mais intenso com a palavra escrita que se transfigura em arte.

No processo de desenvolvimento dos indivíduos a literatura pode servir como intercâmbio para o conhecimento e reflexão acerca de elementos culturais que são (re) construídos incessantemente pelos mais diversos grupos da sociedade. Mitos, lendas e tradições dos povos, criados ao longo do tempo, são postos em diálogo com a realidade por intermédio da arte literária. O imaginário como fuga ou pretexto para uma compreensão mais aguda das questões sociais e políticas são possibilidades que não se excluem, necessariamente, quando se analisa o trabalho artístico com a palavra escrita.

Enquanto gênero literário com a especificidade de ser responsável por inaugurar salutarmente o processo de letramento literário dos indivíduos, a literatura infanto-juvenil pode facilitar sua empreitada quando se faz compreender como um sistema no qual naturalmente as obras podem estabelecer relações intertextuais ao mesmo tempo do seu caráter de universalidade. Não abdicando da construção de uma literatura infanto-juvenil de alto grau de brasilidade Monteiro Lobato deu exemplo claro de que as crianças brasileiras necessitavam de um leque maior de saberes de uma literatura que ultrapassasse as fronteiras do país.

A formação do leitor para Lobato não poderia prescindir de uma abordagem ampla da literatura infanto-juvenil produzida no mundo. A leitura dos clássicos produzidos na Europa seriam componentes essenciais para que os iniciantes no ato de ler adquirissem uma bagagem cultural capaz de auxiliar na compreensão das nuances que envolvem o texto literário como um todo. Quanto à importância dos clássicos na construção do leitor Machado atesta que:

Direito e resistência são duas boas razões para a gente chegar perto dos clássicos. Mas há mais. Talvez a principal seja o prazer que essa leitura nos dá. Muita gente fala em prazer da leitura, mas às vezes essa noção fica um pouco confusa. Claro, existe um elemento divertido, de entretenimento, em acompanhar uma história engraçada, emocionante ou cheia de

peripécias. É uma das alegrias que um livro pode proporcionar – mas essa é apenas a satisfação mais simples, evidente e superficial. Há muito mais do que isso. Muito mesmo, como sabe qualquer leitor. Existe, por exemplo, o gosto pela viagem – um prazer muito especial, que não deve ser confundido com fuga, evasão ou escapismo. É o gosto pela imersão no desconhecido, pelo conhecimento do outro, pela exploração da diversidade. A satisfação de se deixar transportar para outro tempo e outro espaço, viver outra vida com experiências diferentes do cotidiano. Mas a leitura dos bons livros de literatura traz também ao leitor o outro lado dessa moeda: o contentamento de descobrir em um personagem alguns elementos em que ele si reconhece plenamente. Lendo uma história, de repente descobrimos nela umas pessoas que, de alguma forma, são tão idênticas a nós mesmos, que nos parecem uma espécie de espelho. Como estão, porém, em outro contexto e são fictícias, nos permitem um certo distanciamento e acabam nos ajudando a entender melhor o sentido de nossas próprias experiências (MACHADO, 2002, p.19-20)

Nessa lógica, tudo indica que no fazer literário lobatiano estava incluso o entendimento de que a literatura na condição de repositório dos mais diversos sentimentos e realidades do ser humano não deveria sofrer qualquer tipo de objeção, ou seja, os indivíduos necessitavam conhecê-la como forma até mesmo de compreenderem a si mesmos e aos outros. No conjunto de suas obras infantojuvenis, que ficaram conhecidas pelo nome de Sítio do Picapau Amarelo, destaca-se, aqui, um enredo que demonstra bem o leitor múltiplo pretendido por Lobato: trata-se da obra *O Picapau Amarelo* (1939).

O método de contar uma história concomitante a um intercâmbio com outras narrativas é fato inconteste no referido livro. Em *O Picapau Amarelo*, Lobato faz com que os habitantes do Sítio sejam anfitriões de vários personagens que são componentes de muitas histórias: contos de fada, mitologia grega, e até o herói desastrado, Dom Quixote, passaria uma temporada nessas terras brasileiras.

Como no Sítio a fantasia é abundante, tudo começa com uma carta enviada pelo Pequeno Polegar para Dona Benta. A partir de então os moradores do Sítio nunca mais seriam os mesmos, pois estariam com os personagens que conheciam pelos livros compartilhados com a proprietária daquelas terras. A leitura da carta feita por Emília e a reação dos ouvintes se deu da seguinte forma:

‘Prezadíssima Senhora Dona Benta Encerabodes de Oliveria: Saudações. Tem esta por fim comunicar a Vossa Excelência que nós, os habitantes do Mundo da fábula, não agüentamos mais as saudades do Sítio do Picapau Amarelo e estamos dispostos a mudar-nos para aí definitivamente. O resto do mundo anda uma coisa das mais sem graça. Aí é que é o bom. Em vista disso, mudar-nos-emos todos para sua casa – se a senhora der licença, está claro... ‘. O assanhamento da criançada subiu a cem graus, que é o ponto de fervura da água. Ficaram todos borbulhantes de alegria. Pedrinho

disparou a fazer projetos de brincadeiras com Aladim e o Príncipe Condade. Narizinho queria conversas de não acabar mais com Branca de Neve e a Menina de Capinha Vermelha. Até o Visconde lambeu os beijos ansiosos por uma discussão científica com Mr. de La Fontaine, o famoso fabulista encontrado na viagem feita ao 'País da Fábula'. – Que suco vai ser, vovó? Todos aqui, imagine! Será que também vem Dom Quixote? – Eu que quero é lidar com os anões de Branca de Neve! O Dunga, o Zangado... Ah, gostosura! Mas Dona Benta estava incerta. A população do Mundo da Fábula era grande; como acomodá-la toda ali num sítio que não tinha mais de cem alqueires de terra? (LOBATO, 2008, p.13-14)

A dona do Sítio, instigada pelos desejos dos demais moradores, não teve como negar a hospitalidade, mas como o espaço era pequeno para tantos personagens foi obrigada a comprar as terras da vizinhança. Para Dona Benta dinheiro não era problema depois do petróleo descoberto em suas terras. Assim, é construída uma literatura como um seriado no qual uma história se conecta com a outra.

Nos estudos contemporâneos da lingüística, coadunados com os avanços facultados pela internet, fala-se bastante acerca dos hipertextos que se configuram na possibilidade da interligação imediata de múltiplos textos, o que possibilita uma leitura e um acesso ao conhecimento muito mais amplo. Nesse sentido, independente dos escassos aportes tecnológicos existentes à época da publicação do livro *O Picapau Amarelo (1939)* percebe-se a intenção de oferecer ao leitor infanto-juvenil a possibilidade de interação, mesmo não imediata, como outras obras de cunho universal. A ampliação do leque cultural e literário dos indivíduos com menos idade parece estar no bojo desses propósitos. Nesse contexto, o Sítio como locus onde a imaginação dialoga com a realidade, e cujas fronteiras entre o mundo da mentira e o mundo da verdade nunca estão bem delineadas existe o espaço para o conhecimento de muitas personalidades. O trecho seguinte mostra que um intercâmbio é na maior parte das vezes é extremamente salutar:

A mudança dos famosos personagens constituiu uma longa festa para Dona Benta e os meninos. Horas e horas passavam debruçados na cerca, vendo chegar aquele povaréu maravilhoso – as princesas comas suas damas de companhia e a criadagem; os anões, carregando todas as peças do castelo de Branca de Neve; Capinha Vermelha puxando a casa da sua vovó comida pelo lobo. Mudança completa. Peter Pan trouxe tudo que havia na Terra do Nunca – até o mar onde vogava a Hiena dos Mares do Capitão Gancho. – E os índios também! Lá estão os índios da Pantera Branca! – observou Emília ao ver chegar o bando de guerreiros cor de cobre. – E aquilo lá longe? – Indagou Pedrinho, apontando para uma menina com um bando de esquisitices atrás. Mas reconheceu-a logo: – É Alice! Vem com o bando todo – Twidledum, o Gato Careteiro, o Coelho Branco, a Tartaruga... Tia Nastácia também não sai da cerca. – Credo, Sinhá ! Que vai ser de nós de

hoje em diante! Quanta estrepolia, meu Deus! Se isto desta vez não pegar fogo... Quindin olhava por cima da cerca sem compreender coisas nenhuma; mas o Burro Falante, que estava ao seu lado e era sabidíssimo, ia explicando a situação, contando quem era este ou aquele. – Oh! – exclamou o Burro quando viu chegar Dom Quixote e Sancho, um montado no Rocinante e outro no burrico. – Vou ter afinal dois bons companheiros. Uma idéia lhe veio à cabeça: convidar aqueles personagens de quatro pés para ficarem aquém da cerca, no seu pastinho. Pensou e veio propô-lo a Dona Benta. – O pasto é muito grande para um só; há lá capim para três e ainda sobra. Bem precisado anda Rocinante de um bom sucesso no pasto... Dona Benta achou que sim, mas que tudo dependia de Dom Quixote e Sancho. Tinha de consultá-los. A novidade maior foi a chegada dos personagens da mitologia grega – uma quantidade enorme! (LOBATO, 2008, p.21-22).

Percebe-se, portanto, que a leitura de *O Picapau Amarelo* outorga à criança a reativação ou iniciação em outras leituras que fazem parte do universo da literatura infanto-juvenil. Quem já conhece Branca de Neve, Chapeuzinho Vermelho, Peter Pan, Dom Quixote, entre outros, poderá revê-los. Aqueles que não tiveram o contato com esses personagens poderão ter uma ponte para a leitura dessas obras. De qualquer forma essa obra lobatiana traz uma riqueza de elementos literários a ponto de estabelecer uma interação com outras narrativas.

Embora não se possa atribuir o conceito de hipertexto a tal obra de Lobato, assim como outros livros que compõe o *Sítio do Picapau Amarelo*, parece ser nítido o fato de que na obra supracitada a narrativa se torna bastante abrangente devido à inevitável necessidade de outras leituras. Em outras palavras, pode-se dizer que quem lê essa obra de Lobato estará em contato com uma série de outras histórias que representam grande parte do legado literário produzido para o público infanto-juvenil no mundo.

Como método de escrita coadunado com o projeto de formação do leitor, a tática lobatiana de fazer do *Sítio do Picapau Amarelo* um espaço para múltiplas histórias resulta numa literatura oportuna ao uso didático. A arte literária, nesse caso, como salutar instrumento pedagógico serve para ampliar as percepções de aspectos culturais que envolvem a humanidade. Ademais, é reconhecível que a relação com a linguagem em todas as suas formas, incluindo a artística, é necessidade que não se pode prescindir.

Assim sendo, a escola, na condição de ambiente no qual a literatura infanto-juvenil deve ser explorada, adquire um bônus considerável quando se encontra aberta às obras de teor universal. Desenvolver o potencial dos leitores de menor porte incluir o lidar com aspectos da linguagem com a adequada

compreensão dos níveis de complexidade. A leitura de diversas obras de autores representantes de culturas e épocas distintas associada a um processo de reflexão mediado pelo professor são ingredientes essenciais para o êxito de uma educação humanizadora e crítica. A importância dessa literatura enquanto fator preponderante na formação do leitor e a sua adequação à conjuntura educacional é comentada por Cosson ao afirmar que:

Em suma, se quisermos formar leitores capazes de experienciar toda força humanizadora da literatura, não basta apenas ler. Até porque, ao contrário do que acreditam os defensores da leitura simples, não existe tal coisa. Lemos da maneira como nos foi ensinado e a nossa capacidade de leitura depende, em grande parte, desse modo de ensinar, daquilo que nossa sociedade acredita ser objeto de leitura e assim por diante. A literatura simples é apenas forma mais determinada de leitura, porque esconde sob a aparência de simplicidade todas as implicações contidas no ato de ler e de ser letrado. É justamente para ir além da simples leitura que o letramento literário é fundamental no processo educativo. Na escola, a leitura literária tem a função de nos ajudar a ler melhor, não apenas porque possibilita a criação do hábito de leitura ou porque seja prazerosa, mas sim, e sobretudo, porque nos fornece como nenhum outro tipo de leitura faz, os instrumentos necessários para conhecer e articular com proficiência o mundo feito linguagem (COSSON, 2006, p.29-30).

As ideias postas por Cosson revelam a importância que deve ser atribuída ao texto literário como instrumento pedagógico que supera o aspecto lúdico. A amplitude da função da literatura refuta a ideia de uma arte meramente promotora de um prazer estético. Nesse sentido, como a linguagem é o cerne de tudo que envolve o fazer literário, o contato dos indivíduos mais jovens com textos de tal natureza representa uma contribuição no processo de desenvolvimento intelectual e psíquico.

A ideia de letramento literário, também defendida pelo autor supracitado, tem em seu bojo a necessidade que o ser humano tem de adquirir, cada vez mais, as aptidões no trato com as nuances inerentes a linguagem. Todavia não se pode dizer que o simples fato de outorgar às crianças o contato efetivo com a literatura é garantia cabal da configuração de um adulto leitor proficiente.

O que há de fato são possibilidades patentes de que a literatura infanto-juvenil, ao ser bem trabalhada no contexto escolar, tem como instrumento propulsor de múltiplas aprendizagens que estão inevitavelmente condicionadas à boa relação do indivíduo com os diversos modos de dizer. Nessa rota de pensamento no qual a literatura para crianças se torna útil como ferramenta de uma expansão de

conhecimentos mais amplos, é possível considerar as palavras de Palo e Oliveira ao declararem que:

[...] o verdadeiro sentido de uma ação pedagógica que é mais do que ensinar o pouco que se sabe, estar de prontidão para aprender a vastidão daquilo que não se sabe. A arte literária é um dos caminhos para esse aprendizado. A função utilitário-pedagógica só resta um caminho, que a leve ao verdadeiro diálogo com o ser literário infantil: propor-se enquanto proto-pedagogia ou quase pedagogia, primeira e nascente, capaz de rever-se em sua estratificação de código dominador do ser literário infantil, para, ao recebê-lo em seu corpo, banhar-se também na qualidade sensível desse ser com o qual deve estar em harmônica convivência (PALO & OLIVEIRA, 2006, p.14).

Percebe-se que nessas fronteiras controversas estabelecidas entre arte e pedagógico, a literatura para menores consegue romper paradigmas tendo seu papel sociopolítico e educacional sem o necessário detrimento ao âmago artístico. A literatura infanto-juvenil lobatiana é uma demonstração dessa convivência pacífica entre o ensinar e o fantasiar por intermédio das narrativas. Assim, a sala de aula como campo de discussão de obras com tais características pode constituir um fator relevante capaz de auxiliar em um verídico processo de formação de leitores numa sociedade como a brasileira que pelas condições socioeconômicas desiguais e a mesquinha política, ao longo de muitas gerações, ainda sofre com elevado nível de analfabetismo funcional.

É óbvio que não se pode propor a panacéia dos problemas educacionais brasileiros apenas com a inserção de um ensino de literatura de qualidade no Ensino Fundamental (doravante EF), mas é preciso reconhecer que mudanças precisam ser feitas para que os alunos brasileiros não fiquem em posições vergonhosas em testes internacionais onde se avalia a capacidade de leitura.

É nesse sentido que se insere uma sugestão de uso didático de uma obra infanto-juvenil lobatiana no contexto do EF. A proposta pedagógica foca em específico o 7º ano e o livro base é o já citado “*O Picapau Amarelo*”. Diante da riqueza de personagens e histórias entrelaçadas que a referida obra apresenta é possível realizar atividades com um público ainda infantil numa perspectiva de uma gênese de um processo contínuo e inesgotável: a formação do leitor. Nessa lógica é preciso entender que no contexto brasileiro, em que a educação básica pública ainda convive com graves problemas no tocante à leitura e à escrita, não se podem

preferir propostas que façam das crianças e adolescentes leitores em termos de quantidade e qualidade.

Sendo assim, propor a leitura de *O Picapau Amarelo* em turmas do 7º ano do EF pode significar a possibilidade de um projeto de leitura muito mais amplo, capaz de ser um estímulo no processo de letramento literário. A idéia é de que ao lerem a referida obra, as crianças e/ou adolescentes tenham a oportunidade de conhecer outras histórias da literatura universal. Esse livro de Lobato pode servir, dessa forma, como um “link” para um acervo literário maior no qual as crianças poderão ampliar suas leituras literárias. A proposta didática pautada, aqui, pode ser expressar com a série de atividades que passam a ser elencadas:

### **1. Apresentação da obra e solicitação de leitura**

- O professor pode estabelecer um diálogo da turma acerca da obra ao mesmo tempo em que realiza indagações sobre os conhecimentos que os alunos têm em relação a esse tipo de literatura produzida por Monteiro Lobato. Assim, é possível por em pauta questões como: Já leram alguma obra de Monteiro Lobato? Já ouviram falar ou assistiram algo relacionado ao Sítio do Picapau Amarelo?
- Após a apresentação da obra é imprescindível solicitar a leitura cabal desse texto literário. Essa leitura pode ser seguida de algumas anotações que os alunos fariam para registrar o que compreenderam e aquilo que ficou de aprendizagem da língua e dos conhecimentos literários.

### **2. Realização de oficina para discutir o enredo da obra**

- Com a leitura realizada por todos os alunos (ou a maior parte deles) é possível fazer uma oficina na qual os discentes poderão comentar acerca das lições que tiraram da obra lida;
- Na oficina poderão ser discutidos os perfis de todos os personagens do “Mundo da Fábula” (Peter Pan, Branca de Neve, Capinha Vermelha, etc).

### 3. Expansão da leitura: um link entre *O Picapau Amarelo* e as outras histórias

- Finalizado o ato de leitura de *O Picapau Amarelo* é possível outorgar aos discentes o contato direto com as obras referentes aos personagens “estrangeiros” que fizeram do Sítio do Picapau Amarelo suas moradas;
- A ideia é de que os alunos possam realizar a leitura de um acervo considerável de obras da literatura infanto-juvenil com as quais o livro *O Picapau Amarelo* estabelece uma ponte;
- Obras como *Branca de Neve*, *Chapeuzinho Vermelho*, *Peter Pan*, histórias sobre a mitologia Grega, fábulas de La Fontaine, entre outros, poderão ser lidos pelos alunos durante o ano letivo.

### 4. Sistematização da leitura e produção escrita

- As leituras das obras supracitadas podem ser acompanhadas de fichas de leitura (simples) nas quais os alunos registrem suas aprendizagens acerca dos livros lidos;
- O passo seguinte ao processo individual de leitura pode ser a realização de oficinas nas quais os discentes, com a mediação do professor, possam trocar experiências acerca das obras lidas;
- O fechamento das atividades de leitura pode culminar na produção escrita de resumos e/ou resenhas dos livros trabalhados. Ademais, pode-se fazer uma coletânea com as produções textuais para exposição em eventos e compor o acervo o acervo da biblioteca da escola.

Desse modo, um incentivo no processo de letramento literário por intermédio de um contato efetivo com a literatura infanto-juvenil pode ser o âmago do uso da obra *O Picapau Amarelo* em sala de aula. O entendimento é que se a literatura for trabalhada adequadamente com os alunos do 7º ano do EF, assim como nas demais séries, há grandes chances de ocorrerem avanços consideráveis nas habilidades linguísticas e cognitivas simultaneamente ao surgimento de um apreço real pela prática da leitura de textos literários ou não literários.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto literário enquanto trabalho artístico galgou, ao longo do tempo, status e prestígio social coadunado muitas vezes com interesses de pequenos grupos detentores do poder socioeconômico e político. O entendimento da literatura como um reflexo da sociedade deixa mais tênue a ideia de um ofício puramente individual e cuja subjetividade está sempre sobreposta a um sentimento coletivo. A literatura não é definitivamente inócua, mesmo que haja um esforço descomunal para usá-la como instrumento de alienação, pois não existe fantasia ou imaginação sem a base da realidade com a qual existe um inevitável diálogo.

A literatura é, portanto, um fenômeno múltiplo que envolve fatores de ordem psicológica, filosófica, social e política organizados sob o prisma da linguagem. Assim, como componente linguístico a arte literária tem a possibilidade de perpassar por muitos campos das ciências humanas de modo a contribuir num processo reflexivo acerca das ações dos indivíduos ao mesmo tempo em que pode ser relevante na constituição cultural e intelectual do ser humano.

O aspecto lúdico e de prazer estético facultado pela linguagem literária não exclui o caráter pragmático de uma arte que pode auxiliar no processo educacional da sociedade. Nesse sentido, a formação do leitor que se configura em um dos pilares para o êxito na educação de qualquer país deve perpassar pelo crivo da literatura no contexto escolar. O que vem sendo chamado de letramento literário torna-se mais amplo quando se compreende que as aptidões adquiridas em relação às nuances de uma linguagem conotativa conduzem espontaneamente a uma maior capacidade de leitura de textos nos quais a denotação é predominante.

O reconhecimento das vantagens do texto literário para o desenvolvimento do intelecto dos indivíduos desde os primeiros anos de vida pode ser considerado tardio embora estivesse condicionado a conjunturas socioeconômicas e ideológicas da Idade Moderna.

No mundo ocidental, a partir do instante em que as estruturas econômicas e sociais; as relações entre campo e cidade adquiriram novas configurações e a hegemonia religiosa sofreu contrapontos, o pensamento que o indivíduo tinha acerca de si mesmo passou por metamorfoses. O saber passou a ser necessário como não era antes. Assim, as crianças precisavam estudar para adquirir saberes e valores que passaram a ser prestigiados. A literatura infanto-juvenil emergiu nesse contexto

de um mundo que necessitava expandir uma nova filosofia no qual o conhecimento e o pensamento crítico/reflexivo tomavam lugar da visão excessivamente teocêntrica da Idade Média.

Em outro contexto, os atrasos no tocante a construção de uma sociedade mais culta e com maior capacidade de reflexão são pechas que o Brasil não pode negar. A mesma demora para a concretização de processos como a independência, a libertação dos escravos e a proclamação da república podem ser conferidos quando se fala no acesso a bens culturais com ingredientes genuinamente brasileiros mesmo para aqueles em situação mais confortável na sociedade. Nesse sentido a literatura infanto-juvenil brasileira, não obstante a sua importância conseguiu germinar como projeto apenas em 1920, com Monteiro Lobato.

A demora em relação a um investimento em aspectos culturais e cognitivos da sociedade brasileira revela o fato histórico de que nunca na história desse país a educação foi colocada em lugar de destaque. Mesmo assim, a literatura infanto-juvenil brasileira foi construída com méritos próprios ao trazer inovações linguísticas e abordagens temáticas bem peculiares. A contribuição de Lobato nesse sentido é fato reconhecido, o que não significa um necessário “endeusamento” do autor, mas apenas o entendimento da importância de se fazer justiça para aqueles que deixaram uma herança que abrange muitas gerações.

Em sua obra infanto-juvenil Monteiro Lobato deixou, sem dúvida, marcas de sua personalidade ao mesmo tempo em que expressou suas frustrações com as empreitadas não exitosas como no caso do petróleo. Nesse sentido, o filho de fazendeiro (e fazendeiro fracassado), o empresário, editor e escritor de visão nacionalista estão subjacentes em cada livro que dedicou às crianças e adolescentes.

Desse modo, a literatura que Lobato destinou àqueles com pouca idade representa a esperança em país onde as pessoas tivessem um maior grau de politização e civilidade. Os problemas sociais e as questões políticas são postas aparentemente de forma prematura para quem ainda começa a compreender o mundo que o cerca. Uma literatura que de algum modo busca a formação de cidadãos mais críticos é o cerne da imensa obra literária produzida pelo “pai da literatura infanto-juvenil brasileira”.

Em meio ao reconhecimento de méritos quase consensuais acerca do valor literário das obras lobatianas voltadas para o público infanto-juvenil, a emersão

de uma controvérsia põe em questão a possibilidade de existir resquícios de uma ideologia racista em alguns livros escritos por Lobato para os menores. A celeuma é válida já que está em debate uma situação de discriminação racial que ainda não foi superada no Brasil como em muitos lugares do mundo.

O que na verdade deve ter mais importância é o modo como essa literatura lobatiana chega aos lares brasileiros e, sobretudo na sala de aula, locus no qual não apenas se ensina teorias, regras e métodos, mas também se auxilia no desenvolvimento do senso crítico. A natureza controversa da obra infanto-juvenil de Lobato parece ser um fato a ser explorado de maneira a não chocar as crianças, mas ser um instrumento que produza conhecimento associado a um processo de reflexão mesmo incipiente.

A vasta obra lobatiana escrita para os mais jovens pode, dessa forma, ser um dos pilares na formação do leitor uma vez que a infância é uma fase marcante da vida humana na qual experiências positivas como a leitura torna-se crucial para um salutar desenvolvimento intelectual. Pelo fato de apresentar constantemente uma relação de interação com outras obras, o trabalho desenvolvido por Lobato amplia a visão de mundos dos menores e assim consegue outorgar instrumentos para a constituição de um leitor crítico.

As ideias consensuais quanto ao valor literário e educacional das obras lobatianas são concomitantes às controvérsias que emergem com tanto vigor a ponto de existir sugestões de censura. Entende-se que a literatura infanto-juvenil produzida por Lobato, como qualquer outra, não está acima de qualquer suspeita quantos aos seus intentos políticos e ideológicos, mas parece ser irrefutável a contribuição desse fazer literário que auxiliou na formação de leitores de muitas gerações e ainda permanece como um salutar recurso literário-didático no contexto escolar.

Nesse sentido, as propostas de uso em sala de aula de obras que compõem *Sítio do Picapau Amarelo* são válidas na medida em que podem vislumbrar práticas pedagógicas inovadoras nas quais a literatura e o ensino de língua materna são parte do mesmo projeto: o desenvolvimento do ser humano nos mais diversos aspectos.

A escolha das obras *Emília no País da Gramática* e *O Picapau Amarelo*, como potenciais ferramentas para uso em sala de aula, está relacionada justamente a esse entendimento de que para o público infanto-juvenil os conhecimentos da

língua e da cultura universal são basilares para que o processo incessante de constituição do leitor transcorra de modo exitoso.

Com a obra *Emília no País da Gramática* ocorre a intenção nítida do escritor de oferecer às crianças um conhecimento razoável não apenas de normas e classificações presentes na língua portuguesa, mas uma compreensão de uma heterogeneidade linguística que confere a possibilidade de mudanças de regras e usos nos sistemas de fala e escrita. O livro supracitado traz, desse modo, uma visão de uma gramática normativa que está condicionada aos seus verdadeiros donos, ou seja, aos usuários da língua. Nessa lógica, o uso desse constituinte literário-didático em sala de aula pode favorecer a um entendimento mais amplo acerca da língua o qual é capaz de culminar na construção do leitor com um repertório cognitivo relevante no seu processo de leitura.

A partir de *O Picapau Amarelo* percebeu-se a possibilidade de estabelecer um intercâmbio com várias obras da literatura infanto-juvenil e assim ampliar o leque literário-cultural de um público em franco processo de amadurecimento que necessita de leituras múltiplas capazes de abrir horizontes linguísticos, artísticos e temáticos. Essa obra pode outorgar, dessa forma, uma compreensão de que os textos literários têm a possibilidade de dialogarem num processo constante de reflexão.

Nessa esteira de pensamento, compreende-se a imprescindibilidade de uma formação de leitores proficientes e críticos que possa ser um dos pilares da sociedade brasileira com um grau de civilidade e cidadania mais elevado. A empreitada para que se tenha uma educação pública de veraz qualidade perpassa inevitavelmente pelo crivo da leitura. A função da literatura em um contexto escolar pode ser, assim, relevante na construção de um país de leitores como tão bem defendeu Monteiro Lobato.

O entendimento é de que muito, ainda, precisa ser realizado para que a leitura adquira a devida importância em terras brasileiras. Para que isso ocorra é mister o engajamento de vários setores da sociedade. O poder público, a mídia, a família e a escola são estruturas essenciais para que se tenha um país de leitores. Nesse sentido, percebeu-se que Lobato fez sua parte como um grande cidadão brasileiro do século XX, deixando um legado que permanece vigoroso em dias atuais.

O pensamento lobatiano, refletido numa vasta obra destinada ao público infanto-juvenil, apresenta em seu âmago a consciência de uma dimensão sociopolítica que envolve o ato de ler. Com essa compreensão, todo percurso teórico, crítico, reflexivo e propositivo realizado, nessa dissertação, reflete um desejo de mudanças e /ou evolução nas estruturas de pensamento de imensa parte da população brasileira que só ocorrerá com uma educação pública de qualidade na qual a leitura outorgue uma razoável autonomia na busca incessante por um saber crítico.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irlandé. **Aula de português: encontro e interação**. 7ªed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ARAÚJO, Humberto Hermegenildo de. **O paraíso desfigurado de Monteiro Lobato**. Scriptoria II: Ensaio de literatura / Afonso Henrique Fávero... [et al]; entrevista com Roberto Schwarz por Afonso Henrique Fávero... [et al]. – Natal (RN): EDUFRN, 2000.

BIGNOTTO, Cilza. **Monteiro Lobato em construção**. Disponível em: [WWW.unicamp.br/iel/monteirolobato/outros/cilza01Lobatopdf](http://WWW.unicamp.br/iel/monteirolobato/outros/cilza01Lobatopdf). Acesso em 10 abril de 2014.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Introdução. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAMPOS, Giovana Cordeiro; OLIVEIRA, Maria Clara Castellões de. **O pensamento e a prática de Monteiro Lobato como tradutor**. IPOTESI, Juiz de Fora, v. 13, n1, p. 67-79, jan/jul. 2009.

CANDIDO, Antônio. **Vários Escritos**. 4ªed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: duas cidades, 2004.

CADEMARTORI, Ligia. **O que é literatura infantil**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

CAVALHEIRO, Edgard. **Monteiro Lobato: Vida e Obra**. 1º Tomo. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1962.

\_\_\_\_\_. **Monteiro Lobato: Vida e Obra**. 2º Tomo. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1962.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil: teoria, análise, didática**. São Paulo: Moderna, 2009.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros: A leitura literária na escola**. 1ª ed; [tradução Laura Sandroni]. São Paulo: Global, 2007.

COSSON, Rildo. **Letramento Literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **O espaço da literatura em sala de aula**. IN: PAIVA, Aparecida; MACIEL, Francisca; COSSON Rildo (Coordenação). Literatura: Ensino Fundamental (Coleção Explorando o Ensino; v. 20). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

COSTA, Marta Moraes da. **Metodologia do Ensino da Literatura Infantil**. Curitiba: Ibpex, 2007.

DINIZ, Dilma Castelo Branco. **Monteiro Lobato: o Perfil de um Intelectual Moderno**. Belo Horizonte: Em Tese, vol. 2, p.125 – 133, dez, 1998.

GÓES, Lúcia Pimentel. **Introdução à literatura para crianças e jovens**. São Paulo: Paulinas, 2010.

GREGORIN FILHO, José Nicolau. **Literatura infantil: múltiplas linguagens na formação de leitores**. São Paulo: Editora melhoramentos, 2009.

LEITE, Lígia Chiappini de Moraes. **Gramática e literatura: desencontros e esperanças**. In: GERALDI, J. W. (org.). O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 1997.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 2004.

\_\_\_\_\_; ZILBERMAM, Regina. **Literatura Infantil Brasileira: histórias e histórias**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006.

\_\_\_\_\_. **Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida**. 2. ed. São Paulo: Salamandra, 2006.

LOBATO, Monteiro. **O Picapau Amarelo**. São Paulo: Globo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Emília no País da Gramática**. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009.

\_\_\_\_\_. **O poço do Visconde**. 1. ed. São Paulo: Globo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Caçadas de Pedrinho**. São Paulo: Globo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Reinações de Narizinho**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Chave do Tamanho**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

\_\_\_\_\_. **Dom Quixote das Crianças**. São Paulo: Globo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Negrinha**. 1.ed. São Paulo: Globo, 2008.

LOPES, N. **A Cor da Cultura**. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Ano 3, nº 32, p.22, maio 2008.

MACHADO, Ana Maria. **Como e por que ler os clássicos desde cedo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

NIGRI, A. **Monteiro Lobato e o Racismo**. Revista Bravonline, Rio de Janeiro, p. 28-31, maio 2011. Disponível em: [http:// WWW.bravonline.com.br](http://WWW.bravonline.com.br) (05/2011). Acesso em: 12 nov. 2014.

OLIVEIRA, Maria Alexandre. **A literatura para crianças e jovens no Brasil de ontem e de hoje: caminhos de ensino**. São Paulo: Paulinas, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.

PALO, Maria José; OLIVERIA, Maria Rosa D. **Literatura infantil: voz da criança**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2006.

PARREIRAS, Ninfas. **Confusão de línguas na literatura: o que o adulto escreve, a criança lê**. 1ª ed. Belo Horizonte: RHJ, 2009.

PEREIRA, Luci Ruas. **Na esteira de Lobato**. Language and Literatures Today: proceedings of the XIXth Triennial Congress of the international Federation for Modern Language and literatures = Actes du XIX Congrès de la Fédération Internationale des Langues Modernes, Brasília, 22-30 August 1993 / general editor Neide de Faria. – Brasília: Universidade de Brasília, 1996. – 3 v.

PIETRI, Émerson de. **Práticas de leitura e elementos para a atuação docente**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

PIRES, Antônia Cristina de Alencar. **Cartas de escritor: notas sobre a correspondência de Lima Barreto**. Boletim/CESP v. 16, n. 20, 107-115, jan./dez. 1996.

RAFFAINI, Patrícia. **Cartas para Lobato**. Ciência hoje das crianças (Revista de divulgação científica para crianças). São Paulo. ano 22/ n. 205. p.3-5, set. 2009.

SANDRONI, Laura. **30 Anos de literatura para crianças e jovens; algumas leituras**. In: SERRA, Elizabeth D'Angelo (org.). Campinas. SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1998.

SANTOS, Elisângela da Silva. **A nação escrita entre a prática e o ideal: os projetos de Monteiro Lobato e de José Enrique Rodó**. 2013. 277 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2013.

SILVA, Martiniano J. **Racismo à brasileira: raízes históricas**. Brasília:Thesaurus, 1987.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. 11ª ed. São Paulo: Global, 2003.